

Quinta-feira, 22 de Janeiro de 1981



DIÁRIO

da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE JANEIRO DE 1981

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

No prosseguimento do debate do Programa do VII Governo Constitucional, verificaram-se intervenções, além das dos Srs. Ministros de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (Basilio Horta), da Agricultura e Pescas (Cardoso e Cunha), das Finanças e do Plano (Moraes Leitão), da Qualidade de Vida (Ferreira do Amaral) e do Trabalho (Nascimento Rodrigues), dos Srs. Deputados António Campos (PS), Jorge Lemos (PCP), César de Oliveira (UEDS), Manuel Lopes (PCP), Mário Lopes (PSD), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Cavaleiro Brando (CDS), Rogério de Brito (PCP), Mário Tomé (UDP), António Moniz (PPM), Vítor Constâncio (PS), Ilda Figueiredo (PCP), Luís Beiroco (CDS), Silva Graça (PCP), Jaime Gama (PS), Oliveira Martins (ASDI), Vítor de Sá (PCP), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Rui Amaral (PSD) e João Cravinho (PS).

Em esclarecimento ou protestos participaram os Srs. Deputados Roleira Marinho (PSD), Mário Lopes (PSD), Amândio de Azevedo (PSD), Aurélio Mendes (PSD), Adelaide Paiva (PSD), Azevedo Soares (CDS), Veiga de Oliveira (PCP), Manuel da Costa (PS), Luís Salas (PS), Portugal da Silveira (PPM), Rui Amaral (PSD), Leonel Santa Rita (PSD), Amélia de Azevedo (PSD), Adriano Rodrigues (CDS), Teresa Ambrósio (PS), César de Oliveira (UEDS), Carlos Lage (PS), Helena Roseta (PSD), Gomes Fernandes (PS), Lopes Cardoso (UEDS), Moura Guedes (PSD), Luís Beiroco (CDS) e Mário Tomé (UDP).

O Sr. Deputado Carlos Brito (PCP) apresentou, pelo seu partido, uma moção de rejeição do Programa de Governo e a Mesa deu conhecimento de idêntica moção do MDP/CDE.

Depois de lido pelo Sr. Deputado Pinto da Silva (PS), foi aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de um deputado da ASDI.

O Sr. Presidente encerrou os trabalhos às 20 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Alberto Augusto Faria dos Santos.

Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

António Augusto Ramos.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

António Vilar Ribeiro.

Armando Costa.

Arménio Jerónimo Martins Matias.

Arménio dos Santos.

Bernardino da Costa Pereira.

Carlos Manuel Pereira Pinho.

Cipriano Rodrigues Martins.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Eleutério Manuel Alves.

Fernando José Sequeira Roriz.

Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.

João Aurélio Dias Mendes.

João Evangelista Rocha de Almeida.

João Manuel Coutinho Sá Fernandes.

Joaquim Pinto.

José Adriano Gago Vitorino.

José Augusto Santos da Silva Marques.

José Manuel Pinheiro Barradas.

José Mário de Lemos Damião.

José de Vargas Bulcão.

Júlio Lemos Castro Caldas.

Leonel Santa Rita Pires.

Manuel António Araújo dos Santos.

Manuel António Lopes Ribeiro.

Manuel Ferreira Martins.

Manuel Maria Portugal da Fonseca.

Manuel Ribeiro Arruda.
 Manuel Vaz Freixo.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Margarida R. C. S. Moura Ribeiro.
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António Duarte Arnaut.
 António Azevedo Gomes.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Magalhães da Silva.
 António de Sousa Gomes.
 Beatriz Cal Brandão.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Júlio Almeida Carrapato.
 Luís Patrão.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel Trindade Reis.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.
 Victor Brás.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingues L. Ribeiro de Oliveira.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 José Girão Pereira.
 Luís Filipe Paes Beiroço.
 Luísa Maria Freire C. Vaz Raposo.
 Maria José Paulo Sampaio.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favas Brasileiro.
 Anselmo Aníbal.

António José de Almeida Silva Graça.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Miranda da Silva.
 Joaquim Victor Gomes de Sá.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Patrício.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Mariana Grou Lanita da Silva.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Borges de Carvalho.
 António Cardoso Moniz.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Jorge Victor M. Portugal da Silveira.
 Maria José Pontes de Gouveia.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

César Oliveira.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 115 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Continua o debate do Programa do Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A direita ao longo de séculos tem sido responsável pela situação trágica em que tem vivido o mundo rural.

Para não quebrar a tradição histórica este Governo apresenta-se com uma equipa de homens que todos conhecemos, com uma prática política que tem feito dos agricultores a sua principal vítima.

Não é, pois, de estranhar que o Programa apresentado seja caracterizado por lugares-comuns, salpicado aqui e além de hipocrisia ou de ameaças à sobrevivência digna de centenas de milhares de agricultores.

Assim, o recompor de latifúndios familiares, alguns envolvendo já muitos milhares de hectares de terra, que, ao longo dos séculos, fizeram do Alentejo uma região despovoada pelo absentismo e martinizada pela fome, tem de ser violentamente condenado. O acto histórico, para inglês ver, de em 3 milhões de hectares serem distribuídos uns míseros 40 000 ha. por cerca de um milhar de agricultores individuais, que na sua grande maioria já os trabalhavam, não passa de uma farsa para encobrir entregas, à margem de qualquer concurso ou de qualquer regulamentação, a amigos e compadres.

A política de terra queimada feita pelo Governo anterior — e que o Programa agora em discussão garante ter continuidade — de debitar a contenção da inflação aos agricultores, torna-se criminosa por ser paga por quem mais trabalha e menos tem.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Cerca de 10 % do nível de vida dos agricultores foi absorvido em 1980 pelo governo da AD que lhes impôs uma política ruinosa de preços.

Cavaco Silva, Basílio Horta e Cardoso e Cunha são os responsáveis directos pela aplicação de tal política.

Cavaco Silva compreendeu que não podia tirar mais a quem já não tem para dar e retirou-se. Os outros dois continuam apostados em seguir tal orientação, assim o demonstra o Programa do Governo em discussão.

Só que as pequenas economias amealhadas nos governos socialistas, onde os preços dos produtos agrícolas subiram sempre mais do que a taxa da inflação, esvairam-se em 1980.

A partir de agora esta política trará a fome e a miséria generalizada a grande parte de pequenos e médios agricultores.

Hoje, graças à política imposta pelo Governo AD, os agricultores vendem pior o vinho, a batata, os ovos, os suínos, os frangos, os bovinos, as maçãs, as pêras etc., do que acontecia em 1978 e vale a pena recordar que de lá até agora, a taxa da inflação subiu cerca de 40 %.

Por nós tudo faremos contra uma equipa que sacrifica os que mais precisam e os que mais trabalham e menos garantias têm.

Denunciaremos os boicotes às exportações só para encharcarem os mercados, como aconteceu com o vinho, ou as importações clandestinas de produtos excedentários internos, como aconteceu com o leite em pó.

Sr. Ministro, como é possível, num país de elevados stocks de leite em pó, não contando com os elevadíssimos stocks dos Açores, que tantas preocupações têm trazido, terem-se importado cerca de 400 000 kg no valor de mais de 600 000 contos, quando ainda hoje há cooperativas aflitas com os stocks armazenados há dois anos?

É a nova forma de destruir a produção nacional e a economia de centenas de milhares de pequenos produtores?

Sr. Ministro, a política de preços anunciada no Programa, que é o seguimento da anterior, vai ter a nossa oposição frontal e dura utilizando todos os meios democráticos ao nosso alcance.

O aumento de produção e produtividade do sector agrário passa por profundas e urgentes transformações estruturais e pela dignificação da profissão de agricultor, só possível com um poder político dotado de grande abertura mental.

Este Programa e esta equipa só garantem a destruição de algo de inovador que estava em embrião.

Os agricultores, preocupados com o futuro, não se reconhecem neste Governo e só os saudosistas do passado com ele estarão de alma e coração.

As necessidades alimentares crescentes internas, o embate com a CEE e a nova dependência cada vez

maior do exterior dão uma maior importância histórica, nunca atingida à agricultura mas não compreendida por este Governo.

Temos de reduzir substancialmente o número de empresas agrícolas nas zonas de minifúndio para as redimensionar.

Tal necessidade passaria pela criação de uma reforma voluntária, próxima do salário mínimo nacional, para todos os agricultores com mais de 60 anos, que livremente cedessem o direito de exploração ao vizinho.

O custo de tais reformas poderá ser subsidiado até 60 % pela CEE.

Num país onde a idade média dos agricultores deve ultrapassar os 56 anos, tal medida é de grande importância e torna-se urgente.

É preciso preparar jovens empresários que exerçam a profissão com conhecimentos. Porquê a não abertura de escolas de jovens empresários agrícolas?

Era fundamental garantir a esses jovens o acesso à terra de modo a formarem empresas viáveis técnica e economicamente.

Porque não cria o Estado bancos de terra distritais — aliás, já iniciados em 1978 no vale do Mondego — exercendo o direito de opção sobre as terras vendidas, cedendo-a em condições favoráveis e em posse plena a esses jovens agricultores?

Porque não, na zona de intervenção, regulamentar o aproveitamento dos perímetros de rega, distribuindo terra individualmente, como forma de intensificar o seu aproveitamento, distribuição essa devidamente regulamentada e posta a concurso e não como acontece agora só para benefício de compadres e amigos.

Porque não se avança na transformação dos ex-organismos de coordenação económica, cedendo grande parte do seu património ao movimento cooperativo e com este criar régimes cooperativas, criando mercados abastecedores e circuitos comerciais paralelos para travar a especulação dos grandes intermediários que tanto sugam produtores como consumidores e que esta equipa tanto protege.

Porque se não acaba com os altos subsídios às produções estrangeiras importadas, como o Governo anterior fez e este se prepara para continuar, e se leva à prática uma política agrícola orientada para o cabal aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais disponíveis. Sei que o imobilismo secular venceu de novo neste país, mas os caminhos a percorrer vão ser cada vez mais obrigatórios e este recuo pode e deve durar pouco tempo.

Que dizer da capacidade de uma equipa que, após dez meses de aparecimento da febre aftosa, não foi capaz de empenhar técnicos e garantir o abastecimento de vacinas para debelar uma doença contagiosa há quase quarenta anos dominada?

Sem extensão rural e sem política agrícola, milhares e milhares de técnicos pagos por todos nós, hoje desorientados e parados, estão de novo a serem burocratizados.

A sua admissão faz-se por critérios de protecção a amigos e familiares. Só no Algarve cem funcionários — ou seja, um quarto dos existentes — estão ligados por laços familiares. É o escândalo habitual do compadrio!

Para quê um pelouro governativo de apoio ao cooperativismo? Só sendo para lhe ir passando certidões

de óbito, pois cerca de cento e setenta cooperativas foram destruídas num ano por esta equipa no Sul do País e centenas estão a ser asfixiadas por impossibilidade de acesso ao crédito, e até a sua função de mutuárias do Crédito Agrícola de Emergência foi extinta, sem que os chamados balcões verdes nelas fossem instalados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O seguro agrícola, que devia ser em parte gratuito e obrigatório, como acontece em muitos países, funcionando com impostos lançados sobre os circuitos comerciais, foi substituído por esta equipa por créditos aos agricultores.

Vem uma geada, uma cheia, um tufão ou uma seca, e éis o Sr. Ministro a vir à televisão dizer, a quem tiver possibilidades de pagar, que pode levantar, aqui está meio milhão, 1 milhão ou 2 milhões...

Só com uma diferença, quem pouco tem e tudo perdeu não vai buscar porque não vai poder pagar.

Desta equipa e deste Programa os agricultores nada esperam, a não ser unirem-se na luta pela dignificação da sua profissão contra quem se serve deles sem os servir.

Aplausos do PS e da ASDI.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apenas fazer duas perguntas muito simples ao Sr. Deputado António Campos.

O Sr. Deputado referiu que os agricultores portugueses não se reconhecem neste Governo. É realmente estranha esta afirmação, tanto mais que o Sr. Deputado António Campos foi um dos responsáveis por uma das equipas relativas à agricultura, de um dos governos passados.

Uma voz do PS: — Dos melhores!

O Orador: — Foi tanto dos melhores que as eleições que sucessivamente se fizeram vieram demonstrar que os agricultores portugueses afinal receberam muito mais com o Governo da Aliança Democrática do que com qualquer outro anterior. E é tanto assim que está à vista o reforço que este Governo recebeu, e recebeu-o exactamente das camadas mais desfavorecidas, entre as quais estão os agricultores portugueses, sobretudo da zona do minifúndio.

O Sr. António Campos quando aqui fala de agricultura está sempre a referir-se ao Alentejo, mas o Alentejo não é a única zona agrícola deste país, muito pelo contrário, pois é da zona do minifúndio que provém a maior parte do abastecimento do mercado agrícola português e seria muito bom que o Sr. Deputado não se esquecesse disso.

Por outro lado, o Sr. Deputado referiu que este Governo não queria o seguro agrícola obrigatório. Mas obrigatório porquê? Porque é que as pessoas não têm de ser livres para fazerem a sua opção? O Governo, como tem feito, deve exortar os agricultores a que façam um seguro agrícola e não obrigar-lhos a fazê-lo. É isso que o Governo da Aliança Democrá-

tica, apoianto de uma liberdade plena, tem feito junto dos agricultores portugueses.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Não temos, portanto, necessidade de obrigar ninguém a fazer o seguro. Ele deve ser realmente acessível a todos, mas não julgo que seja necessário torná-lo obrigatório.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Campos, há mais um orador inscrito para pedir esclarecimentos. Prefere responder já ou no fim?

O Sr. António Campos (PS): — Prefiro responder no fim. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois da intervenção do Sr. Deputado António Campos cheguei a uma conclusão...

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Chegou a uma conclusão! Como é que este deputado chega a conclusões?

O Orador: — ...: no fundo, o Sr. Deputado António Campos está estruturalmente de acordo com o Programa do VII Governo Constitucional no que diz respeito à agricultura.

O Sr. Deputado falou na reestruturação agrícola e ela está expressa no Programa. Mas é evidente que se até aqui se tem unicamente expandido opiniões no que diz respeito à Reforma Agrária, agora tem que se equacionar uma política agrícola global e temos de encarar de uma vez por todas o problema do minifúndio, como já referiu o meu colega Roleira Marinho.

Referiu o Sr. Deputado a idade média dos agricultores portugueses. Devo dizer que tem razão quando refere que a idade média dos agricultores portugueses oscila entre os 50 e os 60 anos. Mas creio que não é desconhecido do Sr. Deputado António Campos que, no ano passado, foi aprovado nesta Assembleia um decreto-lei que cria o Estatuto de Jovem Agricultor e que foi o Governo da Aliança Democrática que pugnou por ele...

O Sr. Manuel da Costa (PS): — É falso!

O Orador: — ..., que lutou por ele e posso dizer que, no conjunto, o Sr. Deputado também colaborou na elaboração desse decreto-lei.

Quanto à questão da compra e divisão da terra pelos jovens agricultores, o Sr. Deputado António Campos conhece certamente que existe um Crédito PAR...

Risos do PCP.

... e que esse crédito dá, nem mais nem menos, a possibilidade de evitar a criação de mais minifúndios nas zonas onde ele já existe, procurando dar tornas aos herdeiros quando se faz uma divisão.

Este crédito dá também possibilidade aos rendeiros de poderem adquirir a propriedade de que são renditários, e este é um passo importante para a reestruturação, para formar unidades economicamente viáveis para que possamos entrar para a Mercado Comum.

Relativamente aos perímetros de rega, devo dizer que alguns dos que temos feitos por sistemas políticos para salvarem situações degradantes.

No entanto, quero chamar a atenção para o facto de muitos dos perímetros de rega terem capacidade para solo agrícola, embora o solo não seja ai agrícola, mas sim florestal, e por isso não são convenientemente aproveitados.

No que respeita às cooperativas agrícolas, entendo que o movimento cooperativo deve ser desenvolvido e orientado pelos próprios agricultores e, por conseguinte, fomentado por eles.

Existe cooperativismo em Portugal, mal ou bem definido, mas procura-se que ele se defina. Todavia, em nossa concepção, são os agricultores que o devem definir e são eles que devem governar as cooperativas agrícolas. E se as cooperativas agrícolas, nomeadamente as frutícolas, não estão a trabalhar convenientemente, a culpa não é do Governo, a culpa é dos próprios agricultores que não se sabem assumir a si próprios.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Campos, faça favor de responder, se assim o desejar.

O Sr. António Campos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Peço desculpa, mas, dado que o meu partido tem muito pouco tempo, não posso responder em pormenor. Assim, referir-me-ei apenas a duas questões.

Em primeiro lugar, penso que o Governo tem o dever de governar para todos os Portugueses, logo para todos os agricultores, e esta equipa relativa à agricultura governa apenas para uma minoria de agricultores, servindo dedicadamente os grandes senhores.

Em relação aos pequenos e médios agricultores do Centro e Norte do País, os tais da zona do minifúndio, queria dizer que tiveram no ano passado o pior dos últimos dez anos, apesar das boas produções agrícolas. Este governo cercou-os e amordaçou-os nos preços e perderam cerca de 10 % do seu nível de vida. A pequena reforma que lhes deram nunca compensou, de maneira nenhuma, os milhões de contos — e foram muitos — que lhes tiraram do bolso através da política de preços imposta.

Mas, Sr. Deputado, queria ainda referir que se nós queremos entrar na CEE temos de criar um sistema de seguros como tem qualquer outro país integrado na CEE, e como criou a Grécia, onde os seguros são obrigatórios para os pequenos e médios agricultores, porque não são pagos por eles, mas pelos impostos lançados sobre os circuitos comerciais dos produtos produzidos por eles. Assim, esse seguro tornou-se obrigatório porque eles não despendem rigorosamente nada.

É claro que se houver agricultores a não quererem manifestar as áreas semeadas, a não quererem declarar as suas culturas, não poderá o seguro ser obrigatório e nessa altura eles ficam fora do sistema de seguros.

Portanto esta equipa não vai fazer nada em relação ao futuro da agricultura, pois vai fazer a política que se fazia antigamente neste país: sugar o trabalho dos agricultores e servir os grandes senhores. Foi esta a política feita durante 1980, que teve como principais objectivos a protecção a amigos e compadres e para o provar vejamos os escândalos dos créditos, os escândalos das entregas de terra, os escândalos da admissão de pessoal. Tudo isto é um corrupção de amigos. E por tudo isto é que os homens de Évora, que têm sido menos beneficiados nesse corrupção, não estão ao lado da CAP, não estão ao lado dos homens de Beja e Portalegre que têm feito um circuito mafioso de exploração aos agricultores, quando os de Évora entrar também nesse circuito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria fazer um breve protesto, porque há opiniões que para serem emitidas têm de ter um mínimo de fundamento. E quando o que se pretende fazer é mistificação ultrapassa-se o domínio da liberdade de opinião para se entrar no domínio da tentativa de enganar os outros e de procurar lançar ideias que não têm qualquer correspondência na realidade.

O Sr. Deputado António Campos tem de ter a consciência de uma coisa: quem julga da política do Governo são os próprios agricultores, não é o Sr. Deputado que, pelos vistos, anda muito mudado em relação a opiniões anteriores.

Sou deputado por um distrito que ninguém se recusará a classificar como um distrito rural, o distrito de Vila Real. O julgamento da política do Governo foi feito nas eleições. Os socialistas tinham dois deputados, agora têm um só, a Aliança Democrática tinha quatro e agora tem cinco deputados. É assim que os agricultores julgam a acção do Governo, não é com palavras demagógicas, como o Sr. Deputado António Campos, que se julga a acção desse mesmo governo.

Penso e devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que estamos ainda muito longe de ter levado a política agrícola ao ponto a que é absolutamente indispensável levá-la para dar aos agricultores portugueses e aos trabalhadores rurais o nível e condições de vida equiparáveis àqueles de que beneficiam outras camadas da população.

Mas foi o Governo da Aliança Democrática, o VI Governo Constitucional, que, também neste campo e mais uma vez, iniciou a viragem com o estabelecimento de preços antes das sementeiras e com o estabelecimento de preços de garantia quando se criava uma situação de ameaça de preços degradantes para os produtos agrícolas.

Isto foi devidamente explicado na campanha eleitoral e as populações pelo menos no meu distrito, compreenderam e aí é que residiu a razão do resultado que já referi há pouco. Tínhamos quatro deputados, agora temos cinco, o Partido Socialista tinha dois e agora tem apenas um deputado.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Ainda tem um? Não devia ter nenhum!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio Mendes.

O Sr. Aurélio Mendes (PSD): — Era também para um protesto, Sr. Presidente.

Como agricultor que sou não reconheço idoneidade ao Sr. Deputado António Campos para estar a defender-nos contra a posição que o Governo tem tomado em relação a nós.

O Sr. Cal Brandão (PS): — O Sr. Deputado António Campos tem todo o direito de se dirigir ao Sr. Deputado.

O Orador: — Desculpe, Sr. Deputado, mas estou a falar para a Câmara e não para uma pessoa em particular. Desculpe-me, Sr. Deputado, mas não estou a falar para si...

O Sr. Presidente: — Atenção, Srs. Deputados, peço que não estabeleçam diálogo.

O Orador: — ... e quando me quiser dirigir a palavra em particular peço-lhe que o faça lá fora e não aqui.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça o favor de formular o seu protesto.

O Orador: — As intervenções do Sr. Deputado António Campos, na maior parte das vezes, são como que uma diversão, são para nós assistirmos a discussões pessoais, não tratando directa e particularmente dos problemas da agricultura.

O Sr. Deputado António Campos critica o presente governo, que foi o único que até agora olhou pelos agricultores, que foi o único que subsidiou a agricultura, que protegeu os agricultores, criando subsídios, que foi o único que tentou por todos os meios — conseguindo-o na maior parte das vezes — sanar os vícios relativos à agricultura que havia dentro dos serviços

Portanto, Sr. Deputado António Campos, por favor seja mais coerente e tenha mais teto nas palavras quando se refere aos agricultores.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

O Sr. António Campos (PS): — Serei muito breve, Sr. Presidente, dado que não tenho muito tempo, como já referi.

E em primeiro lugar queria dizer aos Srs. Deputados que não me reconhecem autoridade nem idoneidade que não preciso dos atestados deles nem da sua autorização. Há muitos anos que me habituei a lutar só pela minha liberdade e pela liberdade dos outros e não eram pessoas deste nível que me podiam vir dar lições.

Aplausos do PS e da UEDS

Dir-lhe-ei, simplesmente, Sr. Deputado, que os senhores não me calariam algum dia a boca — porque não poderiam, ou só muito dificilmente o conseguiram — nem aqui nem lá fora, pois nem antigaamente conseguiram calar-me.

Queria dizer também que de facto os agricultores — e isto pesa a demagogia infernal veiculada pela informação que lhes é dirigida — não têm ainda um completo esclarecimento e a vossa acção nos meios de comunicação social tem sido determinante para essa vitória. No dia em que a liberdade for total em Portugal, não tenhamos dúvidas, os agricultores deixarão de votar na AD.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Quer dizer: que quando o PS estava no Governo não havia liberdade em Portugal?!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Depois do que se passou em Portugal no período que antecedeu as eleições presidenciais de 7 de Dezembro, depois de tantos e tão inquestionáveis atropelos, ilegalidades e manipulações tendentes a intoxiciar a opinião pública e a viciar a expressão da vontade dos Portugueses, a política de comunicação social do Governo, de qualquer governo, seria sempre a pedra-de-toque para aferir da sua orientação em matéria de liberdades.

Da leitura do Programa e das declarações públicas de Membros do Governo não resulta qualquer rectificação política, qualquer viragem de actuação. Pelo contrário, o Programa do II Governo «AD» não prima pela originalidade e, com algumas alterações de estilo e linguagem, repete, no fundamental, os parâmetros da actuação do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. E no terreno dos actos concretos, o Governo pode ser já julgado, o Governo começou mal! Reconduziu Proença de Carvalho na televisão e declarou guerra às empresas públicas de comunicação social!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — É falso!

O Orador: — Como é possível, Srs. Deputados, falar-se no Programa do Governo de isenção e pluralismo na comunicação social do Estado quando ao mesmo tempo se reconduz à frente da RTP, na base de obscuros compromissos e por prazo secreto, o homem responsável pelas práticas mais baixas de manipulação, de ofensa ao pluralismo e de censura na televisão?

Como é possível, Srs. Deputados, falar-se de isenção e pluralismo quando, no mesmo programa de governo, não se faz uma única crítica, não se fala da necessidade de uma única alteração à situação actual da informação e programação da televisão e da rádio marcada pela prepotência manipulatória, pelo controle político e ideológico da «AD», por sucessivas práticas ilegais e abusos de poder, para já não falar dos desvãos da programação e da brutalização quotidiana da própria língua portuguesa?

Que dizem a isto e, sobretudo, o que fazem aqueles que, dentro dos próprios partidos da maioria parlamentar, têm levantado a sua voz para denunciar o estado de escandalosa ilegalidade da situação actual?

E que dizer, Srs. Deputados, da intenção já afirmada de destruição da comunicação social do Es-

tado? E qual o sentido dessa destruição, Sr. Primeiro-Ministro? O simples encerramento das empresas ou a sua reprivatização? Nada é dito no Programa.

A verdade é que, seja qual for a solução a definir pelo Governo, o objectivo é liquidar os órgãos de comunicação social constitucional e legalmente sujeitos a controle democrático e vinculados a uma prática informativa honesta e pluralista. A verdade é que, desaparecida a comunicação social do Estado — ou alienada em concessões de tempos de antena a entidades privadas — estarão criadas as condições para a nova implantação das centrais de desinformação e intoxicação ideológica dos monopólios, para que seja garantido o seu poder económico e político, para dar voz aos seus líderes e impedir a expressão das outras correntes de opinião da sociedade portuguesa.

Uma voz do PSD: — Olha quem fala!

O Orador: — Quem já esqueceu ou parece querer esquecer a situação anterior a 25 de Abril?

É claro o propósito de rever de facto a Constituição pondo em causa o princípio da irreversibilidade das nacionalizações, de acordo com a obsessiva linha geral do Programa do Governo. Isto, enquanto não se propõe a abertura da televisão ao sector privado como apontam os anteprojetos de revisão constitucional que estão na forja dos partidos governamentais.

Por outro lado, que dizer de um governo que, ignorando as reivindicações sócio-profissionais dos trabalhadores da informação, apresenta como única medida concreta a concessão de bolsas a jornalistas para estágios no estrangeiro?

E a revisão do CCT? E o reenquadramento profissional dos jornalistas? E a criação de cursos superiores de jornalismo? Essas as questões concretas, essas ficam por responder neste programa do Governo! Tendo em conta os pergaminhos jornalísticos em que se tem pretendido enroupar o Primeiro-Ministro, é caso para se dizer, sem surpresa: em casa de ferreiro, espeto de pau!

O Sr. Veiga de Oliveira (POP): — Muito bem!

O Orador: — A leitura deste programa de governo, pela candura hipócrita de que está eivado, poderia levar os menos atentos a considerar que se estava perante uma cabala monstruosa da oposição contra um governo cheio de boas intenções. Mas quem poderá esquecer o que foi um ano de «AD» na comunicação social? Quem poderá esquecer as centrais de manipulação ao serviço dos planos de subversão do regime democrático-constitucional montados pela «AD» sobretudo na rádio e na televisão durante os períodos eleitorais?

Quem poderá ignorar a transformação da comunicação social pública em órgão de propaganda do general de São Nicolau? Quem poderá ignorar as situações de compadrio e privilégio, as admissões políticas, os papagaios «AD» ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Como papagaio está aqui um bom exemplo!

O Orador: — ... recrutados à pressa para a informação, os profissionais honestos na prateleira, os amnistiados por reintegrar a televisão e na rádio, a mediocridade como norma, etc., etc., etc.

Tudo isto continua, Sr. Primeiro-Ministro! São estas as questões a que importa responder e que urge corrigir, Srs. Membros do Governo. Mais do que discutir se é fictícia ou real a inserção da comunicação social no chamado Ministério da Qualidade de Vida, se é o PPM que executa e o PSD que dirige ou o contrário, o que importaria seria que desde já ficasse claro em que medida os Portugueses irão ter direito a uma informação digna e de qualidade.

Pelo que ficou dito atrás resulta patente que não são esses os objectivos deste governo!

Pelo nosso lado fica a certeza de não abdicar na luta, na unidade com os trabalhadores e as forças democráticas, em defesa das liberdades de expressão, de informação e imprensa, conquistadas pelo povo português a 25 de Abril de 1974 e consagradas na Constituição da República Portuguesa.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Adelaide Paiva.

A Sr.^a Adelaide Paiva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sempre que nesta Assembleia ouço falar deputados do Partido Comunista Português em matéria de liberdade de expressão, isenção e pluralismo, fico algo embaraçada, o que me força a formular algumas perguntas ao Sr. Deputado do Partido Comunista. E fico embaraçada porque suponho que nenhum português democrata se pode esquecer dos atropelos e das irregularidades praticadas pelos elementos comunistas quando assaltaram o poder em 1975.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Quem é que poderá esquecer o clima de terror vivido nos órgãos de comunicação social em 1975?

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Quem é que poderá esquecer que a liberdade de expressão e a liberdade de pensamento, tão caras aos Portugueses, que, após quatro dezenas de anos de repressão, no dia 25 de Abril tinham sido finalmente conquistadas, tendo o povo português vivido em liberdade plena, iam sendo novamente perdidas em 1975? Quem é que poderá esquecer todos esses atropelos praticados pelo Partido Comunista em Portugal?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Efectivamente, nessa altura os Portugueses tiveram bem consciência de que estavam a perder novamente a sua liberdade, a sua democracia, reconquistadas em 1974.

Foi o Partido Comunista que levou a opressão aos meios de comunicação em Portugal ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — ... e toda esta situação conduziu a um tal estado de caos, de opressão e de repressão que nessa altura nós tivemos medo de perder a nossa democracia, tivemos receio de estarmos a voltar aos tempos anteriores a 1974.

Viveram-se momentos muito difíceis no «glorioso» período chamado gonçalvista e toda esta situação gerada faz com que presentemente, hoje e sempre, os sociais-democratas ergam barreiras para que não haja mais atropelos no futuro, quer eles venham da extrema-direita quer venham da extrema-esquerda, quer eles venham dos fascistas quer venham dos sociais-fascistas.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Isso de fascista é consigo!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Provocadora!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sentiram-se!

A Sr.^a Zita Seabra (POP): — Social-fascista é a Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Tenham calma, já lá vamos.
As perguntas que eu gostaria de formular ...

A Sr.^a Zita Seabra (POP): — Social-fascista é a Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Não sei, provavelmente a Sr.^a Deputada sentiu-se como social-fascista. O problema é seu.

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, tenha a bondade de continuar e peço que não entre em diálogo.

A Oradora: — Não sei se já desabafaram tudo!

O Sr. Presidente: — Faça favor de continuar, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Eu gostaria de perguntar ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português se, quando fala em isenção e pluralismo, está a pensar no assalto ao aparelho do *Diário de Notícias*, praticado em 1975, onde se criou um verdadeiro clima de terror e de opressão que culminou com o despedimento colectivo de 24 jornalistas que não puderam ou não conseguiram demonstrar a subserviência necessária ao despotismo instituído.

Pergunto ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português se quando fala em isenção e pluralismo está a pensar na incentivação da luta de trabalhadores contra trabalhadores que foi provocada em vários órgãos de comunicação social, criando um clima de medo que levou, inclusive, ao encerramento de um órgão de comunicação social tão caro a todos os democratas deste país, o *República*.

O Sr. Lino Lima (PCP): — É mentira!

A Oradora: — Quando fala em isenção e pluralismo, está, por acaso, o Sr. Deputado do Partido Comunista Português a pensar nos plenários manipu-

lados por minorias comunistas, nos quais, através de uma falsa representatividade, se obrigava toda uma classe a respeitar as vossas decisões por medo de serem despedidos e saneados?

Se, efectivamente, no conceito do Sr. Deputado Jorge Lemos e no conceito da sua bancada, isenção e pluralismo é isto, devo dizer que nós sociais-democratas, queremos um país livre, desenvolvido, não queremos um país de ontem, um país do passado, não queremos um país acorrentado como seria o vosso desejo. Nisso vos desagradamos certamente.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Conversa gratuita!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr.^a Deputada, peço desculpa, mas terei que dar-lhe uma resposta quase telegráfica, dado o pouco tempo que o meu partido tem e as muitas intervenções que ainda temos para fazer.

Pegando na sua palavra, os Portugueses não querem de facto um país acorrentado, querem um país livre.

E trouxe aqui factos concretos praticados pelo Governo da AD e a Sr.^a Deputada vem-me com fantasmas.

Risos do PCP.

A Sr.^a Deputada fala de fascismo e fala de fascistas. O fascismo e os fascistas conhecem-se nos actos e nas opções que cada um faz. Nós optámos pela liberdade,...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Viu-se em 1975!

O Orador: — ... vocês escolheram um general, um general fascista...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Fascista!
O Sr. Deputado é que é fascista!

O Orador: — ... um censor em Timor, um carreiro de S. Nicolau que foi derrotado,...

Aplausos do PCP e protestos do PSD, do CDS e do PPM.

...tendo os Portugueses mostrado, derrotando-o, o seu apego à liberdade. É isso que vocês não podem esquecer!

É que, apesar da manipulação que fizeram da comunicação social, apesar de terem vendido o vosso peixe, de terem tentado impingi-lo aos Portugueses, eles disseram não a esse censor fascista, a esse carreiro de S. Nicolau.

Aplausos do PCP e protestos do PSD, do CDS e do PPM.

Assim se viu o apego à liberdade dos Portugueses, do nosso povo.

Esta é a verdade, é isto que importa acentuar. Não queremos mais censores à frente da comunicação social. A comunicação social deve estar ao serviço

da liberdade e da democracia, sobretudo depois de o povo português, em 7 de Dezembro, ter manifestado de maneira clara e inequívoca o seu apego à liberdade, à democracia, à Constituição da República.

Aplausos do PCP e protestos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, não lhe cortei a palavra, mas suponho que a palavra «fascista» está erradicada dos hábitos desta Casa...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Essa agora! Não ouviu a Sr.ª Deputada?!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço que este tempo não seja descontado no tempo do meu partido, dado que é uma explicação à Mesa.

Ouvi calmamente a intervenção da colega que me antecedeu e por mais de uma vez a Sr.ª Deputada acenou para a minha bancada empregando os termos «fascista» e «social-fascista».

A Mesa não interrompeu e eu limitei-me a dizer que fascistas são aqueles que em actos e em opções apoiam homens ligados ao regime fascista, homens como o general Soares Carneiro. Foi isso que eu me limitei a dizer, não chamei fascista à Sr.ª Deputada.

Protestos do PSD e do CDS.

Só se ela quer enfiar a carapuça, mas isso já não é comigo.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Azevedo Soares, para que efeito pretende usar da palavra?

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, eu já tinha pedido a palavra anteriormente e na altura pretendia usar da palavra para interpelar a Mesa por entender que o Sr. Deputado Jorge Lemos estava a usar uma linguagem inadequada e inaceitável nesta Câmara.

Mas, como o Sr. Presidente não me deu a palavra nessa altura, peço agora a palavra para protestar mais uma vez pela forma descarada como o Sr. Deputado Jorge Lemos se referiu nesta Câmara a um homem que, pela sua dignidade, mereceu 40% dos votos deste país,...

Aplausos do PSD e do CDS e protestos do PCP.

...a um homem que aceitou democraticamente o resultado das eleições, a um homem que não quer usar o poder militar para impor vontades que não são as do povo português, como outros fazem, a um homem que não está de facto com o Partido Comunista, que

continua ainda agora, em 1981, a defender acalorada e interessadamente a participação dos militares na vida política portuguesa.

Se é essa a democracia do Partido Comunista, nós rejeitámo-la, porque essa é uma democracia tutelada e só por essa via o Partido Comunista poderá fazer vingar os seus pontos de vista de desrespeito sistemático e atrevido à vontade do próprio povo português.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra para protestar veementemente contra as afirmações caluniosas da bancada do Partido Comunista — o que aliás já não é surpresa —, mas, sobretudo, para dizer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, que o general Soares Carneiro é um homem que merece o respeito de todos os Portugueses...

Risos do PCP.

..., que não tem no seu passado nada que possa contrariar a sua dignidade de homem e de cidadão português...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É um espanto!

O Orador: — ... que sempre soube cumprir rigorosamente os seus deveres. O Partido Comunista desencadeia contra ele as maiores calúnias exactamente porque é um homem que nunca permitirá que esse partido desenvolva no nosso país o seu projecto totalitário.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Nunca permitirá?! Como?

O Orador: — Não permitirá com as suas forças, porque lutará contra vós!

O Partido Comunista apoia, e sempre tem apoiado, pessoas que, essas sim, estiveram altamente comprometidas com o antigo regime, recebendo até condecorações da própria PIDE.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM e protestos do PCP.

É indecoroso que se critiquem pessoas que cumpriram os seus deveres nas organizações em que serviram o País quando Portugal estava em guerra.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — S. Nicolau nada tem a ver com as forças armadas.

O Orador: — Quando um homem serve as Forças Armadas e cumpre o seu dever, não pode ser acusado de ser censor. Aliás o general Soares Carneiro não pode ser acusado de nada, porque o inquérito por ele promovido e levado a cabo sob a égide de alguém que o Partido Comunista apoia, o almirante Rosa Coutinho, revelou que não havia absolutamente nada a censurar ao general Soares Carneiro enquanto responsável, enquanto secretário-geral do Governo de

Angola, no que respeita ao célebre campo de S. Nicolau.

Este campo não foi criado por sua iniciativa....

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Mas, foi povoado por iniciativa dele!

O Orador: — ... mas, sim, por iniciativa de pessoas que não merecem críticas tão duras do Partido Comunista.

Tenhamos decoro, meus senhores, e, sobretudo, respeitemos as pessoas.

O general Soares Carneiro, além do mais, foi uma pessoa que se portou com uma dignidade que devemos admirar quando conheceu os resultados das eleições presidenciais.

Uma voz do PCP: — Que é queria que ele fizesse?!

O Orador: — Durante a sua campanha fez afirmações inequívocas de respeito pelo regime democrático, aceitou democraticamente o resultado eleitoral e, depois de saber esse resultado, comportou-se em termos de merecer o nosso respeito e a nossa consideração.

Já sabemos que a posição do Partido Comunista é contrária a tudo o que sejam valores em que deva assentar uma sociedade, sobretudo os valores respeitados na nossa sociedade tradicional. Esses valores tentou destruí-los — e conseguiu-o em grande parte — no período do terror gonçalvista, atropelando tudo e todos, fazendo coisas que deviam levá-lo, se tivesse um mínimo de respeito pelos outros, a nunca mais abrir a boca sobre o respeito e sobre a defesa de liberdades que atropelou...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Isso era o que você queria!

O Orador: — ... por uma forma que nós, geração actual, sentimos muito mais na nossa carne do que os quarenta anos de fascismo, porque nós já não sentimos essa violência.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Ah sim?!

O Orador: — O Partido Comunista levou mais longe na nossa memória as violências no que respeita aos direitos dos cidadãos do que inclusivamente o regime anterior. Conheço pessoas que foram violentadas pelas vossas organizações, que morreram de desgosto, que tiveram que fugir do País, a quem foram retirados os seus empregos, que foram saneadas.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Tenha um mínimo de pudor!

O Orador: — Quem procede assim tem obrigação, por respeito para com os outros, de nunca mais tentar dar lições seja a quem for.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A minha intervenção tem como finalidade essencial proclamar, bem claro e bem alto, que

nós não estamos arrependidos de ter apoiado o general Soares Carneiro para a Presidência da República.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Consideramo-lo um português e um cidadão exemplar que merecia perfeitamente — e a nosso ver merecia mais ainda — estar no lugar mais alto de representação do nosso país, na Presidência da República.

O povo português é livre de fazer as suas opções, mas nós não abandonamos os nossos candidatos e queremos proclamar aqui bem alto que repudiamos veementemente afirmações desse género e que temos por ele todo o respeito e consideração.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Adelaide Paiva.

Mas, antes de a Sr.^a Deputada usar da palavra, queria dizer que estão inscritos, para usarem da palavra sobre este incidente, além da Sr.^a Deputada, os Srs. Deputados Veiga de Oliveira, Jorge Lemos e Lopes Cardoso. Depois de estes nossos colegas usarem da palavra, e como estamos um pouco fora da ordem de trabalhos, a Mesa não dará a palavra a mais nenhum Sr. Deputado sobre esta matéria.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Adelaide Paiva (PSD): — É ainda sobre a mesma matéria, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Exacto, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Então, Sr. Presidente, se os outros oradores inscritos quiserem falar antes de mim, cedo-lhes a minha vez e fatarei no fim.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, a Sr.^a Deputada suscitou um incidente e não vejo por que é que há-de ser ela a encerrá-lo, que me parece ser isso o que pretende.

Portanto, peço à Mesa que se respeite a ordem de inscrições.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — É evidente que, se a Sr.^a Deputada quiser falar, falará. Se não quiser, a Mesa não pode obrigá-la.

Tenha a bondade, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Adelaide Paiva (PSD): — Pois, muito bem, usarei agora da palavra.

Há pouco eu tinha formulado pedidos de esclarecimento, mas agora vou formular um protesto.

Relativamente aos meus pedidos de esclarecimento de há pouco, o Sr. Deputado Jorge Lemos não respondeu a uma única pergunta. Agora veio falar de fantasmas e trouxe os seus próprios fantasmas a esta Câmara.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — É lamentável, mas verifico que, efectivamente, o general Soares Carneiro é o seu fantasma preferido,...

Risos do PSD e do CDS.

... na medida em que, relativamente à liberdade de expressão e de pensamento, apenas se lembrou do general Soares Carneiro. Realmente, não revela muita imaginação, Sr. Deputado!

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Gostaria, efectivamente, que o Sr. Deputado, perante o povo português, se, por acaso, pudesse, soubesse ou tivesse coragem, respondesse às perguntas que formulei. Gostaria que o fizesse, porque talvez desse um pouco de classe, de categoria, de qualidade, a essa bancada, que tão desregradamente se comportou esta manhã.

Ao fim e ao cabo, eu digo desregradamente, mas sou injusta. Essa bancada comportou-se com perfeita coerência. Coerência com a vossa limitação e com a vossa mediania sobre conceitos de democracia, que são algo que aprenderam em compêndios, mas que não sabem viver nem respeitar, que vos são completamente alheios.

No vosso conceito, confundem democracia com falta de liberdade de expressão. A vossa democracia é colhida nos países de Leste, onde, efectivamente, qualquer crítica — muito mais pequena do que as críticas que qualquer dos vossos elementos expende à mesa do café — é motivo para umas férias paradisíacas em qualquer lugar bem afastado dos centros de decisão.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Octávio Telxeira (PCP): — Em S. Nicolau.

A Oradora: — Não é em S. Nicolau, é na Sibéria e sítios quejandos!

Efectivamente, Srs. Deputados, falta-vos qualquer sentido de responsabilidade, qualquer tipo de moral, para falarem em liberdade de expressão.

Direitos do homem e liberdade de expressão, se eu estivesse nessa bancada — que é coisa que só em mera fantasia poderia acontecer, ...

Uma voz do PCP: — Passamos muito bem sem a senhora!

A Oradora: — ... porque sou amante, há muitos anos da liberdade e da democracia —, seriam assuntos em que eu jamais tocaria, porque vos são completamente alheios. São assuntos para conversar, mas nunca para trazer a esta Câmara, porque os senhores não têm qualquer moral para o fazer.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de tudo, penso que se deve regressar à normalidade no tom de voz e na razoabilidade do que se diz.

Houve aqui protestos manifestamente exaltados, ...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Justamente exaltados!

O Orador: — ... que não tinham nada que ver com a argumentação política e a representatividade que cada um aqui tem, pois essa é, lembro, para todos igual.

Todos fomos eleitos com votos e, pelo nosso lado, temos mais de 1 milhão de votos, que garantem aqui a nossa presença.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Nós temos mais.

O Orador: — Não se deve confundir a opinião e a ideologia política seja de quem for, com o insulto.

E, se fascistas houve, e há, quando alguém pensa que um cidadão é fascista e se acha que deve dizer-lhe porque é importante, deve dizer-lhe, e mais ainda nesta Câmara. Se alguém acha que um cidadão é comunista, e se acusa que isso é um insulto, embora certos fascistas não achem que é insulto quando lhes chamam fascistas, deve dizer que esse cidadão é comunista, porque acha que isso é útil para a sua argumentação.

Mas, fora disto, tudo o resto são irritações despropositadas, são vozes em crescendo sem sentido, que, naturalmente, não metem medo nem retiram representatividade a ninguém.

Portanto, reconduzindo a discussão à sua fonte — estávamos a tratar de comunicação social —, o meu camarada Jorge Lemos fez críticas que são conhecidas de todos, que até foram feitas por pessoas de outros órgãos de soberania e que foram já admitidas, em certos aspectos, pelos próprios visados, e estas devem ser respondidas pelo Governo, não devem ser motivo de exaltação ou azedume ou de qualquer má disposição momentânea, devida à hora matutina em que estamos a trabalhar.

Risos do PCP.

As críticas que fizemos mantêm-se de pé, as respostas que esperamos são do Governo, porque é ele o visado.

A Sr.* Deputada pode chamar-nos, quando quiser, sociais-fascistas, fascistas ou comunistas, o que entender, pois, enquanto se tratar de um classificativo político, a Sr.* Deputada tem toda a liberdade de o fazer, eu não lha tirarei e em resposta não lhe chamaréi nome nenhum, chamar-lhe-ei simplesmente Sr.* Deputada.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Prescindo. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Também prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Cardoso e Cunha): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O programa do governo da Aliança Democrática apresenta-se constitucionalmente à Assembleia da República em termos fundamentalmente diferentes dos que enformaram idêntico debate há um ano. Com efeito, aquilo que em 1980 era desejo, projecto, intenção, eventualmente dúvida, interrogação, perplexidade, é hoje uma realidade política e social alicerçada em doze meses de governação concreta. Governação que, tendo sido em muitos casos de efectiva mudança, se sujeitou, na fase final da sua condição interinária, ao julgamento, não desta Câmara, mas directamente do povo que ela representa. Utilizando imagem feliz há tempos aqui proferida, 1980 foi de facto o «cano propedéutico» da Aliança Democrática, cujas provas finais lhe permitiram o ingresso, sem limitações de *numerus clausus*, na normalidade democrática dos governos de legislatura. Desta situação invulgar — a ocorrência de duas eleições gerais no início e no fim do período de exercício por uma nova força política — ressaltaram ganhos elitorais em todos os círculos, com particular relevância para os quatro distritos da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, onde a AD melhorou espectacularmente a sua posição eleitoral em relação a 1979 em cinquenta e cinco dos cinquenta e seis concelhos existentes. Daí decorreu um reforço substancial da maioria parlamentar e, consequentemente, a obrigaçāo de o Governo, e particularmente o Ministério da Agricultura e Pescas, não se afastar da linha seguida em 1980, que o País democraticamente sufragou.

De certo modo, a sujeição do Programa à Assembleia da República vem precedida de ratificação directa que transcende, se possível, o debate que agora nos ocupa. O Governo apresenta-se fiel à linha programática que a Aliança Democrática defende expressamente desde a sua fundação, e cabe fundamentalmente à maioria, como foi aqui acentuado na abertura do debate, confirmar essa fidelidade. No mesmo sentido parece apontar o facto, aparentemente insólito, de a moção de rejeição do Programa, subscrita pela principal coligação da oposição, ter sido apresentada na Mesa antes mesmo de iniciado o debate parlamentar.

O Governo apresenta para a agricultura e para as pescas um programa sectorial que, na sua necessária apresentação sintética, corporiza uma aproximação sincera, real e sem cosmética da situação dos dois sectores, tais como eles se nos apresentaram «por dentro» durante o mandato do primeiro governo da Aliança Democrática, tendo em atenção a forma como reagiram aos estímulos da acção governativa e atendendo à sua inserção na economia geral do País e nas tendências internacionais a que estão inelutavelmente sujeitos. Se as determinantes ou objectivos expressos significam claramente opções de política que naturalmente cabem ao Governo e às forças políticas que o apoiam, já as condicionantes assinaladas surgem como imperativos exógenos que não poderão deixar de ser considerados, a não ser como mutações inadmissíveis de orientação global. A articulação de uns e outros permitirá definir, em perspectiva de gestão, as linhas de actuação governativa que caracterizarão o Executivo e lhe farão merecer, ou não, o

apoio político do Parlamento. Importa ainda ter em vista que o Programa se projecta para quatro anos, período anormalmente longo para a nossa experiência governativa desde 1974. Por esse motivo, entendo dever privilegiar, no texto apresentado aos Srs. Deputados e nesta intervenção, linhas de política compatíveis com a duração do Governo, e não a enumeração, nunca completa e sempre fastidiosa, de programas e acções sectoriais a empreender com enquadramento nas mesmas linhas de política. O esclarecimento mútuo Governo-Parlamento não se esgotará assim, antes se prolongará pelos contactos que certamente se manterão através da comissão parlamentar específica e aos quais o Governo se não furtará.

Numa óptica coerente e consolidada de governo, a agricultura e as pescas são actividades que devem ter funções e participações bem claras no conjunto da economia do País. Para lá de outras caracterizações eminentemente sociais de ambas as actividades, profundamente ligadas à história, à tradição, aos valores culturais e humanos mais íntimos da nacionalidade, cuja preservação também constitui preocupação do Governo, o quadro global da economia portuguesa impõe atitudes realistas e pragmáticas quanto ao papel que compete a ambas as actividades na modernização da sociedade e na ultrapassagem da crise. Conceitos como produtividade, rendibilidade e fiscalidade, atavicamente arredados da generalidade das explorações, assumem premência e prioridade, por imperativos que ultrapassam os desejos ou as piedosas intenções da classe política. A solução dos grandes problemas financeiros nacionais, como bem acentuou o Sr. Ministro das Finanças e do Plano, passa pelo crescimento real da economia, e este não dispensa uma participação acrescida do sector primário.

Contaminados profundamente pelo corporativismo intervencionista, a que se seguiram experiências colectivizantes ainda mais paternalistas, os sistemas económicos dos dois sectores apresentam ainda, apesar de inflexões de mentalidade e acção governativa executadas com afinco em 1980, nítidos sintomas de passividade e sebastianismo, vivas reacções estruturais à alteração das premissas de base e um receio difuso e indiferenciado da mudança, que só se explica por quase total falta de confiança nas suas próprias potencialidades. E, contudo, foram positivas as reacções do complexo sistema produtivo aos estímulos introduzidos pela nova orientação do primeiro governo da Aliança Democrática. A produção foi sensível à oferta de novos instrumentos de gestão, adaptou-se em alguma medida a conceitos de ordenamento que haviam enformado acções administrativas, criou expectativas em relação aos planos desarticuladores dos monopólios de comercialização dos antigos organismos de coordenação económica. As associações de produtores começaram a convencer-se de que não poderão garantir a solvabilidade dos compromissos assumidos no crédito se não dispuserem de gestores capazes, que completem as indiscutíveis boas vontades e o pioneirismo de muitos dos seus dirigentes. A própria estrutura do Ministério da Agricultura e Pescas se foi mentalizando, se bem que com alguma lentidão, de que são as actividades que justificam — e pagam — os funcionários e de que, crescente-

mente, há quem relate os serviços prestados com as verbas orçamentais atribuídas.

A distinção fundamental entre explorações do sector primário e empresas, ainda que empíricas, é que a exploração diz respeito a uma unidade essencialmente económica dirigida para a produção, enquanto o conceito de empresa sugere a ideia de uma comunidade de trabalho, com interacções em relação ao meio envolvente, portanto com profundo significado social, além do económico. Quando, no vocabulário utilizado na explicitação da política, mais reformista que conservadora, se utilizam expressões como «empresa agrícola», «rendimento empresarial disponível», etc., não se veja nelas o privilégio mais ou menos exclusivista pela unidade produtiva de grandes dimensões, com técnicas sofisticadas de laboração e gestão. Veja-se, sim, a preocupação de vallorizar a tendência para afastar os agentes económicos da passividade e do conformismo, da aceitação inibida e complexada de subalternidades sociais, da resignação conformada a um futuro sem esperança.

Reposa assim toda a estratégia do Governo na convicção de que o agricultor ou o pescador, por pequena que seja a sua dimensão, possui virtualidades de promoção económica e social que devem ser estimuladas em direcções coerentes com as dos interesses gerais do País. A acção técnica e administrativa do Estado deverá ser orientadora, e não determinante. Os crescimentos qualitativos e quantitativos que se desejam dependerão da resposta efectiva dos agentes económicos, que têm a possibilidade, por acção conjunta, de multiplicar por centenas de milhares as iniciativas e os resultados. Viabilidade e rendibilidade são conceitos vazios se desinseridos do quadro institucional, económico e social envolvente. Os apoios do crédito, os seguros agrícolas, das acções de formação e extensão, da contabilidade, ainda que esquemática, das tecnologias operacionais, da hierarquização e modulação dos preços bases fixados por via administrativa, do recurso a formas específicas de exploração como a agricultura de grupo, os apoios das próprias perspectivas de promoção social dos agentes económicos, são bem mais determinantes da rendibilidade que simplistas qualificações de área ou generalizações pouco fundamentadas de condicionantes naturais.

Como se posicionará o Estado perante o produtor num sistema enformado, como acima deixei bem claro, pela confiança nos seus cidadãos?

Em primeiro lugar, o Estado deverá assumir a posição correcta, entre o colectivismo paternalista e o liberalismo desregrado, aceitando a sua função moderadora, sem se substituir aos mecanismos próprios da produção e do mercado, mas garantindo de modo efectivo a sua participação moralizadora, no sentido da conjugação de interesses dos produtores e dos consumidores, e assegurando, da mesma forma que utiliza o conceito de salário mínimo no mundo do trabalho, um rendimento mínimo no mundo do trabalho, um rendimento mínimo ao produtor pela via da fixação de preços de garantia não incentivadores e segurança de escoamento, a esse nível, de preços. Estimulará assim a liberalização das trocas comerciais sem perder o controle de situações injustas para o produtor, por especulações baixistas, e para o consumidor, por especulações altistas.

Em segundo lugar, colocado perante uma economia primária com graves distorções, em que as mais das vezes se investem subsídios, se vendem descontos e se despendem bonificações, o Estado tem de tender para a valorização real dos factores, dos produtos e dos serviços, desenrolando um sistema por vezes impenetrável que alimenta as distorções e também se alimenta delas. A racionalização dos investimentos fomentados por situações deste tipo, como acontece, por exemplo, no sector dos lacticínios, é imperiosa e urgente.

Em terceiro lugar, o Estado deverá tornar claro ao País que a garantia de rendimentos dos produtores não poderá eternamente repousar sobre a actualização automática dos preços de mercado. Numa perspectiva internacional integrada, como aquela para a qual o País se orienta, factores estranhos à acção do Governo e intimamente relacionados com a valorização real dos produtos em condições de produtividade *standard* sobrepõem-se às valorizações administrativas de uso interno e terão incidências óbvias no ordenamento e nas decisões dos agricultores.

Em quarto lugar, importa clarificar uma situação em que a incidência dos subsídios concedidos pela comunidade ao sector produtivo atinge percentagens preocupantes do valor da produção. No caso da agricultura, o valor acumulado dos subsídios directos aos adubos, aos combustíveis, aos cereais, às oleaginosas, aos lacticínios, às rações para gado, às bonificações dos juros e à participação nos prémios de seguro — sem contar, portanto, com o custo do sector público administrativo que lhe é afecto e às prestações líquidas da segurança social — chega a percentagens da ordem de um quarto do produto agrícola bruto. Há assim valores importantíssimos que se movimentam em circuito fechado, obscurecendo uma perspectiva que se desejará limpida para permitir dar algum sentido ao comando macroeconómico do sector.

Em quinto lugar, o Estado tem de se posicionar na perspectiva que os valores das receitas e encargos do Orçamento lhe permitem. Não é preciso grande esforço de imaginação para avaliar as directrizes que qualquer Ministério das Finanças imprimirá a esse posicionamento.

Em sexto e último lugar, o Estado deverá ter a humildade de bem avaliar as suas próprias potencialidades e a objectividade apurada no sentido de reconhecer que os sistemas não se corrigem de imediato. Há que aceitar uma situação de facto em muitos sectores, onde a distorção de actividades e a eventual desinserção dos agentes económicos se deve, as mais das vezes, a erros de orientação de sucessivos e às vezes contraditórios governos. As correcções estruturais aqui referidas terão de ser interpretadas como tendências, capazes de aceitar correcções de trajectória de acordo com a própria evolução das realidades concretas. Há que ser firme mas prudente, ambicioso, mas paciente, frio e objectivo, mas não insensível às situações reais de um sector injustamente martirizado há longos anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se este panorama é de alguma forma sombrio, não cabe a culpa a quem herdou o sistema e lhe aplicou, já em 1980, algumas correcções de trajectória que os condicionantes permitiam. O que é importante, nesta discussão e nesta altura, é não se iludir com aparências, é atingir a profundidade dos problemas e é detectar vias de saída

para a crise. O Governo aponta claramente para a solidariedade entre as instituições, os agentes económicos, a maioria parlamentar e as contribuições que a oposição entenda dever prestar a estes problemas nacionais como a principal via de solução, suficientemente prometedora para a considerar justificativa de tão optimismo. O Governo quer basear a sua actuação no absoluto respeito pelas atribuições e responsabilidades da Assembleia da República, em particular no que respeita à eventual alteração dos textos fundamentais da estrutura fundiária e à fiscalização das acções do executivo. O Governo apresenta-se, além disso, com uma estrutura remodelada no sentido da valorização da sua acção nos problemas da agricultura e das pescas. Promoveu os departamentos que curam da integração europeia ao nível de ministério, atribuindo-lhes funções de coordenação e envolvimento das críticas negociações que se aproximam e valorizando os aspectos da promoção interna e do esclarecimento público das consequências, dos custos e dos objectivos da adesão ao Mercado Comum. Institucionalizou, no Ministério do Ambiente e da Qualidade de Vida, aspectos normativos de preservação ecológica e de recursos naturais, introduzindo a nível do Conselho de Ministros um balanceamento natural de tendências. Considerou, na reinstalação do Ministério da Reforma Administrativa, a necessidade de imprimir força e dinamismo às alterações estruturais inseparáveis da alteração de atitude, de dimensão e de mentalidade que o Estado terá de assumir sob pena de inviabilizar à partida todo o projecto de modernização e mudança. O Governo prosseguirá, de acordo com o Programa, vias já ensaiadas no ano que findou, inovando se for caso disso, adaptando fórmulas consagradas nos países que economicamente nos precedem se elas se ajustarem aos problemas nacionais e mantendo íntimo contacto com a realidade concreta da agricultura e das pescas, como natural emanação das actividades que tutela. Na capacidade de orientar, não se distanciando, na função de incentivar, não se substituindo aos agentes económicos, e na virtualidade de manter firmeza e transparência no comportamento, sem tender para o autoritarismo ou para a transigência, reside a chave do sucesso e a garantia do cumprimento desta missão.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel da Costa.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Sr. Ministro, ouvi com atenção, como devia, a intervenção de V. Ex.^a e desde logo me pareceu confirmar a vocação masochista deste governo e ao mesmo tempo a reivindicação de prática política semelhante à do cuco. Digo masochista porque V. Ex.^a referiu que o governo da AD do ano anterior terá sido como que um «governo do ano propedêutico» em relação ao ano de governação que agora se inicia. Bom, sempre ouvi, por parte de VV. Ex.^{as} referir o ano propedêutico como o mal maior do Ministério da Educação, a tal ponto que a primeira preocupação foi acabar com ele. Será que V. Ex.^a, como Ministro da Agricultura e Pescas, está apostado em terminar com a prática política anteriormente seguida? Se assim for, congratular-nos-emos com isso.

Em relação à prática política semelhante à do cuco, justifica-se a afirmação ouvindo-o com atenção e atendendo àquilo que afirmou quando disse que o excelente ano agrícola que o ano passado tivemos em Portugal se ficava a dever de algum modo à orientação política do Ministério da Agricultura e Pescas do anterior governo. Se assim é, francamente, Sr. Ministro! Se os agricultores produziram porque tiveram um ano excepcional em termos climatéricos, V. Ex.^a não o pode negar, como é que o Governo pode reivindicar essa melhoria de produção? Não me parece correcto. O cuco é que normalmente se limita a pôr os ovos no ninho que as outras aves fazem.

Risos do PS.

Queria ainda referir aqui aquilo que eu considerei como sendo a parte mais importante do discurso de V. Ex.^a. Diz o Sr. Ministro que «a viabilidade e a rentabilidade não têm sentido se não inseridas no contexto institucional da realidade». Se assim for, posso afirmar que sempre defendemos essa tese. Mas como é que V. Ex.^a explica a ideia, sempre arreigada por este governo e pela sua maioria, de apernas pretender defender as «explorações com viabilidade económica», sabendo que a realidade nacional enferma aí em demasia, dado que não temos nem estruturação física nem humana para podermos encarar a política agrícola nos termos em que V. Ex.^a referiu?

Para terminar, Sr. Ministro, queria congratular-me pelo facto de o Ministério da Agricultura e Pescas estar disponível para a fiscalização dos seus actos. Tal fiscalização é um imperativo democrático e constitucional que passa por esta Assembleia, mas não só. Tendo sido mesmo o Sr. Ministro que no ano passado aqui nos garantiu que iria proceder a inquéritos no seu Ministério, já é tempo de o Sr. Ministro cumprir aquilo que nos prometeu, trazendo a esta Câmara os resultados desses mesmos inquéritos.

Sr. Ministro, desejava apenas que, em relação à política agrícola, tivesse o Ministério da Agricultura e Pescas a humildade necessária — que não seria uma atitude de menor empenhamento na resolução dos problemas — para ter em consideração as organizações dos agricultores e de com elas entabular outro tipo de diálogo. Se não o fizer, faço votos para que tenha em consideração as críticas que as associações de agricultores fazem, porque essas associações estão ao serviço dos agricultores e não de quaisquer outros interesses.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sáias.

O Sr. Luís Sáias (PS): — Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, devo dizer a V. Ex.^a, com a maior sinceridade, que é com tristeza e grande decepção que li o Programa do Governo na parte referente às pescas. O Programa do Governo, na parte referente às pescas, não passa de três páginas mal cheias de banalidades inócuas, e por isso esperávamo que V. Ex.^a, no discurso que acaba de proferir, de alguma maneira suprisse essa deficiência. A verdade, porém, é que V. Ex.^a relativamente às pescas também nada disse

e ficámos assim nas nossas mãos apenas com estas três páginas mal cheias de banalidades que na realidade não fazem nem mal nem bem a ninguém.

É evidente que esta atitude na confecção do Programa do Governo e no discurso de V. Ex.^a suscita muitas perguntas, um volume enorme de perguntas, no sentido de saber alguma coisa do que a AD vai fazer nos próximos quatro anos em relação às pescas. Infelizmente o meu partido não dispõe de tempo para serem feitas as perguntas que eram necessárias, por isso limito-me a duas ou três questões.

A primeira pergunta que eu desejo fazer a V. Ex.^a é esta: sabe-se, é quase um lugar comum dizê-lo, que é imprescindível e urgente proceder à integração de organismos dos sectores das pescas que andam dispersos por outros organismos do Estado. Vejo aí ao seu lado o Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro que foi Ministro do Comércio e Turismo no anterior governo e que por isso mesmo sabe muito desta matéria. O Sr. Ministro sabe que há organismos das pescas que estão no Ministério do Comércio, há organismos das pescas que estão no Ministério da Defesa, há organismos que deviam estar nas Pescas, mas estão no Ministério dos Transportes e Comunicações. Na realidade os organismos do sector, à excepção dos organismos de produção, estão dispersos por outros departamentos governamentais. A pergunta, uma vez que o Programa do Governo é omissão nesta matéria, é a seguinte: o que pensa o Governo acerca da concentração na Secretaria de Estado das Pescas, uma vez que não houve Ministério do Mar, dos organismos que andam dispersos?

Outra pergunta que gostaria de fazer a V. Ex.^a refere-se ao planeamento. Penso, estou inteiramente convencido, que sem planeamento científico não há futuro para as pescas portuguesas. V. Ex.^a, que tem que tomar resoluções sobre este importante sector, ou tomará decisões ao acaso, segundo a inspiração de momento, ou tomará decisões segundo os conselhos que lhe sopram em cada altura. Se V. Ex.^a tivesse no Ministério da Agricultura e Pescas um órgão de planeamento, poderia nos próximos quatro anos, ou ao fim de algum tempo, tomar decisões acertadas para a crise que o sector atravessa. A pergunta é esta: pensa o Governo criar um órgão de planeamento próprio das pescas e dotá-lo dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados ao cabal desempenho das suas responsabilidades, designadamente quanto à elaboração dos planos de médio e longo prazo?

Uma terceira questão está relacionada com o ensino. O Programa do Governo, no tocante ao ensino, propõe-se intensificar as actividades a exercer pela Escola Profissional de Pesca. Não explica, contudo, o Programa em que é que consiste essa intensificação. Todos sabemos o que é hoje a Escola Profissional de Pesca. A Escola Profissional de Pesca é uma espécie de escola primária que faz cursos para algumas, muito poucas, pessoas. Ora é evidente que sem o ensino das pescas a sério não será possível arranjar o pessoal devidamente habilitado que o sector precisa. Por outro lado, sabemos — e V. Ex.^a sabe-o tão bem como eu — que a tecnologia apurada que o sector tem de usar implica cada vez maiores conhecimentos e não é uma escola elementar ou primária, como é a escola que temos, que irá suprir as carências do País em matéria de pessoal habilitado. A minha ideia,

transmito-a a V. Ex.^a porque talvez a queira aproveitar, é que se deviam começar a lançar as bases de um ensino de nível superior das pescas, não querendo com isto dizer que se institua um curso superior de pescas, visto que de momento isso não seria possível por falta de professores e de infra-estruturas minimas. Neste momento o ensino das pescas é restrito a Lisboa — só em Lisboa é que funciona a Escola Profissional de Pesca —, no entanto já foi tradição neste país que houvesse outras escolas em centros piscatórios. Pergunto ao Governo se pensa repor em funcionamento esta ideia, criando delegações da Escola Profissional de Pesca ou fazendo cursos móveis de ensino.

Problema grave para o País e extremamente delicado, para o qual não me canso de chamar a atenção dos sucessivos governos, liga-se à entrada de Portugal para a CEE. Toda a gente imagina que a entrada de Portugal para a CEE produzirá uma sacudida enorme nas nossas actividades económicas. No que às pescas se refere, estes problemas têm uma delicadeza e uma acuidade excepcionais, porque, como sabemos, os recursos existentes na nossa Zona Económica Exclusiva que não sejam aproveitados por nós terão de ser cedidos aos parceiros comunitários. Ora a verdade é que neste momento Portugal, em relação às suas 200 milhas da Zona Económica Exclusiva, ocupa nas pescas apenas 20 milhas — os nossos pesqueiros não vão além de 20 milhas. Isto quer dizer que cerca de 90 % da nossa ZEE está praticamente desocupada, praticamente abandonada, e se nós não ocuparmos, no tempo que nos resta até à adesão plena à CEE, toda a Zona Económica Exclusiva e se não conseguirmos fiscalizá-la eficazmente é evidente que a maior parte da ZEE portuguesa terá de ser cedida às frotas pesqueiras comunitárias e ficará à disposição do todo o mundo se não for fiscalizada. A pergunta é esta: pensa o Governo, pensa em participar V. Ex.^a, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, deixar a nossa ZEE no estado de virgindade para os Portugueses em que actualmente se encontra ou pensa tomar medidas eficazes e urgentes para a ocupação e fiscalização da ZEE?

Eram estas as perguntas que gostaria de fazer a V. Ex.^a numa primeira abordagem, porque não tenho mais tempo disponível.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, como já temos pouco tempo disponível para todo o Grupo Parlamentar, vejo-me obrigado a prescindir da interrogação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Portugal da Silveira.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, gostaria de lhe colocar três perguntas muito breves, que ajudarão a esclarecer as intenções do Programa não só a mim, como a toda a Câmara.

Primeira pergunta: o que é que entende por «novas culturas»? Também no Programa se fala em dois grupos de agricultores, uns que corresponderão às neces-

sidades e outros que são considerados agricultores de subsistência. Parece entender-se que para os últimos se seguiria uma política de subsídios. Será esta uma boa interpretação do Programa?

O ano passado foi autorizada a importação de Espanha de 1 milhão de arrobas de cortiça. A tirada nacional do ano passado foi baixa, mas mesmo assim provocou já um certo desequilíbrio no sector, na medida em que há muita cortiça no mato por vender. Estando prevista uma nova autorização de importação de cortiça e sabendo-se que o próximo ano vai ser de grande tirada — na ordem dos 14 milhões de arrobas —, pergunto qual é que vai ser a política do MAP nessa matéria.

Finalmente, não queria deixar de fazer uma referência em relação ao que acabo de ouvir da boca do Sr. Deputado Luís Saisas. Quando o Sr. Deputado fala da ZEE, devo dizer-lhe que estou inteiramente de acordo. Só que não consta, quando foi Ministro da Agricultura e Pescas, que tivesse posto em prática aquilo que agora refere e que eu aplaudo com ambas as mãos.

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, iria começar pela ordem inversa das questões.

Sr. Deputado Portugal da Silveira, o problema das novas culturas na agricultura portuguesa é um assunto importante que não deve ser tratado de ânimo leve. Penso que sabe — todos que estamos ligados ao sector temos conhecimento disso — que a plantação de tabaco já é uma realidade que está a atingir a capacidade possível de ser utilizada na zona onde ele é ecologicamente produzível e que existem planos acerca da implantação de unidades produtoras de açúcar a partir da beterraba. Fui durante muito tempo crítico em relação a este projecto. Reconheço, porém, que tem problemas especiais, não só na parte industrial como na parte agrícola, em relação à substituição que vai provocar nas áreas que lhe são afectas. No entanto a minha posição em relação ao «projecto beterraba» tem vindo a ser sucessivamente modificada pela análise das condições exógenas que mais uma vez nos são impostas, a nós e a outros países, sem ressalva da nossa independência económica. As ramas de açúcar assumiram valores insuportáveis para a nossa economia. A previsão aponta para um novo agravamento, em particular com a entrada da China Popular nos mercados mundiais de ramas, e portanto, por imperativos do nosso desenvolvimento, que nos impõe particular atenção à composição cambial dos nossos futuros projectos de desenvolvimento industrial, e por uma defesa natural em relação a um produto cuja importação tem valor elevado, enquanto o consumo de açúcar em Portugal não for muito reduzido, vemo-nos obrigados a encarar o esquema da beterraba como nova cultura com os cuidados que merece. No Ministério da Agricultura e Pescas o assunto está em fase adiantada de análise, existem na bancada da maioria pessoas perfeitamente preparadas para o discutir — certamente a Oposição terá uma palavra a dizer —, e eu sugeriria que nas próximas

reuniões da Comissão de Agricultura e Pescas o assunto pudesse ser discutido com a profundidade e o alargamento que merece.

Relativamente a minha noção de que existem em Portugal duas espécies de agricultores, gostaria que o Sr. Deputado a interpretasse como uma preocupação de ver um problema real sem cosmética. É um facto que existem em Portugal agricultores que reagem aos estímulos do mercado e que podem ser englobados, na perspectiva do conceito que desenvolvi no meu discurso, dentro do grupo dos verdadeiros empresários agrícolas. No entanto a intenção da minha referência especial, tanto no discurso como no texto escrito, foi a de fazer notar e chamar a atenção desta Câmara para o facto de que não se pode subestimar a posição de zonas marginais, de zonas que, mesmo em países economicamente mais desenvolvidos da CEE, são sujeitos a esquemas especiais de sustentação a custo da comunidade e que, por essa via e dentro das limitações orçamentais, devem corresponder a uma efectiva transferência de recursos das zonas mais felizes ou mais prósperas de uma comunidade para as zonas que não têm as mesmas possibilidades. A alternativa seria a desertificação, o abandono, a emigração.

Em relação ao problema da cortiça, de que me falou, estamos perfeitamente atentos. Já neste momento se fizeram diligências no Ministério do Comércio e Turismo, dentro das normas que apontam para uma viabilização do comércio internacional, para que se contenha a importação de cortiça de Espanha, uma vez que se espera para este ano uma safra de grande importância.

Em relação ao Sr. Deputado Luís Saisas, meu ilustre antecessor e que cumprimento nessa qualidade, devo dizer o seguinte: acusou o Sr. Deputado o nosso programa de ser um conjunto de inócuas banalidades. Penso que foi demasiado severo, embora esteja no seu direito, e é curioso assinalar que pela bancada do Partido Socialista o nosso programa já foi atacado por duas vezes: o Sr. Deputado Almeida Santos atacou-o porque ele era genérico e depois um outro deputado, que falou ontem, disse que ele era demasiado circunstanciado. É uma situação delicada; o Sr. Deputado já fez programas de governo durante a sua passagem pelo Ministério e sabe que é preciso balancear um equilíbrio justo entre um enumerar de medidas, que pode ser uma simples descrição das lombadas dos *dossiers* existentes no Ministério, e uma afirmação de política geral que preferi fazer no discurso falado. De qualquer forma penso que um texto, apesar de composto por três páginas mal cheias, que refere problemas tão importantes como a investigação aplicada, os acordos de pesca com outros países, a fiscalização e defesa da Zona Económica Exclusiva, a situação das empresas nacionalizadas do sector da pesca, o fomento do carácter associativo dos produtores, os problemas do ensino, não pode ser considerado como contendo inócuas banalidades. Naturalmente que o Sr. Deputado gostaria, e eu também, em relação a cada um dos pontos poder produzir aqui um texto completo. De qualquer forma o Sr. Deputado, como ex-responsável de um sector que conhece, em particular nas pescas, bastante melhor do que eu, terá possibilidade, através da Comissão de Agricultura e Pescas, de que espero que faça parte, de con-

seguir numa óptica de integração com o Parlamento, que as medidas tomadas neste importante sector não sejam características de um poder único, mas sim de um poder balanceado e democrático.

O Sr. Deputado Luís Saisas, pelas observações que fez — permita-me dizê-lo, e não tome esta afirmação como incorrecção — ficou-me a ideia de que nas suas dúvidas é que havia uma certa banalidade, naturalmente porque na sua limitação de tempo não teve oportunidade de os desenvolver como entendia.

Em relação à integração das pescas num só organismo devo dizer-lhe que mesmo no seio da Aliança Democrática, eu próprio, como Ministro da Agricultura e Pescas, tomei uma posição favorável à criação do Ministério do Mar. Penso que seria uma boa solução, mas não foi possível, por razões diversas, concretizar esse projecto. No entanto não estou de acordo consigo e com a sua visão vertical, um tanto corporativa — se me permite o exagero —, de inserir todas as actividades ligadas com a pesca numa mesma óptica, num mesmo comando. Pelo contrário, naquillo que diz respeito à comercialização e a mercados, onde a valência-consumidor se apresenta com a mesma força da valência-produtor, há todo o interesse em que as resoluções do Governo sejam tomadas por uma dualidade de departamentos e, neste caso, face às medidas em curso de adaptação a regras de comércio da CEE, embora não exclusivas da CEE, é possível organizar com o Ministério do Comércio e Turismo e manter em boa articulação sistemas não totalmente verticais.

Sobre o planeamento científico, o que o Sr. Deputado disse, desculpe a expressão, é uma generalidade. É evidente que não é pelo facto de se criar o órgão que refere que o planeamento existe. De certo modo até nas Ciências da Natureza é a função que faz o órgão. Se a sua pergunta diz respeito à necessidade de planeamento, devo dizer-lhe que estamos cem por cento de acordo, profissionalmente é a minha especialidade e não posso aceitar que qualquer acção governativa — em qualquer campo, nas pescas, na educação ou nos desportos — seja feita sem planeamento, por isso penso que a sua pergunta não merece mais comentários.

Penso que foi demasiado severo em relação ao ensino das pescas e gostaria de nos próximos dias fazer uma visita à Escola Profissional de Pescas na companhia do Sr. Deputado Luís Saisas. Não é de facto um instituto superior de pescas, é uma escola digna e que está a funcionar bem. Já no meu anterior mandato se iniciou um processo mais barato de diversificação de estruturas no ensino das pescas. Já está pronto o navio de ensaio que irá fazer sessões de estudo pelos vários portos, já está a chegar o material que equipará um camião especializado que durante todo o ano fará o ensino dos técnicos de electrónica. Tudo isto abordaremos nessa visita, que não me esqueço de tentar marcar com o Sr. Deputado Luís Saisas.

Relativamente à CEE, o que o Sr. Deputado diz acaba por ser um pouco piedosa intenção. Todos nós sabemos que temos à volta de um milhão e meio de quilómetros quadrados da Zona Económica Exclusiva e sabemos também que não é com medidas que eles se enchem, enchem-se com barcos e para os

barcos só há duas alternativas: ou são feitos com os fundos do Governo ou são feitos com os fundos dos privados... não há chuva de barcos! Da necessidade de ocupar essa zona não há ninguém nesta Câmara que não possa estar de acordo. No entanto faço um apelo à sua sensibilidade de governante para ter a noção clara da dificuldade de tornar operativo um programa que está tão longe das nossas possibilidades imediatas.

Sobre agricultura fizeram-se duas intervenções: uma do Sr. Deputado Manuel da Costa e outra do Sr. Deputado António Campos, uma em termos, apraz-me verificar, dialogantes, outra em termos vociferativos — presumo que sejam características dos interventores.

Risos.

Nestes problemas da agricultura é curioso verificar que não há grandes divergências. Praticamente estão todos de acordo e as divergências existentes têm-se verificado mais em relação aos métodos do que em relação aos objectivos. É curioso verificar que nas duas intervenções um disse que o ano agrícola do ano passado foi óptimo e o outro disse que foi péssimo — são situações que os senhores deverão esclarecer um com o outro.

Risos do PSD.

O Sr. Deputado Manuel da Costa referiu que os meus conceitos de viabilidade e de rendibilidade de uma exploração agrícola são próximos dos seus. Congratulo-me com isso. É, portanto, nessa base que, quando o governo da Aliança Democrática fala em explorações viáveis, perspectivando essa inserção num enquadramento de formação, num enquadramento económico, num enquadramento social, deve ser entendida a expressão.

Não é necessário fazer apelo à minha humildade, porque não tenho qualquer complexo em falar com as associações de agricultores. Só que esse diálogo, e isto extraí-se da minha experiência do ano passado, só é útil quando da parte das associações é assumida a humildade de dialogar, não baseando, naturalmente influenciados pelo Sr. Deputado António Campos, o diálogo em tons vociferativos nem considerando justa a luta dos trabalhadores que visa passar o gasóleo para 5\$ quando sabem que isso é impossível.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

As observações do Sr. Deputado António Campos são quase todas elas pacíficas. Tenho a intenção de criar bancos de terra distritais. A experiência do Vale do Mondego é positiva, mas dá-nos a ideia, a mim e a si, que também foi responsável no Ministério da Agricultura e Pescas, da lentidão e dificuldade do processo, que não se podem pulverizar essas estruturas rapidamente, com o risco de as tornar inoperativas.

Em relação ao problema da febre aftosa, faço-lhe notar que é um problema, como diz, que tem quarenta anos em Portugal e que não era possível eliminar num governo de dez meses.

Estou o mais de acordo possível consigo no que diz respeito à função que as caixas de crédito devem ter

na zona periférica em relação ao mecanismo de crédito do País.

Sobre o seguro agrícola, que colocou na posição de gratuito e geral, um pouco influenciado pelo Serviço Nacional de Saúde, não estou de acordo. Temos limitações orçamentais, referi no meu discurso o que neste momento contam para a economia agrária os subsídios directos da sociedade à actividade. No entanto, mesmo nas condições em que o instituímos, o seguro agrícola foi um sucesso, emitimos o ano passado mais de vinte mil apólices e foram seguros capitais superiores a dez milhões de contos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este debate sobre o Programa do VII Governo Constitucional, que por alguma razão não tem provocado nem o interesse do público, nem a expectativa e suspense que outras discussões do género já provocaram nesta Câmara, tem revelado aspectos curiosos, cuja importância cumpre salientar.

Derrotada a estratégia plebiscitária para uma revisão constitucional escudada num Presidente da República identificado com a maioria, assiste-se agora a uma nova fase de desenvolvimento da ofensiva da Aliança Democrática. Tal ofensiva, envolvida numa linguagem em que se encadeiam constantes lugares-comuns despidos de conteúdo, vem revelar, afinal, que a AD, tal como as classes privilegiadas o fizeram em vários momentos da história contemporânea portuguesa, procura construir à sombra desses lugares-comuns novos argumentos protectores para realizar, afinal, a reconstrução do sistema de dominação que o 25 de Abril começou a desanticular.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — É a «libertação da sociedade civil», ontem aqui escalpelizada pela Deputada Teresa Santa Ciara Gomes; é a apologia da «economia concorrencial», é a insistência na «democracia plena sem tutelas militares», é o lamento pela extensão do «sector público» e pela omnipresença do Estado.

E a utilização destes ingredientes como objectivos e princípios da acção governativa — pese o seu envolvimento num discurso tecnocrático e pretensamente modernizador e europeista (na pior das acepções que esta expressão possa comportar) — mascara, ao fim e ao cabo, a aposta na iniciativa privada, endeuizada como nova panaceia milagreira, erigida como pilar quase exclusivo da política económica do Governo.

Importa, pois, perguntar: que iniciativa privada? Iniciativa privada de quem?

Quando se sabe que cerca de dois terços das unidades industriais registadas como tais empregam até 4 operários; quando se sabe que só escassos 5 % das unidades industriais empregam mais de 100 trabalhadores; quando se verifica que em muitas regiões do País persistem formas diversas de relações sociais próximas do pré-capitalismo; quando se tem conhecimento de que na indústria têxtil, por exemplo, os

trabalhadores aceitam remunerações abaixo do salário mínimo nacional, porque, a não ser assim, deixariam de ter trabalho, em virtude das debilidades crónicas do sector; quando pensamos na desaparição, após a Revolução do 25 de Abril, dos grandes grupos económicos organizados, é pertinente que se coloque a questão: iniciativa privada de quem?

Nada opomos à criação de condições para que, nos termos constitucionais, se criem condições de viabilidade e prosperidade económica a iniciativa privada, nomeadamente às pequenas e médias empresas industriais e comerciais. Mas será nestes sectores que o Governo apostará quando vem aqui enaltecer as virtudes milagrosas da «economia concorrencial»?

Não creio que o Governo pense nestes sectores, que no processo de integração na CEE necessitam sobretudo de protecção.

Ou será que a «libertação da sociedade civil», «a democracia plena sem tutelas militares», as virtudes da economia concorrencial, são, afinal, os ingredientes que ocultam a reconstrução de um neomarxismo sem colónias ou dito por outras palavras, a reconstrução da teia de interdependências entre os interesses dos grandes grupos económicos (que no Programa e nas palavras do Governo não estão claramente rejeitados) e o poder político?

Rejeitam, clara e expressamente, o Governo e a AD um entendimento dos ingredientes ou dos objectivos atrás referidos como veículos para a reconstrução dos grandes grupos económicos? Rejeitam o Governo e a AD, expressa e claramente, essa reconstrução, que envolve, nas circunstâncias concretas da sociedade portuguesa, a protecção do *casse-tête* repressivo, a protecção da manipulação da comunicação social, a protecção do uso atempado no sector público de medidas «desburocratizantes», ironia com que o Governo parece pretender mascarar a sua apetência pela reprivatização de sectores básicos da economia?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Pensamos que quase sete anos volvidos após o 25 de Abril muita coisa começou a esclarecer-se, muita máscara social-democrata cede lugar ao rosto certamente mais autêntico dos interesses oligárquicos. Seja-me, contudo, permitida uma última observação.

Ontem, por parte das bancadas da maioria, mais uma vez houve remoques e diatribes contra esse génio maligno que a AD vê no Conselho da Revolução. Pensa a UEDS que o Conselho da Revolução deixará de existir dentro em pouco, quando se consumar a revisão constitucional. Podem, assim, ficar sossegados alguns deputados da maioria de que não serão os partidos da FRS que contribuirão para que acordem sobressaltados e ansiosos, de noite, com paisadelos personificados nos Conselheiros da Revolução. Todavia, não é descabido neste momento assinalar a hipocrisia daqueles que no Verão de 75 muitas vezes se escudaram atrás desses mesmos homens que hoje são encarados como coisa espúria, como obstáculo à democracia. E aproveito aqui a oportunidade para, frontal e abertamente, prestar a homenagem, da UEDS aos Conselheiros da Revolução...

O Sr. António Lacerda (PSD): — Não era preciso!

O Orador: ... que, expressão do 25 de Abril e do MFA, contribuíram para que possamos estar hoje aqui em democracia, e em liberdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E não deixarei de assinalar que a possibilidade de ouvirmos aqui tantas invectivas contra os militares de Abril, tantas acusações, as mais das vezes infundadas, contra os que no Conselho da Revolução fazem recordar a derrocada do fascismo e a defesa da liberdade e da democracia, se deve, em boa parte, aos Conselheiros da Revolução ortundos do MFA.

A memória dos homens é curta e a hipocrisia algumas vezes não conhece limites.

Aplausos da UEDS, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Lopes.

O Sr. Manuel Gomes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os slogans aqui tão empolgadamente proferidos de «melhoria da qualidade de vida», de «redução do volume de desemprego» e de «aceleração do desenvolvimento económico» mais não são do que panaceias com que se pretende encobrir, por vezes numa linguagem burilada, os verdadeiros objectivos de ataque aos direitos e interesses dos trabalhadores, ao seu nível de vida, à estabilidade do seu emprego, bem como de destruição das grandes conquistas da Revolução de Abril.

Em matéria de política de trabalho e emprego, uma coisa têm os trabalhadores como certa: a significativa baixa do seu nível de vida provocada num período muito curto pela recente subida dos combustíveis, da electricidade, da água, dos transportes, dos correios e telefones, das taxas dos Serviços Médico-Sociais e, naturalmente, dos inevitáveis aumentos já provocados e a provocar noutros sectores.

Mas o programa do governo «AD» vai mais longe. Por um lado, aponta para uma política de liberalização a nível dos preços e acaba com todos os «constrengimentos» ao funcionamento do mercado capitalista, mas, por outro, vem pretender impor um tecto salarial, pretendendo o seu estabelecimento de forma imperativa para as empresas públicas. Não fosse o absurdo desta medida, era caso para perguntarmos: por que é que o Governo não estipula que este ano os lucros só podem crescer 16 %?

Ainda sobre a melhoria de vida, o Governo deve informar esta Assembleia sobre quais os mecanismos que pensa adoptar, se é que pensa, para que a duração média dos salários dos trabalhadores não tenha uma vigência superior a doze meses. Ou será que o Sr. Ministro do Trabalho só tem força, se necessário, para impor as chamadas «relações industriais», à boa maneira anglo-saxónica e da «trilateral», com a qual se pretende iludir que as relações sociais traduzem conflitos de classe?

Expressa o programa do governo «AD» o propósito de limitar os direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores em nome da salvaguarda dos direitos de outras classes e aponta para a restrição dos direitos de organização e acção colectiva, nomeadamente os

sindicais, em nome dos interesses ditos da colectividade nacional. Será que este governo «AD» pensa retomar a legislação contra os interesses dos trabalhadores prometida à CIP, à CAP e ao CCP pelo Ministro Eusébio e que a luta dos trabalhadores obrigou a meter na gaveta?

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Evocando a necessidade do aumento de produtividade, o Programa do Governo declara o propósito de regulamentar restritivamente o direito à greve. Isto mostra bem que, quando o Governo clama pela necessidade de um «Estado forte», o que pretende é o aumento da repressão e das liberdades fundamentais dos cidadãos, em especial as dos trabalhadores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Será que o governo «AD» não sabe que a greve é um direito democrático e constitucionalmente consagrado como direito fundamental que só aos trabalhadores cabe definir?

O governo «AD» nada refere no seu programa sobre esse terrível flagelo que se chama «lei dos contratos a prazo», autêntico atentado ao direito ao trabalho e que tem permitido os mais obsoletos e descarados atropelos à dignidade humana. Será que os Srs. Ministros já receberam o recado dos seus mentores, proibindo que esta lei seja imediatamente revista no sentido de acabar de vez com todos os abusos que têm sido praticados?

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do Governo muito nos fala de integração na CEE, os Srs. Ministros muito nos dizem do seu sentido de justiça social. Por outro lado, afirmam no seu programa ter havido essa evolução positiva na produtividade. Por que não referem também se pensam retomar a já derrotada «lei da duração de trabalho»? Ou será que à boa maneira europeia e com o ar tão zeloso como às vezes evocam os interesses dos trabalhadores pensam propor uma diminuição na duração do trabalho?

No programa do governo «AD» nada se refere quanto aos mais de 600 000 processos de trabalho a aguardar julgamento nos tribunais, alguns há mais de quatro e cinco anos. Nem tão-pouco se apontam medidas que levem a pensar que os tribunais de trabalho, sem juízes, sem delegados e até sem funcionários, passem a funcionar.

Mal está o Estado que se diz de direito e que assim administra a justiça.

Por outro lado, o governo «AD» nada refere no seu programa quanto à quase paralisação da Inspecção do Trabalho. Refere, sim, e disso não se esqueceu, mesmo que com isso contrarie a Convenção 81 da OIT, que a Inspecção do Trabalho deve ter uma acção persuasiva, e não punitiva, o que vem aumentar a impunidade do patronato perante o atropelo quotidiano das leis.

Pergunto ao Governo e ao Sr. Ministro do Trabalho se não conhece a Convenção 81 da OIT e se ao mau

funcionamento quer acrescentar a mais descarada inoperância na defesa da legalidade e da democracia.

Como o tempo de que dispõe o Grupo Parlamentar do PCP, em que me integro, é manifestamente pouco, embora tivesse mais um conjunto de interrogações a colocar sobre o Programa, vou-me referir, por último, àquilo que os trabalhadores portugueses e as suas organizações consideram dos mais graves atentados aos seus direitos e liberdades, que é esse flagelo que se chama desemprego.

O Programa do Governo aponta no sentido de reduzir o volume de desemprego, o Sr. Ministro das Finanças e do Plano ainda ontem aqui referira ser esse um dos objectivos do Governo.

É caso para perguntarmos: por que não começa o Governo por resolver a situação dos 212 trabalhadores da Standard Eléctrica e dos 320 da Audio-Magnetics, dos cerca de 30 do Hotel Flórida, da ameaça que paira sobre os trabalhadores da Messa, etc., etc., isto só para evocar alguns casos recentes sobejamente conhecidos do Governo e da opinião pública, porque só no sector em que trabalho, a indústria têxtil, muitos casos pendentes existem, alguns já há anos, à espera de solução.

Para os trabalhadores no desemprego ou em vias de desemprego, sejam homens ou mulheres ou pertençam a esse incontável exército de milhares de jovens à procura do primeiro emprego, o Programa do Governo não passa de uma profissão de fé sobre a rigidez do mercado de trabalho, qual leilão de escravos que o Governo parece querer desenvolver.

Os senhores sabem que a panaceia da formação profissional não cria postos de trabalho, pois mais não consegue do que corrigir os desajustamentos do sistema de ensino no mercado de trabalho.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os senhores sabem que os subsídios por posto trabalho novo que se crie não vão resolver o problema do desemprego.

A verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é que neste país, independentemente de considerações de ordem teórica, segundo as fontes existentes, existem mais de 400 000 desempregados e todos os anos, pelo menos, 30 000 jovens procuram um novo posto de trabalho.

Combater o desemprego é possível, mas só no respeito pelas nossas realidades, num crescimento económico que não se sujeite a padrões do exterior nem do FMI, e que necessariamente terá de fazer crescer o investimento, o consumo privado, os salários reais, enfim, o produto interno bruto.

Até à resolução total deste problema, há que garantir uma política que não é a deste programa, que não agrave mais a já grave situação existente.

Os trabalhadores e as suas organizações de classe sempre têm afirmado que a solução dos interesses nacionais passa pela sua participação activa na definição das grandes linhas de orientação do nosso país. Claro que não é esta a orientação deste governo, mas sem os trabalhadores não há solução para os problemas.

Este programa é, no entender dos trabalhadores, uma tentativa de retorno ao passado dos monopólios e uma cedência às multinacionais: por isso, de uma

forma clara e inequívoca, na minha condição de trabalhador e deputado, aqui deixo ficar expresso, sem conceder o benefício da dúvida, que o programa aqui apresentado mais não merece do que o nosso repúdio e oposição.

Pode o Governo desde já ficar ciente de que em todas as investigadas que, directa ou indirectamente, faça aos direitos e interesses dos trabalhadores, à democracia e às conquistas de Abril encontrará pela frente a sua firme determinação de luta.

Aplausos do PCP, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Amaral.

O Sr. Rui Amaral (PSD): — Sr. Presidente. Srs. Deputados: Porque mais se não justifica, vou fazer umas brevíssimas considerações à intervenção do Sr. Deputado Manuel Lopes. Referir-me-ei a três ou quatro problemas mais candentes que o Sr. Deputado levantou.

A primeira questão é a do tecto salarial relativamente às empresas públicas. O Sr. Deputado Manuel Lopes sabe, aliás como toda a gente, que o tecto salarial relativamente às empresas públicas foi estabelecido por governos anteriores ao da Aliança Democrática e que se mantém, do meu ponto de vista, com alguma justificação, tendo em conta a especial natureza das empresas públicas. Penso que é mais razoável, mais lógico, que esse tecto salarial seja explícito do que ser meramente um tecto salarial, tal como foi inicialmente estabelecido pelos governos socialistas, que é fixado arbitraria e casuisticamente. Gostaria de salientar que o que se tem verificado, que é indiscutivelmente verdade e que pesa naturalmente muito, sobretudo à Intersindical, que é, digamos, a estrutura mais antiga dos sindicatos portugueses, aquela que está mais consolidada, aquela que no fundo tem maior tradição, é que, de um modo geral, mesmo antes de existirem os tectos salariais, os trabalhadores não eram capazes, através das suas organizações sindicais, através, portanto, da Intersindical, de acompanhar os aumentos da inflação. Hoje em dia a situação é completamente diferente e, se assim é, não é por causa dos tectos salariais, porque nunca, de um modo geral, antes de haver tectos salariais, os sindicatos filiados na CGTP conseguiram ultrapassar os níveis do custo de vida, nunca isso foi possível, salvo em 1975, ...

Aplausos da Sr.º Deputada Zita Seabra.

Vozes do PCP: — Ah!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Ainda diz «salvo».

O Orador: — ... salvo em 1975 — repito —, porque estávamos num regime pré-constitucional, vivendo uma situação revolucionária.

Risos do PCP.

Mas, se o tecto salarial se mantém, mantém-se, pura e simplesmente, em relação às empresas públicas, onde nem sequer — e esta é uma contradição fundamental no discurso do Sr. Deputado Manuel Lopes — se coloca o problema de saber se se fixa

ou não o aumento dos lucros. Ou será que o Sr. Deputado Manuel Lopes já perdeu a concepção de qual é o interesse das empresas públicas, se têm ou não lucros? Ou perdeu já a perspectiva, digamos, marxista do sentido das empresas públicas?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não percebe nada disto!

O Orador: — Eu já sei que não percebo nada disto!

O Sr. Octávio Teixeira (POP): — Então não fale!

O Orador: — Mas, Sr. Deputado, também não estou aqui para receber as suas lições.

A segunda questão que gostaria de levantar é a seguinte: o Sr. Deputado Manuel Lopes acusa o Programa do Governo de apontar no sentido da liberalização dos preços. E diz mais: diz que a baixa do nível de vida foi provocada pelos recentes aumentos, etc., etc.

Sr. Deputado, o Governo afirmou ontem aqui, pela voz do Sr. Ministro das Finanças e do Plano, com particular autoridade — aliás a autoridade que resulta do facto de no ano passado isso ter sido conseguido contra as expectativas de toda a gente, quer no plano nacional, quer no internacional —, que a taxa de inflação tinha baixado, que tinha sido mesmo inferior aos 20 % anunciados. Depois de todos estes aumentos verificados, mesmo assim, o Governo compromete-se a obter uma taxa de inflação de 16 %. É possível que seja necessário dar-lhe algum benefício da dúvida, ...

Risos de alguns deputados do PCP.

... mas também é verdade que no ano passado ninguém acreditava que isso pudesse acontecer — e isso aconteceu, quer os senhores queiram quer não.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A última questão que, do meu ponto de vista, justifica uma abordagem é a que se refere ao problema das chamadas relações trilaterais, aquilo a que, com alguma ironia, o Sr. Deputado chamou relações industriais ao estilo anglo-saxónico. Sr. Deputado, estamos perfeitamente esclarecidos a respeito de quais são as intenções do Partido Comunista quanto às relações de trabalho. As relações de trabalho, na perspectiva marxista do Partido Comunista, são, pura e simplesmente, um instrumento de agitação social. Se assim não for, os Srs. Deputados negam a vossa perspectiva marxista-leninista. A contratação colectiva, as relações colectivas de trabalho, são, pura e simplesmente, um instrumento revolucionário de agitação social. A nossa perspectiva é completamente diferente.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Ah!

O Orador: — De facto não há qualquer espécie de possibilidade de conciliação. As relações colectivas de trabalho, a contratação colectiva, os contratos sociais, são formas de melhorar a situação dos trabalhadores. Através de formas participativas dos trabalhadores e das suas organizações, estes podem, de facto, melho-

rar as suas condições de vida e de trabalho. Isso vai acontecendo e vai continuar a acontecer, quer o Sr. Deputado queira, quer não, quer a Intersindical queira, quer não, porque os trabalhadores já começaram a perceber — isso é perfeitamente visível — que este é o caminho que lhes interessa, este é o caminho da melhoria das suas condições de trabalho, este é o caminho do progresso visível.

Só para terminar, um brevíssimo comentário.

O Sr. Veiga de Oliveira (POP): — Brevíssimo?!

O Orador: — Gostaria de dizer que aquilo que tem estado a acontecer na Polónia é, de facto, profundamente trágico até para a Intersindical e para o PCP.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aquilo que está a acontecer na Polónia, em termos de libertação dos trabalhadores, ...

Protestos do PCP.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Sr. Deputado, eu não falei na Polónia!

O Orador: — ... é um fenómeno extremamente preocupante para os Srs. Deputados.

Protestos do PCP.

Penso que seria mais útil que se preocupassem com os vossos próprios problemas, porque, a acontecerem muitas Polónias ou a prosseguir, como está a acontecer, o movimento de libertação dos trabalhadores na Polónia, creio que a CGTP/Intersindical e o Partido Comunista, em termos de trabalhadores, vão ter um fim mais apressado do que inicialmente previam.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Leonel Santa Rita (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um protesto.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Leonel Santa Rita.

O Sr. Leonel Santa Rita (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço a palavra para fazer um protesto, uma vez que o Sr. Deputado Manuel Lopes invocou a sua qualidade de trabalhador e de deputado para fazer certas afirmações, nomeadamente em relatar sempre a liberdade do direito à greve.

Lamento sinceramente que o Sr. Deputado tenha lido aquilo que não está no Programa do Governo nem na prática do actual Ministro do Trabalho. Nunca o Sr. Ministro do Trabalho, pela sua prática anterior, poderá pôr em dúvida a necessidade de existir sempre a liberdade do direito à greve.

Vozes do PCP: — Isso é mentira!

O Orador: — Portanto, lamento sinceramente que o Sr. Deputado venha pôr em causa um direito que é de todos os trabalhadores. A prática do actual Ministro dá-nos confiança suficiente em que isso não venha acontecer.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Lopes.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao Sr. Deputado Leonel Santa Rita posso ir mostrar-lhe, aí na sua bancada, qual é a página do Programa que aponta no sentido de limitar o direito à greve.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — O Sr. Deputado do PSD não leu o Programa, pelos vistos.

O Orador: — Quanto à intervenção do Sr. Deputado Rui Amaral, começo por dizer que me referi a problemas nacionais, e não do exterior, referindo situações concretas. Simplesmente o Sr. Deputado não fez perguntas, não colocou questões, apenas teceu algumas considerações.

Só quero responder a uma, a propósito das relações industriais. Hoje em nenhum país da Europa as organizações sindicais — e não apenas aquelas que podem ter princípios marxistas-leninistas — aceitam aquilo que os Srs. Deputados invocam como relações industriais. Neste campo, a experiência dos Ingleses, de um ano, foi tremendamente negativa, tanto mais que hoje a TUC não as aceita. Recentemente, a central social-democrata belga negou a possibilidade de um pacto social na Bélgica.

A Sr.ª Alda Nogueira (POP): — Os senhores são uns atrasados!

O Orador: — As Comisiones Obreras espanholas, após o acordo de Moncloa, negaram a possibilidade de um pacto social.

Só se os senhores, após estes anos de experiência, taimam em retornar ao passado. De facto, é a vossa política; de facto, percebemos por que é que não vêm falar de panaceias — ...

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — O que está a dizer são devaneios!

O Orador: — ... porque de panaceias se trata —, que estão ultrapassadas e que nada têm a ver com os problemas dos trabalhadores.

Quanto ao tecto salarial, que fique claro que os trabalhadores não aceitam, nem para as empresas nacionalizadas, nem para quaisquer outras empresas, quaisquer limites ou quaisquer outros indicadores que, à partida, possam limitar o seu direito de contratação, que possam, à partida, limitar a sua possibilidade de recuperar o nível de vida a que têm direito e que, sucessivamente, têm perdido.

Aplausos do PCP, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Rui Amaral (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para prestar um brevíssimo esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Lopes a respeito de relações industriais.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Rui Amaral (PSD): — Sr. Deputado Manuel Lopes, gostaria de lhe dizer que a integração das relações industriais está consagrada internacional-

mente como algo que diz respeito aos chamados contratos ou pactos sociais, ...

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Isso não é chamado para aqui!

O Orador: — ... mas que é uma coisa que abrange a própria contratação colectiva.

O modelo típico das relações industriais é o modelo de contratação colectiva livre, sendo os contratos ou pactos sociais instrumentos excepcionais.

Mas, uma vez que falou neste problema, penso que seria útil dizer-lhe que o contrato social, ou pacto social, é possível em qualquer país desde que as organizações sindicais estejam de acordo.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — É evidente!

O Orador: — Se, por um lado, é público que o Governo está interessado numa política de rendimentos, que toda a gente segue nas economias ocidentais — porque já nem sequer falo nas políticas de rendimento dos países do Leste europeu, porque aí, como o Sr. Deputado sabe, as coisas são estabelecidas de um modo completamente diferente —, por outro, hoje em dia, em termos de política económica, a não ser que seja suicida, ninguém, nenhum trabalhador consciente neste país, põe em dúvida a necessidade de uma política de rendimentos.

As políticas de rendimentos de duas uma: ou estabelecem-se por via imperativa, unilateralmente, através da lei — e nós gostaríamos que os trabalhadores participassem, e não que essas políticas fossem impostas unilateralmente —, ou então são estabelecidas justamente através da negociação e adopção de contratos sociais. Existe uma larguissima latitud para o conteúdo desses contratos sociais, sendo importante que os sindicatos e os trabalhadores tenham neles uma participação extremamente activa.

Mas os contratos sociais, porque são contratos, só são possíveis se pelo menos uma parte significativa dos trabalhadores e das suas organizações estiver de acordo com eles.

Se no futuro os sindicatos democráticos deste país vierem a celebrar um contrato social, quero saber como é que a Intersindical vai responder a esta questão: assinamos ou não este contrato social, entramos ou não? É isso que perturba o Sr. Deputado e a Intersindical. Seguramente o vosso problema é este: ou entram, perdendo assim a vossa capacidade de agitação revolucionária, ou não entram, e nessa altura, com certeza, não têm capacidade reivindicativa para obterem aquilo que o contrato social dará aos trabalhadores que tiverem entrado. É este o vosso problema, é este o vosso drama. Por isso os senhores não devem reclamar sistematicamente contra a hipótese de um contrato social.

Eu sei, Sr. Deputado, que os contratos sociais têm os seus inconvenientes, mas — a experiência de outros países prova-o — se os sindicatos e os trabalhadores puderem estabelecer, dentro desse contrato social, medidas que lhes permitam um grau minimamente razoável de liberdade de actuação, é perfeitamente possível não haver inconvenientes.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Qual é o país?

O Orador: — O inconveniente é vosso, os senhores é que vão estar a curto prazo, penso, perante um dilema que vos vai ser terrivelmente difícil resolver.

Aplausos do PSD e do PPM.

Vozes do PCP: — Mas qual é o país? Diga qual é.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Todos os que trabalham na agricultura têm pugnado por uma orientação agrícola definida, perspectivada em termos de futuro, objectivo que só no anterior governo começou a ser equacionado.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em todos os países, mesmo os industrializados, a agricultura constitui um sector-chave da economia.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Já antes de 1974 a agricultura portuguesa era encarada, em termos globais, como um sector marginalizado e explorado, quer pelos sectores que lhe estavam a juntar, quer pelos que estavam a montante.

A agricultura deixou de investir, florestar, desceram as produções globais fizeram-se promessas irrealizáveis, lançaram-se campanhas, como a da batalha da produção, que conduziram à realização de culturas em solos sem aptidão agrícola, abandonando-se os conceitos técnicos. Mas era preciso pôr o mundo rural ao serviço de determinado sistema político, objectivo esse não atingido.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Apraz-nos registar que o Programa do Governo agora apresentado vem complementar a acção governativa do anterior governo com uma visão e equacionamento dos problemas para um período de quatro anos; lançando linhas de orientação e simultaneamente o desafio à capacidade de realização dos nossos agricultores, preparando-se no período transitório para a política agrícola do Mercado Comum.

Assim, tem o nosso apoio a política agrícola global porque engloba linhas de orientação que se coadunam com as nossas perspectivas:

De reestruturação da empresa agrícola;
De promoção de agricultura de grupo;
De criação de agricultores autónomos com base na distribuição de terras a trabalhadores com perspicácia agrícola;
Na formação profissional;
No desenvolvimento do cooperativismo agrícola real e efectivo ao serviço da actividade agrícola e dos agricultores em si;
Na reconversão de culturas — realce-se, por dever de consciência, que os solos com aptidão agrícola são apenas 30%, sendo 69% com aptidão silvo-pastoril e florestal, nomeadamente a reflorestação das donas ardidas, a florestação dos solos marginais à cultura agrícola, bem assim como o plano de desenvolvimento forrageiro, tão necessário ao desenvolvimento pecuário deste país;

No plano frutícola e citrícola e na extensão rural, que devem ser postos em prática e avançar ao serviço da agricultura portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: A correcção dos valores relativos será feita no sentido de promover um melhor ordenamento agrário, num amplo objectivo de aumentar as produções agrícolas e melhorar substancialmente a economia do produtor. O agricultor terá a liberdade de fazer a melhor gestão da sua empresa, sem artificialismos económicos.

Virados para o Mercado Comum, os agricultores vão aceitar o desafio, mas, para tal, terão que ser praticados no mercado nacional preços que se vão aproximando dos níveis europeus, mas também terá de se compreender que os aumentos dos custos dos factores de produção que no futuro vierem a verificar-se terão de ser compensados na gestão da empresa agrícola pelos ganhos de produtividade. Isto porque os níveis europeus não permitirão situações empoladas com imediato reflexo na inadaptação da fórmula cultura-técnica-fertilidade-clima.

O Governo traçou as linhas da política agrícola para uma nova dinâmica voltada à transformação do mundo rural, para dignificação daqueles que, no dia a dia, lutam na terra, cujo produto alimenta aqueles que se dizem defensores desse mundo rural.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Assim, Portugal rumá para o futuro e os Portugueses serão dignos de si próprios.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Aquilo a que o Governo chama de «modernização da sociedade portuguesa», conceito demasiado vago, romanesco e obscuro, parece informar especialmente a actividade do Ministério de Educação e Ciência. E se a nossa colega desta Assembleia, deputada Teresa Santa Clara Gomes, para sugerir o clima da nossa integração europeia, já trouxe como exemplo a actividade da filha da D. Xepa para entrar para a ronda dos grã-finos...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Também vê?!

A Oradora: — ... estariam tentados a observar que essa mentalidade arrivista, falsa e pretensiosa se torna por de mais evidente no campo da educação.

No domínio da Educação e Ciência são três as grandes linhas que, segundo o Programa, nortearão a acção do Governo: rever a política educativa; readjustar a estrutura do Ministério; seleccionar medidas sectoriais mais urgentes.

Trata-se de intenções genéricas, louvavelmente manifestadas por sucessivos programas, de sucessivos governos.

Na prática do anterior governo tudo se passou como se houvesse o propósito de reforçar a selectividade social do sistema escolar. Para além de rou-

pagens enganadoras e frases bem soantes, parecia haver o intento real de diminuir a democraticidade da sociedade e da escola através da sincronização de duas vias: diminuição do nível de vida das classes trabalhadoras e acréscimo das dificuldades na subida dessas classes aos graus mais elevados do ensino. Nada no presente Programa e, sobretudo, na dinâmica em que ele se situa, e que traduz, nos leva a pensar que agora vai ser diferente.

Ao traçar-se as grandes linhas de acção deveria definir-se, sem ambiguidades, para onde aponta e, sobretudo, como vai actuar o Governo para atingir os grandes objectivos. Não o fazendo, a afirmação da continuidade que, essa sim, tem sido claramente expressa, aponta para a insistência nos erros, para a incompetência pedagógica e administrativa, para um acrítico optimismo nas previsões, para a distorsão da realidade e para a falta de credibilidade dos propósitos.

Quanto à credibilidade dos propósitos, foi particularmente elucidativo o que se passou com a proposta governamental da lei de bases do sistema educativo, prometida com amplo debate público, que se nunca se realizou, acabou por ser pedida a esta Assembleia uma estranha autorização legislativa, o que subtrairia a discussão da proposta de lei aos próprios deputados!

Não ignoramos a dificuldade de estruturar com eficácia uma discussão de âmbito nacional; mas tal discussão era e é necessária; estava prometida; era e é exigência justa dos professores e das escolas, dos pais e da população em geral. A organização eficiente da discussão teria sido uma demonstração de competência. O que aconteceu foi uma demonstração de incapacidade.

Como poderemos esperar que vai fazer-se a «supressão progressiva das discriminações no acesso à educação» se o ensino oficial se deteriora cada vez mais e se beneficiam, a todos os níveis de ensino, as camadas sociais privilegiadas que procuram o ensino particular e nele encontram um ensino paralelo, se não de elevada qualidade, pelo menos de funcionamento regular? É esta situação que há anos se observava no ensino infantil, então na totalidade, e em parte reduzida no ensino primário e secundário, está a alastrar ao ensino secundário terminal e até ao ensino terciário.

Uma análise objectiva do ensino particular mostra que ele se desenvolve nas zonas mais ricas, como natural reflexo da sua índole lucrativista. A possibilidade de opção entre ensino público e particular não chega a ter sentido para 10% do território português, porque mesmo nos grandes centros a opção é inexistente para os que não dispõem de recursos para frequentar estabelecimentos de ensino que, à partida, pelas condições que exigem, estão abertos apenas a restrito grupo social.

Afirma-se também a intenção de «criar condições para um ensino de qualidade». Mas como esquecer que o ano lectivo está a decorrer em situação qualitativa mais desfavorável do que o anterior?

No ensino primário deteriorou-se a relação professor/alunos; acresceu o número de regimes de horário duplo e triplo; surgem professores em regime de acumulação, ministrando no mesmo dia ensino a dois grupos de alunos. O regime de acumulação de-

grada o ensino porque os professores não têm tempo para organizar o trabalho escolar e ficam cansados. Constitui traço positivo do 25 de Abril a extinção deste regime e a simultânea melhoria do estatuto económico e cívico dos professores. Ao repô-lo, ao nível de 1973, ao mesmo tempo que se restringe o acesso ao magistério primário e se desviam professores para actividades administrativas e de acção social, deteriora-se o ensino.

Por razões demagógicas e eleitoralistas, o anterior governo decidiu «condenar» o ano propedéutico e promover a solução do 12.º ano, redentora, moderna e actualizante.

Ninguém nega os defeitos do propedéutico; são tantos que o MDP, no seu projecto de lei de bases do sistema de educação, propõe a sua supressão como ano terminal do ensino secundário. Contudo, nunca nos proporíamos substituir um sistema defeituoso, mas que já havia ultrapassado a fase de arranque e dispunha de alguma experiência, por outro, eivado de improvisações e incapaz de garantir minimamente um funcionamento satisfatório, muito menos o faríamos para que brilhasse apenas no nosso currículo de país europeu, já que nem sequer temos efectivados os seis anos de escolaridade obrigatória e temos um terço da população analfabeta sem escolas.

Que bem nos ficaria, como «cartão de visita», uma grande dinamização das estruturas de base do País para resolver os grandes problemas do nosso ensino, problemas que a Europa já esqueceu há muitos anos!

Faltam professores para o 12.º ano, Sr. Ministro. Faltam laboratórios, faltam bibliotecas, os serviços administrativos são deficientes, faltam textos de apoio. Como foi possível extinguir o propedéutico e lançar o 12.º ano sem prever, com rigor, as necessidades de professores, de salas de aula, de laboratórios, de bibliotecas, de textos e de serviços administrativos? Será que se pensava que nada disto era necessário?

Na área do terciário, além de uma incrível confusão administrativa, deve-se ao anterior governo a promulgação de medidas que contrariam, frontalmente, a opinião expressa pelas escolas. Um exemplo é a instituição dos institutos de estudos pós-graduados, que ameaça esvaziar as escolas do que elas têm de mais vivo, mais dinâmico, mais criador, e promover um sistema em que a selecção por critérios objectivos de competência e qualidade está pessimamente acautelada.

Continuam também por resolver, e mesmo por equacionar, os problemas do ensino terciário e não universitário: o ISEL já anunciou para amanhã uma paralisação.

Este executivo, Sr. Deputado e Srs. Membros do Governo, exerceu uma tão desconfortável acção junto das Universidades que os reitores conscientes, qualquer que seja o seu quadrante político, empenham-se hoje na sua eleição como representantes da Universidade e não querem mais ser delegados nomeados pelo Governo, na certeza de que o que está em causa é a autonomia das escolas, é a possibilidade de os professores assumirem com dignidade o seu estatuto. O reitor e o vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa acabam de apresentar a sua demissão.

Em todos os sectores a confusão reina ou está iminente.

Como se pode continuar um caminho comprovadamente errado?

Aplausos da UEDS, do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Amélia de Azevedo.

A Sr.^a Amélia de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas umas ligeiras considerações, dada a exiguidade de tempo de que dispõe o meu grupo parlamentar, para dar uma resposta, ainda que sucinta, à Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.^a Deputada começou por afirmar que a proposta de lei de bases do sistema educativo não foi ...

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, dá-me licença que interrompa?

O Sr. Presidente: — Terá de se dirigir à oradora, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr.^a Deputada Amélia de Azevedo, peço desculpa de a interromper, mas queria apenas dizer que não vou poder responder, a não ser que para tal a Mesa me ceda o tempo indispensável. Se verificar o papel onde estão escalonados os tempos distribuídos aos partidos, verificará que temos hoje dezassete minutos, e eu já esgotei parte desse tempo.

A Oradora: — Sr. Presidente, penso que as considerações que vou proferir podem ser registadas como comentário à intervenção da Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura, embora reconheça que a Sr.^a Deputada já não tem tempo para responder.

Em primeiro lugar, quero referir-me ao problema da proposta de lei de bases do sistema educativo que, atempadamente, o Sr. Ministro da Educação apresentou aqui na Assembleia da República.

É óbvio que um documento desta envergadura tinha de ser discutido e analisado com a participação da Assembleia da República e de todas as entidades interessadas nessa mesma discussão e esclarecimento.

Todavia, devido ao encerramento dos trabalhos da Assembleia da República, não foi possível fazer-se essa discussão. Mas sei, e está, aliás, exarado no próprio Programa do Governo, que, recolhidas as sugestões formuladas e todas as críticas, vai ser novamente apresentada à Assembleia da República a Lei de Bases. Portanto, esse será o travejamento de todo o sistema educativo de que tão carecidos estamos.

Por outro lado, queria também dizer que a Sr.^a Deputada não atentou naquela parte do Programa que se refere à supressão de discriminações. O Ministério continuará a obra de implementação do sistema de educação pré-escolar, não só promovendo a criação de escolas, como também desenvolvendo o sistema particular e cooperativo nesse campo.

Além do mais, tem em vista aumentar os níveis de escolaridade obrigatória, o reforço de apoio aos alunos e ainda o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação de Adultos e de Alfabetização.

Todas estas políticas, aliadas ainda a uma política de proteção e defesa do ensino especial para os defi-

cientes, são medidas tendentes não digo a suprimir desde já essas mesmas discriminações, mas, pelo menos, a atenuá-las na medida do possível e do desejável.

Por outro lado, registo que a Sr.^a Deputada faz uma crítica generalizada a todo o funcionamento do sistema de ensino. Todavia, devo dizer-lhe que se as coisas não estão a funcionar correctamente não é porque o Ministério não tenha desenvolvido esforços nesse sentido. O Ministério da Educação e Cultura herdou erros de administração de governos anteriores, e refiro-me, nomeadamente, ao problema do 12.^º ano.

Como todos sabem, o ensino propedêutico foi criado no tempo do governo socialista. No ano em que foi criado o ano propedêutico as aulas só começaram a funcionar em Janeiro — coisa que agora o Partido Socialista e o próprio Partido Comunista esquecem —, enquanto o 12.^º ano arrancou com algumas dificuldades — evidentemente, em certas cidades, como, por exemplo, em Lisboa e Setúbal, não havia instalações, foi preciso construir e avançar com essas mesmas instalações, tem-se dado um grande passo em frente, no provimento de todos os lugares, pode existir um ou outro caso que exija atenção do Ministério —, mas de um modo geral está em funcionamento e irá para a frente. É evidente que se trata de uma nova experiência e, como todas as novas experiências, tem de sofrer uma certa margem de correcções e adaptações.

Mas, Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura, o 12.^º ano pode ter os seus defeitos, mas daí até ao serviço cívico, como o que foi instituído em 1975, quando o MDP estava no Governo, vai uma grande diferença.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — O 12.^º ano é um ano terminal e um ano encarado a sério pelo Ministério. Não é um remendo e, por assim dizer, um engodo para os estudantes, como foi o serviço cívico.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Devo dizer-lhe também que os problemas nas Universidades são extremamente complexos. Não há dúvida nenhuma de que a promulgação da carreira do Estatuto Docente Universitário criou problemas às próprias Universidades, problemas que o Ministério tem tentado resolver. Mas, Sr.^a Deputada, não esqueça que o alargamento do número de alunos, as carências existentes e ainda o facto de os assistentes não poderem leccionar mais do que um determinado número de horas semanais fez com que as Universidades tivessem pedido um número extremamente exagerado de assistentes para poderem ministrar as suas aulas. Isso cria complexos problemas de administração, de verbas, mas estou em crer que o Ministério, como de costume, tentará ultrapassá-los.

Aplausos do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura, como sabe a Mesa, infelizmente, não lhe pode, nem a si nem a qualquer outro Sr. Deputado,

conceder mais tempo do que o que foi estabelecido na reunião dos grupos parlamentares.

Há mais dois Srs. Deputados inscritos: o Sr. Deputado Adriano Rodrigues e a Sr.^a Deputada Teresa Ambrósio. Dentro deste condicionalismo, desejam ainda usar da palavra?

O Sr. Adriano Rodrigues (CDS): — Sr. Presidente, tinha a fazer algumas perguntas relacionadas com o propedêutico e com o 12.^º ano.

Mas, exactamente porque o propedêutico foi um ensino sem diálogo e como a Sr.^a Deputada não pode responder — está tal e qual como esse ensino era feito na televisão —, prescindo.

Risos do PSD e do CDS.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Também prescinde, Sr.^a Deputada Teresa Ambrósio?

A Sr.^a Teresa Ambrósio (PS): — Não, Sr. Presidente. Aliás, peço apenas trinta segundo para fazer um protesto.

O Sr. Presidente: — O tempo é seu, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Presidente, é que afinal o que está a passar-se não é um debate parlamentar entre o Governo e a Assembleia. Fizeram-se perguntas muito graves sobre a situação dramática da educação — que pena tenho de não poder fazer aqui a análise do meu partido! — e nem sequer o Sr. Ministro respondeu, mas a bancada da maioria. Não sei sequer se isto deriva de alguma contestação interna dentro da AD. A verdade é que a situação é muito dramática e nós teremos de discutir aqui na Assembleia esses problemas, sendo certo que as respostas que a Sr.^a Deputada Amélia de Azevedo deu não convencem ninguém e muito menos a oposição.

Aplausos do PS, do PCP e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, os nossos trabalhos recomeçam às 15 horas.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 10 minutos.

No recomeço da sessão assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Está em curso a discussão e a apreciação do programa de um novo governo da Aliança Democrática. Nele avulta o papel que se reconhece e se espera seja activamente desempenhado pela sociedade civil. Nele sobressai ainda, e mais especificamente, a importância que se devolve

aos parceiros sociais no desempenho de funções que igualmente se lhes reconhecem como próprias.

Trata-se, tudo isso, de matéria suficientemente relevante para que se me permita trazer a esta Câmara algumas reflexões a seu respeito.

Já aqui, e ao longo deste debate, foi abordada a problemática da sociedade civil e da sua libertação. Direi, porém, que, do meu ponto de vista, nem sempre se terá falado com grande acerto.

Na verdade, e ao contrário do que se afirmou, não creio que haja lugar para se colocarem, a tal propósito, questões como «quem liberta quem» ou «quem é libertado e por quem».

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto a isto, limitar-me-ia a esperar de VV. Ex.^{ss} o reconhecimento de que na nossa história recente se evidenciam três marcos mais decisivos no processo de libertação dos Portugueses e da sociedade de que eles são o plasma e a essência, a saber: o 25 de Abril, primeiro; os movimentos populares que prepararam a vitória do 25 de Novembro, depois; e, finalmente, a primeira vitória da Aliança Democrática em 2 de Dezembro de 1979.

Isto quer obviamente significar que, na nossa perspectiva, nem a Aliança Democrática nem os seus governos libertaram ou vão libertar a sociedade civil. Penso, antes, que a relação entre esses dois termos é a inversa, ou seja, a AD não é causa mas efeito directo do processo de gradual autonomização da chamada sociedade civil.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quis deixar salientada esta asserção, não propriamente para corrigir ambiguidades que porventura aqui tenham ficado, mas sobretudo pela relevância que ela assume em ordem à correcta compreensão do presente momento político nacional.

De facto, se a Aliança é a emanacão política da dinâmica de revitalização e fortalecimento da nossa sociedade, isso quer dizer que ela não foi o produto efémero do voluntarismo dos chefes ou das superestruturas partidárias. Se o projecto que a Aliança Democrática assumiu estava imanente no próprio tecido social, se, depois de explicitado e formulado, recebeu uma primeira consagração democrática, se, depois de vivido e actuado, foi ainda mais amplamente reconfirmado pela vontade popular, se assim é, digo, então teremos de concluir que esse projecto não é propriedade dos partidos que o assumiram e o estão executando, mas pertence de facto à sociedade que o vem apurando no seu seio e o vai concretizando em cada dia, pelo trabalho, pela iniciativa e pela energia criadora da grande maioria dos portugueses.

Daqui resulta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o desaparecimento de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa nos deixou certamente muito mais pobres. Mas, mesmo que a fisionomia, a aparência exterior da Aliança Democrática, enquanto coligação partidária, que também é, possa eventualmente sofrer evolução ou alteração, mesmo que mude o estilo do Governo, mesmo que aconteça tudo isso, nada do que os políticos façam ou desfaçam poderá alterar o sentido inequívoco do fluxo histórico, que continua a avançar inexoravelmente em ordem à plena emanci-

pação dos Portugueses, na sua vida de trabalho e de produção, na sua capacidade de inovação e empreendimento, no seu espírito de organização e de intervenção na coisa pública, em defesa dos seus legítimos direitos e interesses e ao serviço da colectividade a que pertencem.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Considero oportuna a rememoração de tudo isto, porque é a partir daí que a oposição deve compreender o modo como nós próprios entendemos o nosso projecto e o nosso mandato e ainda porque é a partir daí que pode desenvolver-se e explicar-se, no âmbito de um governo da AD, o sentido da acção do Estado face à sociedade civil e da Administração perante os parceiros sociais.

Aliás, ainda antes disto, é também a partir daí que se podem entender as relações dentro da própria Aliança Democrática e as nossas relações com a oposição.

Assim, é e será natural que, superado o atordoamento que, de algum modo, nos sobreveio após a tragédia de 4 de Dezembro, vamos recuperando o dinamismo que o nosso programa implica.

Será natural que a alteração ocorrida na liderança do nosso projecto implique um estilo diverso, porventura aparentemente menos forte e talvez mais dialogante e participado. Todos os estilos têm as suas vantagens e os seus defeitos. Saberemos encontrar as virtudes e evitar as desvantagens que em cada momento resultem de um modelo de direcção e intervenção que adoptemos.

Por outro lado, será natural que se desenvolva uma maior vivacidade e fecundidade no relacionamento entre esta maioria parlamentar e o Governo, dada a escassa utilidade que o diálogo com a oposição vem oferecendo. Não falo já da oposição não democrática — pois manda o povo que não se espere por sapatos de desfunto...

A verdade, porém, é que nem a oposição democrática parece em grande forma e em condições de ser muito útil.

Não valerá a pena determo-nos nas asas de cera que adornaram eleitoralmente o PS, na tentativa frustrada de ganhar uma imagem mais evangélica. É difícil reconhecer-lhes verdadeira existência política, para além do maior ou menor brilho pessoal e oratório desta ou daquela personalidade, e estão já derretendo sob o calor dos holofotes. O pior é que o Partido Socialista, elle mesmo, continua desfasado e desencontrado. É certo que não me lembro, no presente debate, de ouvir falar os socialistas dos esplendores luminosos de 1910. Em contrapartida, porém, ouvimos o seu líder parlamentar declarar impunemente que o nosso Portugal de hoje está óptimo, pois é perfeitamente comparável e assemelhável à Europa de 1945.

Isto é, o Dr. Salgado Zenha situa-nos em 1945, em termos de cronologia política europeia, e assim se lhe desvanecem e sossegam todas as angústias e perplexidades políticas.

No PS, será já um avanço. Até será interessante que, nas actuais circunstâncias do seu partido, apareça o seu líder parlamentar a relembrar o ano de 1945, os bons tempos do MUD e as suas opções ideológicas da juventude.

A verdade, porém, é que em 1945 eu ainda não tinha nascido, nem teria talvez nascido a maior parte dos portugueses.

O Sr. Raul Rego (PS): — E alguns já nasceram velhos!

O Orador: — Quer isso dizer que o PS, ao remeter-nos para 1945, nos está a excluir do nosso tempo e da história pátria que empenhadamente a minha geração quer ajudar a construir. Ou talvez antes, ao fazer regressar o nosso país a 1945, o líder parlamentar socialista está talvez a fazer avançar o seu partido para além da I República, mas sem conseguir ainda a sua transformação num partido do nosso tempo, com projecto para a presente geração de portugueses ou com alternativa de futuro para Portugal.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esta crise do principal partido da oposição democrática torna ainda mais árduo o nosso papel como maioria parlamentar e acrescidas ficam as nossas responsabilidades como representantes mandatados pelo povo para zelar também pelo bom cumprimento dos designios por ele definidos nas eleições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Devo, no entanto, retomar o fio e o objecto que vinha desenvolvendo.

Tendo deixado invocada a origem do projecto que a Aliança Democrática vem assumindo e que é óbvia emanção da própria sociedade civil, será natural que daí decorram algumas consequências em relação ao Programa do Governo, quer quanto à sua natureza intrínseca, quer quanto às relações entre o Estado e a sociedade civil, quer ainda, a título de exemplo, quanto às relações entre o Governo e os parceiros sociais.

Assim, e em primeiro lugar, um programa de governo que visa, antes de mais, viabilizar, estruturar e concretizar um projecto de sociedade, como o referido, deve manter e garantir especial plasticidade e dinamismo, de molde a poder acompanhar a correspondente plasticidade e dinamismo, do tecido social.

Por outro lado, quando se fala de liberalização pensa-se frequentemente no regresso do Estado aos seus quartéis e aos limites clássicos da sua intervenção, pensa-se no retorno ao *laissez-faire* ou ao mero Estado-pólio. Entendemos, porém que não se trata de nada disso.

Quando declaramos assumir a autonomização da sociedade civil até às últimas consequências, queremos significar fundamentalmente que o Estado não pode permanecer na posição de mero árbitro de interesses ao adoptar a postura de quem providencia benesses aos que, por mais desfavorecidos nisto cu naquilo, o procuram e lhe vão solicitar prodigalidades. Asumir a libertação da sociedade civil implica que o Estado se comprometa e envolva no projecto que essa sociedade vai destilando e construindo, implica para o Estado a obrigação de se aproximar da sociedade, de lhe respirar o hálito para lhe conhecer a saúde, de lhe tomar o gesto para lhe entender a vontade.

Eu penso que é importante acentuar a necessidade e mesmo a obrigação de ser o próprio Estado a

entrosar-se na sociedade civil, porque, por exemplo, de há muito vem declarando-se o reconhecimento da autonomia dos parceiros sociais, porém, na prática, tal declaração de princípios tem servido mais frequentemente para legitimar um afastamento e menos para facilitar um novo tipo de relação e de intercooperação entre o Estado e os parceiros sociais.

Por outro lado, é também importante acentuar que o Governo não dirige a acção do Estado como mero árbitro, mas antes como agente democraticamente comprometido na viabilização e estruturação do projecto de sociedade que foi escolhido pelo povo português. É que, assim sendo, o Governo não pode atribuir ponderação equivalente às posições que sejam defendidas e veiculadas por organizações e instituições empenhadas na construção desse projecto e às que sejam pugnadas pelos seus adversários mais irreductíveis.

Centremo-nos mais especificamente no campo sócio-laboral. Os partidos democráticos defendem, muito claramente, a liberdade sindical e arrenegam que os sindicatos possam ser meras correias de transmissão dos objectivos político-partidários.

Esta declaração poderá ser inteiramente válida e eficaz para aqueles sindicatos e organizações já nascidas em liberdade, mas não pode fazer-nos esquecer que, em Portugal, o Partido Comunista continua a controlar uma superestrutura sindical, que montou sobre o assalto e ocupação do aparelho sindical corporativo.

Poderá esperar-se que o sentido de diálogo e os objectivos de entendimento de um governo com sindicatos democráticos, por um lado e com sindicatos dominados por estruturas não democráticas, por outro, seja idêntico?

Pode o Governo esperar que organizações sindicais defensoras de uma estrutura económica estatizada, centralizada e planificada avancem para o pacto social que crie as condições necessárias à pacificação e à viabilização de um projecto que continuam a combater?

No plano patronal não deverá igualmente o Governo privilegiar parceiros de diálogo que mais inequivocadamente estejam dispostos a assumir esse mesmo projecto, em detrimento daqueles que se limitem, porventura, a desejar o regresso a um liberalismo puro ou a um capitalismo selvagem?

De tudo isto decorre, quanto a nós, que o Governo não pode esperar pelo tão falado e desejado pacto social como prenda espontânea e gratuita. Tem, antes, de colaborar activamente na sua concepção e preparação.

Importa, para isso, que se diga, muito claramente, a patrões e trabalhadores que antes de serem uma e outra coisa, são cidadãos portugueses e têm de assumir o interesse colectivo antes de pugnarem pelos seus interesses de grupo. Isso poderá significar que em período de crise os lucros deverão baixar e que o poder de compra deverá aumentar a ritmo inferior ao desejável. Mas significa, sobretudo, a necessidade de, conjuntamente, encontrarem organizações sindicais e patronais um novo ponto de equilíbrio entre os respectivos interesses, fixado por regras que, também em conjunto, sejam globalmente revistas e redefinidas.

Não basta dizer-se que é irrealista a Lei dos Despedimentos, incompleta a regulamentação da greve

ou insatisfatória a preparação profissional dos candidatos ao primeiro emprego; não chega dizer-se que se abusa da contratação a prazo, que se não cumpre a contratação colectiva ou que está obsoleta a regulamentação da higiene e segurança no trabalho. É preciso, isso sim, encontrar rapidamente respostas viáveis e globalmente satisfatórias, que passem, porventura, pela reavaliação e revisão dos institutos legais existentes, mas que, sobretudo, assentem em soluções inovadoras dotadas da necessária maleabilidade. Para tanto, urge que o Governo colabore e dinamize um vasto trabalho de avaliação das questões que patrões e trabalhadores justificadamente suscitam, para sobre elas se encontrar um novo ponto de equilíbrio.

Esse ponto de equilíbrio poderá incluir, ou não, a celebração de um pacto social, mas tem necessariamente de significar uma resposta de progresso à crise, às dificuldades de crescimento e modernização e aos legítimos interesses e direitos de quem quer cooperar no processo produtivo. Esse ponto de equilíbrio não deverá, porém, ser fundado sobre o equívoco; pelo contrário, deverá assentar num claro consenso quanto ao modelo de sociedade que organizações patronais e sindicais aceitem e desejem ver construído, bem como quanto às regras em que devem moldar-se as suas relações recíprocas.

Cumpre ao Governo e um pouco a todos nós enfrentarmos esse desafio e com a serenidade de quem conta com o tempo e os ventos da história a seu favor ajudarmos a atingir aquele objectivo.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado César Oliveira.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Sr. Deputado Cavaleiro Brandão, ou eu ouvi mal — o que é natural —, ou ouvi claramente o Sr. Deputado dizer duas coisas que me parecem graves.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Só duas?

O Orador: — Em primeiro lugar, o empenhamento activo do Governo — julgo que foi a isso que se referiu — na procura do pacto social e do contrato social; em segundo lugar, o Sr. Deputado acaba de fazer — e eu já ouvi isto em qualquer parte e li em bastantes sítios — um apelo de bom senso aos patrões e trabalhadores portugueses em nome dos interesses nacionais.

Uma voz do CDS: — Já viu na história ...

O Orador: — Se me permite, chamar-lhe-ia a atenção para isto, porque destas afirmações, aparentemente inócuas, pode começar a surgir o trânsito para alguma coisa bem próxima do corporativismo. Aliás, não me admiro que assim seja, porque um dos assessores do general Soares Carneiro — só para citar, porque não quero aqui trazer à colação o general Soares Carneiro, não é essa a minha preocupação ...

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Já é altura de acabar com isso ...

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Já o trouxe!

O Orador: — ... —, o Dr. Manuel Lucena, defendeu, há bem pouco tempo, num texto que possuo e que lhe posso fornecer, a solução de uma via neocorporativista para resolver conflitos sociais em Portugal, dado que, na opinião do Dr. Manuel Lucena, as classes têm de colaborar organicamente em Portugal.

Era esta chamada de atenção que queria fazer ao Sr. Deputado Cavaleiro Brandão, pelo que gostaria que me esclarecesse acerca deste problema.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cavaleiro Brandão.

O Sr. Cavaleiro Brandão (CDS): — Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Deputado César Oliveira o pedido de esclarecimento que me fez.

No que toca à defesa do empenhamento do Governo na preparação de um eventual pacto social, admito que não tenha sido suficientemente claro para que a percepção do Sr. Deputado tenha sido plena e correcta.

Aquilo que defendi foi o envolvimento e empenhamento do Governo no projecto que considero imanente à própria sociedade civil e, dentro disso e a esse nível, que não desconheça o desenvolvimento da dinâmica dos parceiros sociais em ordem a uma aproximação, que pode vir ou não a confluir num pacto social, mas que, quanto a mim, terá de vir, necessariamente, a resultar numa reavaliação conjunta e global dos mecanismos que regulam a sua actividade e que regulamentam as suas relações recíprocas.

Sem estabelecer paralelos com uma eventual corporativização de perspectivas — admito que os limites, nessa matéria, nem sempre sejam líquidos e muito definidos —, queria, em todo o caso, acentuar que penso que num período de crise, sem que com isso esteja a recuperar conceitos que hoje consideraria pouco adequados à actual sociedade e ao actual regime constitucional, é legítimo pedir a patrões e a trabalhadores que encarem as suas perspectivas de ganho social em termos mais limitados e diferentes daqueles que seriam encaráveis num período de crescimento e de progresso económico.

É a esse nível que entendi dever fazer referência à aceitação de limites a uma coisa e a outra por parte de uns e de outros.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se não houver objecção, e porque é urgente, peço ao Sr. Deputado Pinto da Silva o favor de ler um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Pinto da Silva (PS): —

Comissão de Regimento e Mandatos

Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 21 de Janeiro de 1981, pelas 14 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de deputados, solicitada pela Acção Social-Democrata Independente:

Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota (círculo eleitoral de Santarém) por Guilherme de Oliveira Martins. Esta

substituição é pedida por um período de seis dias (de 21 a 26 de Janeiro corrente, inclusive).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: Secretário, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Mário Marques Ferreira Maduro (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — João Alfredo Félix Vizela Lima (PS) — Bento Elísio de Azevedo (PS) — Alfredo Pinto da Silva (PS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Fernando de Almeida Sousa Marques (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI).

O Sr. Presidente: — Está em discussão:

Pausa.

Como ninguém deseja usar da palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade (mas sem a presença da UDP).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (Basilio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao dirigir-me pela primeira vez a esta Assembleia na presente legislatura, saúdo-vos cordial e respeitosamente e desejo-vos um mandato pleno de realizações em benefício do povo português, cuja soberana vontade aqui representa.

O Governo dedicará particular atenção à instituição parlamentar, considerando-a verdadeira representação nacional perante a qual responde e donde extrai a sua própria legitimidade democrática.

É, pois, nesta Casa que o Governo, situando-se sempre no plano nacional, deseja debater os grandes temas e as decisões de maior alcance para a vida da colectividade.

Assim, serão respeitados os preceitos constitucionais do mesmo passo que se reforça o prestígio das instituições democráticas e se defendem, por forma

mais participada e solidária, os interesses dos Portugueses.

O Governo acompanhará, pois, através da sua presença assídua e interessada os trabalhos do plenário e das comissões da Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não faltarão os esclarecimentos atempados por forma a que a transparência na actividade dos diversos departamentos governamentais seja sempre garantida.

O Governo tem a consciência de que não depende das oposições e de que foi investido para realizar a política que o eleitorado consagrou em 2 de Dezembro de 1979 e em 5 de Outubro de 1980. No entanto, honra-se em cumprir escrupulosamente o estatuto da oposição, reconhecendo assim o seu papel insubstituível na vida e na organização do Estado democrático.

O Governo espera manter com as oposições um clima de honesta e serena confrontação democrática, sem sectarismos cegos nem guerrilhas inúteis, que permita abordar as questões com frontalidade e lealdade, tendo sempre em vista encontrar os melhores caminhos para servir os reais interesses do povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Procurar-se-á igualmente fazer um esforço decidido para responder atempadamente aos requerimentos dos Srs. Deputados, na certeza de que os pedidos formulados terão relevante interesse colectivo, justificando assim as muitas horas gastas a elaborar as respectivas respostas.

O Governo preocupar-se-á, enfim, com as instalações da Assembleia da República, pois tal matéria tem a ver não apenas com a funcionalidade do Parlamento mas com a própria dignidade do órgão de soberania.

Os departamentos governamentais competentes, em estreita ligação com o Sr. Presidente da Assembleia e com as direcções dos grupos parlamentares empenhar-se-ão para que, dentro das limitadas disponibilidades orçamentais, sejam encontradas soluções que dignifiquem a instituição parlamentar e tornem o seu trabalho mais eficaz.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo deseja, mais uma vez, testemunhar, de forma inequívoca, a total solidariedade que o une à maioria da Aliança Democrática. Maioria que responde perante o eleitorado que nela confiou em duas eleições e na qual o Governo encontra a raiz mais profunda da sua legitimidade democrática. Por isso o Governo sente a necessidade de solicitar aos Srs. Deputados da maioria um trabalho conjunto que articule e integre as iniciativas e se traduza afinal numa verdadeira acção política comum.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Face à enormidade dos problemas que tem de defrontar, não bastará o apoio crítico. É

necessário ir mais fundo e buscar no exercício conjunto da acção política a força capaz de alicerçar a firmeza e a seriedade das decisões e o entusiasmo que dá sentido ao trabalho e estímulo à imaginação.

Srs. Deputados da maioria: o Governo sente que pode contar inteiramente convosco para levar a cabo o projecto de democracia, de justiça social e de modernização da sociedade portuguesa, que foi o símbolo do Governo do Dr. Francisco Sá Carneiro e é o do actual Governo.

Honrar a memória de Sá Carneiro e de Amaro da Costa é concretizar a esperança.

O Governo e a maioria da Aliança Democrática saberão ser dignos dessa responsabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O programa do Governo é praticamente omisso no que respeita ao território de Macau, verdadeira jóia da nossa história e da nossa cultura no meio da Ásia, e que reflecte, de forma exemplar, as relações que se devem processar entre um pequeno país, como é Portugal, e uma grande potência, como é a República Popular da China.

O VI Governo Constitucional, na fidelidade do seu Programa e às orientações que a Aliança Democrática havia definido relativamente a Macau, acompanhou de perto a vida do território e acorreu com prontidão às solicitações e problemas que lhe foram postos pelo Governo de Macau. Essa acção, que quebrou, enfim, um certo sentido de isolamento que em Macau existia, perante o alheamento tradicional dos Governos da República, irá ser prosseguida e consolidada pelo Governo a que me honro de pertencer.

Macau, além de tudo o que representa na nossa história, pode, em virtude da sua posição geográfica, oferecer a Portugal e ao nosso desenvolvimento colectivo, potencialidades que não estão ainda suficientemente aproveitadas.

Para nós, três questões são essenciais: primeiro, cabendo a Portugal a administração do território, mostrarmo-nos à altura das nossas responsabilidades nacionais e darmos todo o apoio técnico que nos seja solicitado em tudo o que favoreça o desenvolvimento acelerado de Macau; segundo, apoiarmos projectos concretos que contribuam para o progresso de Macau, designadamente na reforma da administração, nas comunicações com o exterior e no comércio externo; e, por último, cumprirmos o dever que nos assiste perante a nossa história, de estarmos atentos aos problemas e necessidades de Macau e da sua população.

Macau sempre honrou a Aliança Democrática com a sua confiança. O Governo tudo fará para que essa confiança se mantenha e se reforce.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tive a honra inesquecível de ter feito parte do primeiro gabinete da Aliança Democrática.

Curvo-me comovidamente perante a memória do grande Primeiro-Ministro que foi o Dr. Francisco Sá Carneiro.

Recordo com permanente e crescente saudade a figura ímpar e insubstituível do então Ministro da Defesa Nacional, engenheiro Amaro da Costa. A sua imagem jamais se apagará do meu espírito.

Presto a minha homenagem ao Prof. Freitas do Amaral, presidente do meu partido, e então Vice-Pri-

meiro-Ministro, que em todas as circunstâncias demonstrou inexcedível competência e dignidade e a cujo exemplo saberei manter-me fiel.

Evocar o primeiro governo da Aliança Democrática neste momento em que o novo Governo se lança ao caminho é encontrar força política e moral que nos há-de conduzir, com confiança e determinação, a um futuro de paz, de progresso e de bem-estar para Portugal e para os Portugueses.

O discurso político do Governo neste debate e as intervenções dos deputados da maioria reforçam, se possível, ainda mais, a unidade entre a Aliança Democrática e o seu governo.

O País confia e espera que este rumo se mantenha inalterável. Assim acontecerá.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A intervenção do Sr. Ministro de Estado tem uma parte que se destina a cumprimentar as bancadas da AD, a falar da solidariedade que os une e a amabilidades do mesmo tipo. Sobre isso não nos pronunciamos, apesar do ceticismo que caracteriza algumas das observações e juízos que se fazem sobre essa mesma solidariedade e coesão.

Não é sobre isso que nos queremos pronunciar, mas formular ao Sr. Ministro de Estado, que acaba de dizer que vai cumprir escrupulosamente o estatuto da oposição, as seguintes perguntas: vai o Governo cumprir esse estatuto da oposição na parte em que reconhece aos partidos da Assembleia da República não representados no Governo o direito de espaço e de antena nos órgãos de comunicação social estatizados igual ao que foi dispensado ao Governo?

No pressuposto da mesma afirmação, como vai o Governo dar execução ao estatuto da oposição na parte em que reconhece aos partidos da oposição parlamentar o direito de participação na superintendência dos órgãos de comunicação social estatizados?

Agradecemos respostas claras sobre estas duas importantes e decisivas questões.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, e muito rapidamente, agradeço ao Sr. Deputado Carlos Lage o facto de não pôr em causa nem em dúvida a solidariedade da maioria. Já era tempo de reconhecer que assim é e, por consequência, congratulo-me que neste momento o admite da maneira clara e pública como o fez.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — A própria maioria tem dúvidas ...

O Orador: — Quanto ao estatuto da oposição, quero dizer ao Sr. Deputado Carlos Lage que foram preci-

samente os partidos da maioria, quando estavam na oposição, que o elaboraram. Tiveram orgulho nessa elaboração e terão também toda a honra em cumprí-lo.

Tudo o que respeita à participação da oposição nos meios de comunicação social e que esteja contido nesse estatuto e demais legislação será escrupulosamente cumprido pelo Governo.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Veiga de Oliveira (POP): — Assim é que é!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério de Brito.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O programa agrícola do Governo, não passando, no plano técnico, de um conjunto de banalidades, revela, contudo, no plano político, a sua verdadeira face, não escondendo os seus objectivos de classe.

Este programa é a certeza da continuidade da política de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, projectada para a restauração dos latifúndios, para a recuperação e desenvolvimento do capitalismo agrário e para a submissão aos interesses dos monopólios.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Acabada a fase de demagogia eleitoralista da «AD», as primeiras facturas desta política começam a ser cobradas aos agricultores. Elas constituem por si um sério aviso para o futuro: os adubos aumentaram 33 %, os pesticidas 22 %, as sementes 25 % em média. Os encargos com o gasóleo sofreram um agravamento de 38,4 %, o iminente aumento do preço das rações está-se já reflectindo no mercado, dando origem aos açambarcamentos e à especulação nos preços.

Os rendeiros e seareiros estão sujeitos à subida incontrolada das rendas.

Os créditos são cada vez mais burocratizados e inacessíveis aos pequenos e médios agricultores.

O seguro agro-pecuário continua na prática a só existir no papel e, mesmo assim, apenas cobrindo uma área restrita de riscos. Gado e produtos agrícolas continuam a não ter preços compensadores e o seu escoamento continua a não ter garantias, tendendo a situação, em ambos os casos, para um progressivo agravamento.

Quanto à Reforma Agrária, recorrendo à calúnia e à desinformação sistemáticas, a «AD» procura distorcer a realidade e os imperativos humanos, sociais e económicos que a ela conduziram, fazendo crer que as expropriações e nacionalizações dos latifúndios eram o início de uma colectivização geral do País.

Escondem que os trabalhadores ribatejanos e alentejanos viviam explorados por um pequeno número de grandes proprietários, dos quais os quinhentos maiores tinham mais terra do que os quinhentos mil mais pequenos agricultores de Portugal.

Escondem que um punhado de grandes agrários, vivendo no luxo e na ostentação, protegidos por leis injustas e pelo aparelho repressivo do Estado fascis-

ta, reduziam à miséria, à fome e ao desemprego os trabalhadores rurais e os pequenos agricultores, ao mesmo tempo que mantinham centenas de milhares de hectares de terras improdutivas ou completamente abandonadas.

Entretanto, o MAP, ignorando a própria Lei Barreto, subvertendo a Constituição e invertendo os seus valores sociais e económicos, desprezando as próprias decisões dos tribunais, emprega-se a fundo na destruição das UCPs e cooperativas e na desorganização das suas estruturas produtivas, tendo como objectivo unconstitutional a restauração dos latifúndios. E, para o efeito, a tudo recorre, desde a entrega de reservas ilegais até à distribuição de terras a barbeiros, taberneiros, intermediários, etc. Desta acção desbragada do MAP resultam, já hoje e tal como antes do 25 de Abril, milhares de hectares abandonados, acentuada diminuição das produções agro-pecuárias e o aumento brutal do desemprego. Será com esta política que o Governo se propõe consolidar a estabilização e a recuperação económica e social da Zona de Intervenção da Reforma Agrária? Quando se refere a recuperação económica e social, o Governo aposta no regresso ao 24 de Abril.

O Sr. Manuel Maria Moreira (PSD): — É falso!

O Orador: — Com a sua política, o Governo assume-se como factor de desmoralização e bloqueio ao desenvolvimento da agricultura! Continuando, considera o Governo que o ajuste do sistema de preços nacionais à política de preços da CEE se integra nas medidas de incentivo à produção? Quando ao produtor se paga a batata a 3\$/kg e se vende ao consumidor a mais de 10\$, quando se paga a maçã ao produtor a 6\$/kg e ela é vendida ao consumidor a mais de 20\$, quando o preço do bovino no produtor diminui 15% em relação ao preço de há dois anos, estará a ajustar o sistema de preços nacionais? A este propósito, será oportuno referir o «plano de importações de oleaginosas, óleos vegetais e gorduras animais para 1981» do IAPO. Nele, e a propósito das previsões de consumo de farinhas para as rações, consta:

Julgamos que em 1981 o consumo estacionará, devido à diminuição do consumo de carne, ao aumento do preço das rações, aos elevados stocks já existentes de frangos e ovos e aos preços em queda do suíno e frangos.

Eis aqui o triângulo estabelecido pela política da «AD»: aumentam-se os factores de produção, baixam-se os preços dos produtos ao produtor, sobem-se os preços dos produtos ao consumidor.

Quando o Governo se propõe proceder a ajustamentos estruturais a pretexto da reestruturação das empresas agrícolas, com vista a imprimi-lhes dimensão económica e maior poder competitivo, estabelecendo para o efeito a diferenciação entre agricultores activos e válidos e agricultores de subsistência, há que questionar:

Em que classificação inclui o Governo os agricultores que exploram áreas inferiores a 4 ha, tendo em consideração que os mesmos, ocupando somente 14.9% da área total do continente, participam globalmente com 34% para o produto agrícola bruto?

E os latifundiários, com explorações de áreas superiores a 500 ha e que ocupavam mais de 30% da área total do continente e cuja participação para o produto agrícola bruto nem de longe se aproximava daqueles outros? Em que classificação inclui o Governo os latifundiários que mantêm as terras votadas ao abandono? Em que classificação inclui o Governo os barbeiros, taberneiros, intermediários, a quem foram distribuídas as terras retiradas às cooperativas e que a própria CAP de Évora denuncia? Considera o Governo que as courelas distribuídas pelo anterior governo, e que tanta guerra estão a despertar no interior da CAP, são economicamente dimensionadas?

Quanto ao futuro dos pequenos e médios agricultores e dos objectivos políticos dos ajustamentos estruturais, dever-se-á, a propósito, ter em conta a experiência do Mercado Comum. As «políticas europeias» de orientação em que se inserem os ajustamentos estruturais, mais não visam que a concentração capitalista da propriedade e delas resultou já a destruição de mais de dois milhões de pequenas empresas agrícolas.

Quanto ao apoio ao cooperativismo, bastará o Código Cooperativo para tirar todas e quaisquer ilusões. Percorrendo os seus cento e um artigos, debalde se procurarão normas que dinamizem ou facilitem o funcionamento das cooperativas, estimulem o desenvolvimento do cooperativismo ou, por qualquer forma, beneficiem o sector cooperativo da economia.

No respeitante à organização dos mercados agrícolas, os objectivos são evidentes: as actuais estruturas de intervenção e coordenação económica, a que o Governo apelida de monopólios ou comércio do Estado, passariam progressivamente para o domínio privado. Os grupos económicos, nacionais e estrangeiros, e os grandes intermediários e armazeneiros dominariam ainda mais, por esta via, as áreas de armazenagem, conservação e transformação, as indústrias agro-alimentares e os circuitos essenciais do mercado. Os agricultores ficariam assim inevitável e definitivamente afastados da possibilidade efectiva de participarem e intervirem na formação dos preços e em áreas económicas vitais.

Finalmente, dir-lhe-ei, Sr. Ministro, que, se o Governo considera que a sua política agrária na Zona da Reforma Agrária foi ratificada pela expressão eleitoral da «AD» nas eleições, então a Reforma Agrária está ratificadíssima pelo voto nas forças democráticas que, no seu conjunto, receberam mais de 70% dos votos do eleitorado das regiões da Reforma Agrária, designadamente a APU, que na generalidade destas regiões teve uma clara maioria dos votos.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro da Agricultura — que não está presente: Os trabalhadores da Reforma Agrária e os pequenos e médios agricultores saberão encontrar as formas para, no quadro legal e constitucional, impedirem uma política ruinosa para eles e para o País.

O PCP só pode ter uma resposta para o objecto e conteúdo do programa agrícola do Governo, agora apresentado — rejeição.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para uma intervenção.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No Programa que é apresentado a esta Assembleia, o actual Governo reafirma a orientação seguida pela primeiro governo «AD».

Renegando as transformações que se operaram após o 25 de Abril, o Programa em discussão ignora a Reforma Agrária, que é uma realidade nos campos do Sul do nosso país, e prepara-se para, na prática, a ir destruindo, tal como fez o seu antecessor.

Desejoso de entregar sectores importantes da nossa economia aos grupos monopolistas que sustentaram o fascismo, o Governo vem garantir a aceleração e a actualização dos montantes de indemnizações a pagar aos monopolistas e latifundiários.

Desprezando o papel importante que o sector nacionalizado desempenharia numa economia ao serviço do povo português, prepara-se para entregar sectores fundamentais da nossa economia à chamada «iniciativa privada». Ironicamente, afirma que esses sectores serão confrontados com a propriedade privada em regime concorrencial, mas o conceito de concorrência perfeita é coisa do passado. E o Governo sabe-o.

Assim, é afirmado claramente que será privilegiado o sector privado na política de concessão de créditos, dizendo que a «distribuição do crédito entre o sector público e o sector privado será adequada aos objectivos de mais forte contributo ao investimento que se espera do sector privado no próximo quadriénio».

Contrariamente à argumentação do Governo, o que está em causa não é a aceleração da taxa de investimento, que em sua opinião só a iniciativa privada poderia incrementar. O Governo sabe que a taxa de 6% atingida durante 1980 ficou a dever-se em grande parte a elevados stocks, obtidos em muitos casos com intenções especulativas. O Governo sabe por isso mesmo que em grande medida essa taxa de investimento não vai necessariamente provocar uma alteração sensível das forças produtivas do nosso país. O que está em causa para o Governo não é o desenvolvimento económico propriamente dito; o que está em causa para o Governo é a entrega, tão rápida quanto possível, dos meios de produção àqueles que os detinham antes do 25 de Abril de 1974 e que constituíram suporte seguro do regime fascista.

Por tudo o que foi dito, e para atenuar o descontentamento popular, o Governo promete reduzir a taxa de inflação para o nível dos 16% e aumentar o poder de compra de quem trabalha.

Em primeiro lugar, só por ironia e pela acção desastrosa dos governos PS e presidencialistas é que se pode considerar baixa uma taxa de inflação, que é seguramente das mais elevadas da Europa. Depois, as condições em que este Governo desenvolverá a sua acção são bastante distintas das condições em que Sá Carneiro governou. E é já no presente ano de 1981 que se irá aferir a exacta medida em que a demagogia eleitoral funcionou no ano transacto, no terreno da construção artificial dos preços.

De facto, desde que findou a campanha eleitoral da «AD», já assistimos ao aumento do preço dos adubos, dos transportes, dos combustíveis, do gás, da electricidade, da água, dos portes de correio, dos telefones

e o Governo prepara-se neste momento para decretar o aumento generalizado dos preços dos bens alimentares que afectarão as classes mais desfavorecidas que o Governo diz proteger.

Ao mesmo tempo que promete baixar a inflação, o Governo prepara-se para permitir e incentivar a exploração desenfreada daqueles que vendem a sua força de trabalho. Para atingir os aumentos de produtividade previstos, permite impunemente que a Standard Eléctrica despeça duzentos trabalhadores; que a Áudio Magnética feche as suas portas e deixe no desemprego e na miséria os quatrocentos e oitenta e três trabalhadores, na maioria mulheres; que a Messa continue sem saber qual vai ser o seu futuro. Aumentar a produtividade é também para o Governo deixar que os contratos a prazo, generalizando-se, se transformem no pesadelo de milhares de trabalhadores. Aumentar a produtividade é ainda garantir a repressão que se exerce neste momento nas empresas, fazendo lembrar os piores tempos do fascismo.

Já aqui dissemos que este Governo é o governo do capital monopolista e do capitalismo internacional, e nesse segundo aspecto afirma claramente e sem sofismas que os grandes objectivos em matéria de política externa serão a adesão ao Mercado Comum e a fidelidade à NATO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: De facto, o processo de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia constitui um ponto de fundo essencial do Programa do Governo em discussão nesta Assembleia. Mau grado estarmos, na visão optimista do Governo, a cerca de dois anos da data proposta para a adesão e a quatro anos na opinião de altos dignitários dessa associação dos monopólios europeus, a verdade é que várias das linhas programáticas insertas no documento estão subordinadas a esse processo. A integração está presente no carácter vago das referências à política de desenvolvimento industrial e à sua reestruturação, onde as pequenas e médias empresas serão, em grande número, postas em causa, por não corresponderem ao que se entende por condições concorrenenciais, face à virulência das grandes empresas e multinacionais que virão disputar o mercado interno português. O Governo, aliás, reconhece-o expressamente no seu Programa e acrescenta cincicamente que isso será largamente compensado pelo relançamento de novas empresas! Enfeudadas aos grandes monopólios, acrescentamos nós. E à custa de que rupturas e de que desgraças, Srs. Ministros?

A integração está patente no que se refere para o sector da agricultura e pescas onde recursos importantes e potencialidades efectivas, em diversos domínios, não serão aproveitadas em virtude da necessidade de sujeição à política agrícola comum da CEE, que exigirá a expulsão, ainda que encoberta pelas nuances da política económica e financeira a desenvolver, de largas dezenas de milhares de pequenos camponeses das nossas terras, sem que se lhes derem alternativas de emprego. Certamente são aqueles que o Programa do Governo classifica de agricultores não «válidos e insensíveis aos estímulos» e cataloga na categoria dos agricultores de subsistência — a imensa maioria — e a quem, pelos vistos, vai ser retirada essa mesma possibilidade de subsistência, como, aliás, acontece na Europa da CEE, em que todos os anos centenas de milhares de camponeses

são obrigados a abandonar as suas terras. Enfim, a perspectiva da integração de Portugal na CEE constitui pedra angular de toda a política que o actual Governo se propõe desenvolver nos próximos quatro anos.

A UDP sempre se bateu, nesta Assembleia e fora dela, contra a integração de Portugal em blocos dominados pelos interesses das grandes potências capitalistas e das multinacionais, aos quais, por mais subterfúgios que se apresentem, teremos de nos sujeitar inteiramente se entrarmos para a CEE e continuarmos governados pela «AD».

A Comunidade Económica Europeia, ao representar formas avançadas de tentativa, votada ao insucesso, de resolução dos males de que enferma o capitalismo, na sua actual fase imperialista, provoca a acentuação das desigualdades no desenvolvimento económico, a agudização de injustiças sociais e, ainda mais em tempo de crise, a aposição cada vez menos disfarçada entre interesses diversos e antagónicos.

A decisão sobre a integração portuguesa teve na sua base justificações de natureza política e destinava-se a enlevar a economia e a sociedade portuguesas com mil laços de dependência que preservassem a inserção do nosso país no bloco de influências do capitalismo ocidental e garantisse aos capitalistas portugueses a cobertura ideológica e política que justificasse a repressão sobre os trabalhadores e garantisse a perpetuação dos seus privilégios.

A esse fim último se subordinaram as consequências desse processo ao nível das estruturas produtivas e do próprio tecido social.

Na presente conjuntura política, em que os grandes capitalistas e latifundiários detêm as rédeas do poder, através do Estado em geral e do Governo «AD», em particular, a integração europeia vem constituindo um argumento esgrimido com frequência na defesa de projectos, acções e medidas que têm como denominador comum serem violentemente lesivos dos interesses dos trabalhadores e porem em causa as conquistas do 25 de Abril.

Os novos arautos da integração portuguesa justificam assim a necessidade de rever legislação diversa, desde «a delimitação dos sectores público e privado» até ao próprio texto constitucional.

Ao pôr em causa a integração portuguesa no Mercado Comum Europeu, a UDP entende estar a veicular os interesses mais profundos dos mais de 90% de portugueses que não fazem a mais pequena ideia do que isso seja ou de quais as consequências que implicará. Não venham, pois, os partidos e coligações maioritários nesta Assembleia apontar as suas votações para aferir do desejo dos Portugueses em verem o seu País sujeito aos grandes interesses imperialistas que dirigem e ditam leis na CEE e verem aceleradas as suas condições de empobrecimento, proletarização, depressão e miséria. De facto, nunca os Portugueses se viram devidamente esclarecidos sobre questão tão relevante para o futuro de todos nós, nem tão-pouco postos perante a escolha ou não desse caminho.

Para nós, a defesa de um processo de desenvolvimento económico e social para o nosso país choca-se com a integração na CEE. O aproveitamento integral dos nossos recursos internos, na agricultura e nas pescas, na industrialização das nossas imensas e inexploradas riquezas do subsolo exige que contemos

acima de tudo com as nossas próprias forças. Virar o desenvolvimento económico para a satisfação das necessidades internas do País e do seu desenvolvimento levaria a uma via completamente contrária aquela que pretende a AD e os defensores da integração, de continuar a contar com grandes volumes de exportações como consequência de só se pretender desenvolver aqueles sectores produtivos em que o País tem as chamadas «vantagens comparativas».

A solidez da economia e da sua estrutura produtiva é de todo em todo impensável na perspectiva da integração na CEE, em que a desarticulação da economia sairá acentuada e os factores de dependência externa serão multiplicados.

No entanto, é naquela solidez e na crescente articulação dos diferentes sectores, que pressupõe a diminuição crescente das dependências, que é possível erigir uma economia próspera onde o desenvolvimento seja finalmente posto ao serviço da esmagadora maioria dos Portugueses e capaz de fazer frente à crise profunda que hoje abala os alicerces podres desta sociedade caduca. Será essa a base estrutural da república democrática popular por que nos batemos.

E um tal tipo de desenvolvimento, se não exclui à partida relações com os países que formam a CEE, é, no entanto, todo ele orientado no sentido de não deixar que os interesses que aí dominam estiolem o desejo de mudança para melhor que que anima os Portugueses.

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Moniz.

O Sr. António Moniz (PPM): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Na discussão do Programa do Governo ficou a sensação ao Grupo Parlamentar que represento de que a oposição tem noções erradas de situações que, numa boa prática democrática, deviam ser mais claramente apreendidas por aqueles que têm assento nesta Câmara e que representam o povo que neles votou. Já aqui foi referido que a AD seria o resultado de um negócio de cedências e exigências cujos comparsas apenas pretendiam resolver os seus problemas particulares arranjando uma solução de compromisso, que, embora do ponto de vista de cada um não seja o ideal, é a solução menos má para os interesses partidários respectivos e a forma de se dar uma satisfação de circunstância ao eleitorado que em 5 de Outubro votou em grande maioria na AD.

Será bom relembrar à oposição que as três forças partidárias que compõem a AD puseram em comum, dos seus projectos políticos, aquilo que os unia, pondo de parte as divergências e fazendo com que estas, utilizadas com espírito construtivo, servissem para obter as soluções mais adequadas para os problemas que o projecto comum pretende resolver. E o que une os três partidos da AD, nesta circunstância da vida nacional, é de tal maneira importante em relação às suas divergências e às suas características particulares que houve possibilidade de apresentar ao povo português um projecto político que reflecte bem a realidade que é a AD e que foi o substrato e o instrumento de trabalho do melhor Governo que existiu

em Portugal desde há dezenas de anos: o Executivo Sá Carneiro.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É claro que a oposição não comprehende que forças democráticas, apesar da sua individualidade, tenham conseguido um projecto único de suporte às ansiedades fundamentais do País real. E isto porque nos arranjos eleitorais e nas frentes políticas que cozinham apenas encontraram de comum o desejo de tomarem conta do Poder e o simples facto de serem oposição à AD.

É natural, quando na mesma frente se tem projectos tão diferentes, em que uns pretendem que Portugal permaneça na NATO e outros põem reservas a essa organização, em que uns pretendem que Portugal entre na comunidade europeia e outros da Europa apenas se limitam às fronteiras da Jugoslávia. Essa a razão por que, com o desejo veemente de não querer acreditar na realidade que é a AD, várias intervenções neste Parlamento têm procurado denegri-la, talvez na infantil esperança de que as suas frágeis frentes criem a discórdia e a divisão num bloco que tem um projecto político capaz e que já tem a seu favor o crédito de uma administração que restituí ao povo português a esperança no futuro do seu país e a dignificação da democracia.

A segunda ideia que tem aflorado nas intervenções da oposição durante os últimos tempos é a estranheza revelada por críticas feitas pelos próprios partidos que constituem a AD. Talvez tivessem esperança de que a bancada da maioria fosse contaminada por algum vírus dogmático idêntico aos que fervilham nas opções marxistas, e que atiraram tantos países da Europa para regimes totalitários de partido único, nos quais os pseudoparlamentares, venerandos e obrigados, apenas sabem elogiar a atenção dos seus executivos.

A força da AD reside na perspectiva diferente de cada uma das forças partidárias que a integram, renascendo, permanentemente, na frontalidade das suas críticas.

Aliás, mais que não fosse, os partidos que constituem a AD vêm-se por vezes obrigados a uma crítica mais acesa que substitua a oposição, pois esta tem-se limitado, com poucas e honrosas excepções, aos clichés habituais, às frases feitas, aos trocadilhos fáceis, à retórica, à utilização de *cassettes* de diversos tons, esquecendo-se da crítica construtiva e de que o papel da oposição não é de destruir e derrubar o executivo por qualquer preço e de qualquer forma para atingir fins partidários.

Será bom que fique bem claro que as perspectivas diferentes e as críticas construtivas que os partidos da AD aqui trazem, são para nós a certeza de que o seu projecto político é uma realidade e que o Governo de Pinto Balsemão terá o completo apoio da maioria do povo português.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Um dos objectivos do programa da AD é uma mais criteriosa utilização dos recursos humanos e uma mais eficiente gestão das empresas nacionalizadas. No entanto, a essa finalidade tem obstado um pecado antigo, vindo do antes do 25 de Abril, agravado terrivelmente com as administrações gonçalivistas e mantido pelos governos socialistas. Esse pecado é nem mais nem menos o critério de escolha dos ges-

tores das empresas nacionalizadas. Ele foi até agora, na maioria dos casos, o compadrio político, tendo estado estas empresas que pertencem à comunidade geridas por profissionais que, com medo dos governos e partidos que os escolheram, não tomam as decisões mais correctas; que, com receio das pressões sindicais, não tomam as decisões em tempo exacto, sendo as empresas públicas administradas na hesitação permanente ou através de gestões que servem os interesses pessoais dos seus titulares.

O PPM, que sempre se tem batido contra a burocracia e o tecnocratismo das empresas públicas, não pode deixar de exigir deste Governo a completa despolitização das nomeações dos gestores das empresas nacionalizadas, impedindo que estas sejam prejudicadas pela manutenção de administrações incapazes de contribuir para as colocar ao nível das unidades de produção da iniciativa privada.

Só deste modo o sector público será dignificado e poderá responder às carências da população, não a onerando em custos exagerados e desproporcionados à qualidade dos serviços prestados.

O Programa do Governo, no capítulo do trabalho, traduz a vontade clara de institucionalizar a autonomia dos parceiros sociais, propondo-se iniciativas conducentes à criação de um diálogo permanente pautado pelo respeito para com a independência e autonomia colectiva desses mesmos parceiros. Por outro lado, o passado do novo titular do Ministério do Trabalho é garantia de que os interesses dos operários serão vistos com o realismo e a competência que as reformas urgentes da legislação laboral exigem.

Todos sabemos que, entre outras disposições que necessitam de ser modificadas, as que regulam o regime de faltas levantam constantes atritos e conflitos entre trabalhadores e entidades patronais, perturbando a laboração normal das empresas e impedindo o desejado aumento de produtividade. Será necessário que se resolvam dúvidas, que se clarifiquem disposições, que se permita que as relações entre os trabalhadores e as empresas decorram sem sobressaltos escusados e sem o recurso sistemático à via judicial como forma de suprir a incapacidade normativa em vigor. Igualmente, a legislação relativa aos contratos a prazo terá de ser modificada com sensatez, tendo em atenção todas as implicações que essa modalidade de contratação encerra e a certeza de que as alterações que forem feitas não devem perder de vista as necessárias modificações da restante legislação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar dos Velhos do Restelo e das dúvidas levantadas pela oposição ao Programa em discussão e à capacidade da sua realização, o Governo AD vai continuar durante quatro anos, com o apoio firme da maioria, a concretizar o seu projecto político, promovendo o bem-estar dos mais desprotegidos, lutando contra a carência da habitação, atenuando disparidades económicas e sociais entre as diferentes parcelas do território nacional, fomentando a estabilidade do emprego, humanizando as condições no trabalho e melhorando a qualidade de vida de toda a população portuguesa.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Durante o recente debate sobre a moção de confiança apresentada pelo primeiro governo da Aliança Democrática, tive ocasião de caracterizar do seguinte modo o respectivo projecto:

Politicamente, um projecto de desvirtuação do diálogo democrático, tributário de uma concepção de confronto e bipolarização;

Culturalmente, uma política de asfixiamento de liberdade criadora dos agentes vivos da cultura.

Socialmente, uma acentuação das desigualdades e dos conflitos laborais.

Economicamente, o regresso a uma afirmação mais clara de um projecto liberal-conservador.

Apesar de este governo se apresentar como fiel continuação do anterior, julgo interessante fazer o cotejo com o projecto que o programa agora apresentado parece veicular, mesmo correndo o risco de ser prematura a apreciação, pois só a prática concreta da sua actuação nos fornecerá indicações mais seguras do que a mera lista de intenções agora anunciada. Se me remeto, porém, a uma apreciação mais ideológica no julgamento deste programa é porque ele não contém o enunciado de quase nenhuma política concreta. Enuncia objectivos gerais, não estabelece prioridades, não identifica instrumentos, não anuncia medidas, não se compromete com prazos. Em vão se procurará no Programa, ao menos, as grandes linhas das soluções que o Governo pensa adoptar. Não se pode descortinar qual é verdadeiramente a política económica do Governo, visto que nem sequer se estabelecem prioridades que forneçam a indispensável hierarquização de objectivos, ponto de partida de qualquer política coerente. Dará o Governo prioridade ao emprego ou à inflação?

Seguirá uma política de relançamento da economia ou adoptará uma atitude restritiva? Ninguém o poderá dizer com base neste programa. Os grandes problemas nacionais, do desemprego, do desenvolvimento, da energia, da agricultura, não encontram neste programa nenhum princípio de resposta.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A mángua de políticas concretas a comentar resta-me, pois, remeter ao projecto ideológico que, esse, sim, o Programa ilustra em abundância.

Assinalo em primeiro lugar, e ao nível do discurso aparentemente bem-intencionado, uma diferença positiva: este governo anuncia-se como mais dialogante, afirmando não pretender o conflito institucional, prometendo promover o espírito de tolerância e convivência cívica, respeitar os direitos e o Estatuto da Oposição, despartidarizar a Administração Pública, garantir uma comunicação social estatizada objectiva e pluralista. Se tudo isto viesse a ser cumprido, ganharia sem dúvida o nosso regime democrático em estabilidade e solidez. A democracia é também um código moral de convivência que supõe o respeito pelos direitos e liberdades dos adversários e pela defesa dos interesses das minorias. Só assim se constroem as bases da saudável alternância do Poder e

se afirma a democracia como forma superior da sociedade gerir civilizadamente o confronto entre projectos sociais diferentes.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Se o Governo mudar, pois, de estilo, a oposição deverá corresponder, o que, se em nada enfraquece a frontalidade na afirmação das divergências que nos separam, contribuirá para a existência de um debate político mais sereno e objectivo que ajuda a prestigiar as instituições.

Isto mesmo impõe à oposição um papel mais exigente de fundar as suas críticas na apresentação de alternativas válidas às políticas do Governo. Pela nossa parte, quer isoladamente, quer integrados na FRS, não tememos o confronto na base do nosso projecto e dos programas e políticos que dele decorrem.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Seremos uma oposição frontal, firme, dura se necessário, mas afirmando-se sempre pela positiva com alternativas próprias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O nosso projecto de sociedade é, de resto, bem diferente daquele que veicula o actual governo que, no plano económico e social, se apresenta agora, passadas que estão as eleições, com um discurso mais claramente conservador do que aquele que o antecedeu.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É longa a lista dos aspectos em que isso se concretiza:

A insistência nas críticas ao que designa pelos «excessos da colectivização incontida» e na consequente intenção de «descolectivizar»;

A confiança cega que põe na iniciativa privada como motor do desenvolvimento e da inovação tecnológica;

A defesa da redução do papel do sector público, administrativo e empresarial na vida económica;

O elogio constante dos meros mecanismos de mercado e a convicção liberal manifestada nas virtudes da concorrência;

A ausência de qualquer referência desenvolvida ao Plano, não mencionando sequer o Programa se o Governo vai apresentar um plano a médio prazo;

A inexistência de qualquer desenvolvimento sobre os direitos dos trabalhadores, e respectivas comissões, à intervenção na vida económica;

A recusa de reformas sociais como a do Serviço Nacional de Saúde;

A subtil insinuação que o Governo tornará o sistema fiscal mais degressivo, reduzindo os impostos para os mais ricos.

Este governo afirma-se, pois, claramente com um projecto conservador que vai contra os interesses da

maioria da população trabalhadora e é por isso que terá a nossa oposição.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

Além da clareza teve, porém, o Governo ainda o mérito de enjeitar o seu projecto com a roupagem de um novo conceito erguido a princípio fundamental da sua acção — a libertação da sociedade civil. Trata-se de um tema que merece alguma análise visto que pretende fornecer fundamentação teórica e ideológica ao programa apresentado. Decorre ele directamente da reflexão sobre a crise das sociedades capitalistas mais desenvolvidas e faz parte de uma certa modernidade que não constitui monopólio da direita, pois a expressão «reconstrução da sociedade civil» também se encontra na literatura do pensamento da esquerda, sobretudo na sua versão mais libertária ou autogestionária.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Desde a 2.ª Grande Guerra que aquelas sociedades foram modificadas por um conjunto de ideias reformistas inspiradas no keynesianismo, no socialismo democrático e na social-democracia e que podemos resumir nos seguintes aspectos:

Intervenção do Estado na gestão da procura final (consumo e investimento), para garantir o pleno emprego sem inflação;

Desenvolvimento de serviços sociais que em certos sectores (habitação, saúde, etc.) suprem as insuficiências do mercado;

Expansão de mecanismos de segurança social que protejam os cidadãos face a certos riscos da vida que não podem ser superados individualmente.

E nalguns casos, a isto se juntava a existência de um sector nacionalizado e de mecanismos de planeamento mais ou menos indicativo.

Em torno deste conjunto de princípios se foi gerando um certo consenso social que, em muitos países, fez aparentemente diminuir as divergências entre governos de direita e de esquerda que, para além do tema mais frontal das nacionalizações, apenas se pareciam distinguir por diferenças de grau sobre o carácter mais ou menos progressivo dos impostos, sobre a prioridade relativa a conceder ao emprego e à inflação, ou sobre o nível de aumento das prestações sociais.

A crise dos anos 70 veio minar o principal fundamento em que assentava esta síntese e que era, precisamente, o forte crescimento económico, que durante décadas permitiu atenuar os conflitos sociais de distribuição através do aumento continuado do bolo a distribuir. O estalar da crise desencadeou, assim, a nível cultural e ideológico, o ataque a dois conceitos em que se baseava a síntese anterior — o Estado e o progresso tecnológico. A reflexão sobre os recursos finitos, as preocupações ecológicas, os efeitos de «contraprodutividade» dos instrumentos produtivos teorizados por I. Illitch, serviram de fundamento às reservas crescentes à ideia de que o progresso técnico indefinido só traz benefícios e é neutro relativamente às próprias formas de organizações económico-social.

Por outro lado, servindo o Estado no modelo anterior, como agente privilegiado da transformação social, apareceram também as críticas ao seu gigantismo, à burocratização uniformizadora a que dá origem, bem como a resistência ao aumento continuado da pressão fiscal necessária ao financiamento da sua intervenção. Embora as populações continuem ainda a esperar do Estado a resolução dos seus problemas, muitos ideólogos de variadas tendências se apossaram do tema da crítica ao social-estatismo como modelo de transformação social. Consoante a perspectiva em que se colocam diferem, naturalmente, os argumentos. Neste caldo de cultura se tem assistido a um certo renascimento do pensamento liberal-conservador, de uma nova direita, de que o Programa deste governo se faz eco.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Entre os representantes deste pensamento, os mais nostálgicos do velho capitalismo liberal defendem a redução do papel do Estado em nome das liberdades individuais e das vantagens do mercado e da concorrência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Como se o crescimento das despesas sociais, ao corrigir disfunções fundamentais do sistema não contribuisse precisamente para libertar dos serviços materiais os que, mais desprovidos, delas beneficiam.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ou como se num mundo de oligopólios e grandes empresas que dominam a vida económica fosse possível, romanticamente, voltar ao mundo de concorrência liberal.

Outros, mais pragmáticos, limitam-se a teorizar a revolta dos cidadãos contra os impostos e sobre a forma ingénua e arbitrária das curvas de Laffer, prometem que o desagravamento fiscal aumentará as receitas e reequilibrará os orçamentos. Ou ainda, concebendo como alternativa uma política dita de oferta, por contraposição à política de gestão da procura, afirmam que a redução de impostos, diminuindo os custos, estimulará de tal forma a produtividade que os actuais problemas económicos desaparecerão. Nestas e noutras receitas, como as que fornece o monetarismo, se baseiam os programas da actual administração americana e do governo da Sr.ª Thatcher na velha Inglaterra. Nesta última, o remédio já produziu alguns efeitos: a inflação que era de 8% quando o Labour deixou o poder é agora de 16% e já esteve mais elevada, enquanto o desemprego também duplicou para 2,2 milhões e o produto industrial diminuiu, só no ano passado, de 10% em volume. O desagravamento fiscal para os mais ricos não trouxe mais investimento, porque o sector privado afinal não respondeu, preferindo gastar de outra forma o aumento dos seus rendimentos. Nem sempre, como se vê, à redução do papel do Estado corresponde, nestes tempos de incerteza, o propalado dinamismo inovador do sector privado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A reacção contra o papel do Estado, como referi, não se resume ao campo conservador, mas é hoje um tema mais generalizadamente assumido. A insistência na necessidade da descentralização para o nível regional e local é um tema moderno em que, essa ideia legitimamente se concretiza. Por outro lado, essa reacção encontra mais justificação nos países desenvolvidos do que, por exemplo, entre nós. O nosso nível de fiscalidade é em termos relativos dos mais baixos da Europa; o conjunto das despesas da Administração Central e da segurança social pouco ultrapassam os 30% do produto, encontrando-se longe dos 50% ou 60% que se verificam naqueles países; o desenvolvimento dos serviços e prestações sociais é manifestamente insuficiente; as exigências da inovação tecnológica e do desenvolvimento de nova base industrial não podem dispensar também o papel activo do Estado; do mesmo modo, a protecção do meio ambiente exige um acentuado aumento da regulamentação pública e basta ler, nesta matéria, o capítulo respectivo do Programa do Governo para se ter consciência de que assim é. Chega-se aí ao ponto da tecnocracia ecológica pretender regulamentar centralmente o uso do solo para fins urbanos e industriais, esvaziando parcialmente de conteúdo a descentralização para o poder local.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O pragmatismo leva, assim, o Governo em vários domínios do Programa a cair em contradição com o seu princípio ideológico de redução de intervenção estatal (veja-se v. g. o controle directo de preços e das importações). Talvez porque, no fundo, o tema da libertação da sociedade civil seja uma forma sofisticada e erudita de enfeitar o propósito essencial de atacar o sector público produtivo e abrir assim caminho ao grande poder económico privado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que está verdadeiramente em causa são os sectores nacionalizados, que designam como «excessos da colectivização» e que afinal pesam tanto na nossa economia como noutras países da CEE, onde, ao contrário do que afirma o Governo, não existe um modelo económico-institucional que tenhamos de adoptar, em sede de revisão constitucional, para que possamos ser membros da Comunidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É lamentável que se continue a usar este argumento, quando até no próprio parecer da Comissão sobre o nosso pedido de adesão se afirma que «a dimensão do sector público e a extensão das nacionalizações em Portugal não são incompatíveis com os tratados, desde que as regras comunitárias relevantes sejam aplicadas».

Dentro dos sectores nacionalizados o que verdadeiramente interessa ao Governo e ao setor privado é o da banca, porque aí se encontra a chave do grande poder económico.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É precisamente a questão do Poder que o pensamento conservador escamoteia ao falar da libertação da sociedade civil perante o Estado. Esquece que o controle do grande poder económico pelo poder político é condição de democratização da sociedade e nisso se distingue do pensamento da esquerda democrática. Não porque esta, reflectindo também sobre a crise das sociedades modernas tenha hoje a mesma confiança qu' antes no Estado como único agente de transformação social. Existe como se sabe uma ventosa libertária no pensamento socialista que nunca verdadeiramente desapareceu.

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — E a própria crise contemporânea leva muitos pensadores a falar do reforço da sociedade civil, com um alcance naturalmente diferente do que pretende o pensamento conservador. Em dois vectores fundamentais se expressa essa diferença.

Em primeiro lugar, não se trata apenas de reduzir a intervenção do Estado para aumentar a intervenção autónoma dos grupos da sociedade civil. Isso conduziria ao domínio dos egoismos corporativos concorrentes e à imposição da lei do mais forte. Trata-se, sim, de reforçar a sociedade civil para melhor controlar o Estado, alargando o espaço de debate político, integrando no sistema a discussão pública de muitas decisões que tradicionalmente são tomadas isoladamente pela burocacia estatal. Trata-se de alargar as funções da sociedade política, que é mais vasta que o Estado, fazendo participar os grupos e movimentos da sociedade civil na discussão pública e política dos problemas. Isto exige, entre outras coisas, uma profunda reforma da Administração, uma muito maior transparência e mais vasta informação sobre as decisões que afectam os cidadãos. Envolve também o alargamento dos direitos de representação e petição. Impõe aos partidos políticos um maior diálogo com todos os movimentos sociais e a participação directa destes no debate político.

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o pensamento socialista sobre o reforço da sociedade civil não escamoteia a questão do Poder e partindo como sempre da ideia de igualdade, passa hoje do binómio igualdade/uniformidade ao conceito de igualdade/autonomia, ou seja, ao conceito de igualdade aplicado à participação nas decisões o que implica uma vasta redistribuição de poderes na sociedade. É isto que determina a exigência da descentralização do Estado, bem como toda a problemática da intervenção dos trabalhadores na vida económica, do nível de empresa e das condições de trabalho, ao nível macroeconómico da política de emprego, de investimento, de rendimentos. É esta redistribuição de poderes, verdadeiro reforço da sociedade civil, que exige também, como sua condição, o controle do grande poder económico através da existência de um sector público nos sectores de base da vida económica, bem como impõe também o apoio ao desenvolvimento da propriedade social, nomeadamente sob a sua forma cooperativa.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

Sob a aparente convergência a propósito do repensar da função do Estado, da descentralização ao apoio à iniciativa própria dos grupos e movimentos sociais, existe assim uma profunda divergência com o pensamento do Governo, no plano do projecto global de sociedade que o Partido Socialista e a FRS defendem. Assumimos, como sempre, a modernidade, não somos favoráveis à colectivização sistemática, mas permanecemos fiéis aos ideais de liberdade e igualdade que implicam que o reforço da sociedade civil não redunde em benefício dos mais privilegiados e dos mais fortes e tenha, portanto, que resultar de uma redistribuição dos poderes na sociedade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O pensamento do Governo nesta matéria é, pelo contrário, claramente liberal e conservador. O Sr. Primeiro-Ministro recusou, na sua última intervenção, a designação de neo-liberal para o projecto da AD, com o estranho argumento de que o anterior governo tinha até aumentado as pensões de reforma e era a favor da justiça social e da melhoria do nível de vida de toda a população. A este nível geral de objectivos todos os projectos seriam iguais e o argumento carece de qualquer rigor ideológico.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — As diferenças situam-se antes no plano dos modelos de organização económico-social e dos programas e políticas concretas que se defendem. Ora precisamente para o ano em curso, as políticas que o Programa do Governo anuncia, apesar de serem bastante vagas, permitem, no entanto, concluir que não haverá grande melhoria do nível de vida dos trabalhadores. O Governo promete um ritmo de inflação de 16% por comparação com os 17% do ano passado. Não menciona, porém, que em virtude dos preços terem desacelerado durante o ano passado e se encontrarem a crescer, na parte final, a um ritmo de cerca de 12%, o objectivo para 1981 implica uma forte aceleração dos preços ao longo deste ano. Com efeito, o objectivo de uma taxa média de 16% para a inflação significa que, durante o ano, os preços subirão mais de 20%. Isto, em condições normais de aumento regular.

Não beneficiando este Governo de um bom ano agrícola que trouxe ao seu antecessor a benesse de uma taxa de inflação abaixo de 20%, nem podendo aplicar este ano, em que não há eleições, uma férrea política de controle directo de preços, nada garante, aliás, que a meta de 16% não venha a ser excedida.

Por outro lado, o Governo indica que fixará os aumentos de salários no sector público ao mesmo nível de 16% e pretende que esta norma seja respeitada nos restantes sectores da economia. Como a produtividade aumentará em volume 3% ou 4%, este objectivo de manter os salários a acompanhar apenas a inflação implica, além do mais, que se deteriorará a repartição funcional do rendimento em desfavor dos rendimentos do trabalho.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em resumo, quer no plano da ideologia do modelo de sociedade que defende, quer no plano concreto das políticas que propõe, este governo não serve os interesses da população trabalhadora. Para um socialista, tanto basta para que seja rejeitado.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Deputado Vitor Constâncio: ouvi com o máximo interesse, embora com alguma surpresa, a sua intervenção.

Desde logo o meu interesse diz respeito à posição que V. Ex.^a assumiu perante os objectivos que este governo pretende prosseguir, designadamente em matéria de política económica.

Ao lembrar-me do discurso que V. Ex.^a proferiu aquando da discussão do Programa de Governo presidido pelo Dr. Sá Carneiro e ao compará-lo com este, tenho de concluir que o Sr. Deputado fez contrição e concluiu ter errado drasticamente no seu discurso anterior, porque em relação aos objectivos, designadamente quanto à taxa de inflação ser inferior a 20%, aqui apresentado pelo Sr. Ministro Cavaco e Silva V. Ex.^a disse que isso era impossível por A, B, C e D. Quanto ao objectivo dos 16% do Sr. Ministro Moraes Leitão, V. Ex.^a não acredita porque não chove...

Risos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Vitor Constâncio (PS): — Mas eu não disse nada disso!...

O Orador: — Este era o primeiro comentário que a sua intervenção me merecia, porque, para além de tudo, parece-me interessante fazer ressaltar dela que, para além de uma afirmação de princípio, que também registamos, de serem oposição frontal, mas construtiva, o Sr. Deputado procura refugiar-se num papel de explicitação histórica do sentido da libertação da sociedade civil, do que é a modernidade e de outros conceitos necessariamente importantes, mas que no fundo não são a essência de um debate de um programa de governo, tudo isso para tentar, de certo modo, retirar ao Programa do actual Governo e ao projecto da Aliança Democrática exactamente aquilo que ambos têm de modernidade e de desenvolvimento futuro.

V. Ex.^a procura agora, através da hábil e capciosa maneira de entender o que é para o Governo a libertação da sociedade civil, fazê-la restringir à diminuição do sector público produtivo. Não é esse o conceito de libertação da sociedade civil da Aliança Democrática que está no Programa do Governo, e V. Ex.^a ao fazer isso está de certa maneira a reconhecer a faléncia de toda a base filosófica que ainda consta do programa do partido em que milita, está no fundo a querer, pela via ideológica, retirar espaço à acção positiva da Aliança Democrática e do Governo, está de certo modo a querer dizer agora em 1981: «Mas nós também já assim pensamos há uns tempos», só que se esqueceu de dizer «nós, socialistas, na Europa» e não «nós, socialistas, em Portu-

gal». Isto porque é evidente que todo o discurso político ideológico e cultural do Partido Socialista não tem nada a ver nem com a modernidade, nem com a libertação da sociedade civil. Tem a ver isso sim — e ficou bem patente durante toda a anterior sessão legislativa — com a defesa intransigente de todo o sector público — seja produtivo, seja meramente administrativo —, como se quase a tocar as expressões da defesa das conquistas da revolução do Partido Comunista. Nunca o disse, mas na substância aproximava-se muito dessas posições.

É evidente que para nós o conceito de libertação da sociedade civil não tem a ver apenas com uma reacção de rejeição do Estado. Aliás lembro que se o desenvolvimento até ao 25 de Abril assentava, direi que quase exclusivamente, na iniciativa do Estado — lembremos, por exemplo, a lei do condicionamento industrial —, é evidente que esse sentido se agravou nos momentos posteriores e neste momento aquilo que para nós existe de essencial no fenómeno de libertação é exactamente que o Estado desempenhe as tarefas que lhe devem ser constitucionalmente cometidas, ou seja, o controle político do poder económico, e que, em segundo lugar, tenha natureza supletiva em relação a todas aquelas funções que, por serem essenciais, não podem deixar de despertar o interesse, a vontade e o trabalho de todo o ente colectivo.

É claro que quando numa política reformista, como é a nossa, se cometem ao Estado funções no âmbito da segurança social, no âmbito da habitação, no âmbito da saúde, questões, portanto, que são vitais para a própria dignidade humana e, como tal, factores da própria liberdade de cada um, razão última do fenómeno de libertação da sociedade civil, é porque ainda não existem condições para que a própria sociedade, numa dupla função de respeito pela dignidade da pessoa humana e ao mesmo tempo de respeito pela solidariedade social que não podemos deixar de defender, o faça por si.

Portanto «libertação da sociedade civil» não tem apenas o sentido de atingir o sector público produtivo, embora seja necessariamente uma razão essencial.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Ah! ...

O Orador: — Isto porque nessa área é evidente a existência de um desequilíbrio que, em vez de ser gerador de maior bem-estar e maior qualidade de vida, é, antes pelo contrário — e isso ficou aprovado nos últimos cinco anos —, factor de diminuição do poder de compra de todos os portugueses. «Libertação da sociedade civil» visa também, através de critérios de racionalidade, a própria Administração Pública, colocada não no sentido de servir o Estado e aqueles que o entendem como algo que se sobrepõe à sociedade mas em posição de poder corresponder a essa mesma necessidade de libertação da sociedade civil.

Não nos iludamos, Sr. Deputado: todo este projecto, toda esta filosofia é nossa e por mais voltas que o Sr. Deputado dê, por mais indagações que faça na literatura estrangeira, o Partido Socialista já não vem a tempo de tornar o caminho na modernidade.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Mas que moderno! ...

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Já leu Hegel alguma vez?

O Sr. Presidente: — Uma vez que o Sr. Deputado Vítor Constâncio se reserva o direito de responder no fim de todos os pedidos de esclarecimento, concedo para esse efeito a palavra à Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Sr. Deputado Vítor Constâncio esquivou-se a um debate acerca da política económica do Governo, argumentando que o Programa não é suficientemente explícito e entrou pelo caminho do debate ideológico. Mas na verdade não fiquei esclarecida acerca do que o Sr. Deputado disse, designadamente no que se refere ao projecto de sociedade.

O Sr. Deputado afirmou que a Frente Republicana e Socialista ou o Partido Socialista tinha um projecto de sociedade diferente do projecto de sociedade da Aliança Democrática e eu fiquei à espera de saber qual era essa diferença. Porém, o Sr. Deputado depois falou em modernidade, disse que era contra a colectivização, falou em liberdade, em igualdade e em redistribuição de poderes, tudo coisas em que a Aliança Democrática já falou, provavelmente numa perspectiva diferente. Não apareceu nada de novo na sua intervenção, pelo menos do meu ponto de vista.

Neste país usam-se muitos «chavões», designadamente ideológicos, que não são aprofundados e a dada altura estabelece-se uma certa confusão nos espíritos.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Lá isso é verdade...

A Oradora: — O que acontece é isto: a Aliança Democrática quando apareceu disse que tinha um projecto de sociedade; o Partido Socialista diz que tem outro; em 14 de Outubro o general Eanes disse que tinha um projecto de sociedade que era igual ao da AD, depois houve uma grande confusão com o Partido Socialista, que foi pedir satisfações ao Sr. Presidente da República e a seguir apareceu uma entrevista nos jornais em que ele disse que não era bem aquilo que queria dizer, mas que no fundo o que ele gostava era de um entendimento entre socialistas e sociais-democratas — o tal bloco central.

Entretanto há um deputado da Frente Republicana e Socialista que faz um artigo a dizer que o bloco central já não existe, ou que é o fim do bloco central, mas ele também nunca tinha existido.

Risos.

Assim a pergunta que lhe faço é esta: o projecto de sociedade do Sr. Deputado Vítor Constâncio é o mesmo do Sr. General Eanes? E, se é o mesmo, o do Sr. General Eanes é igual ao da AD ou é diferente?

Risos do PSD.

E, se é diferente, é-o em quê?

Eu gostava de saber. Não faço a pergunta ao general Eanes por que ele não está aqui — e talvez não me soubesse responder...

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

... —, mas imagino que o Sr. Deputado Vítor Constâncio tem argumentos para me responder.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Não quer perguntar ao Soares Carneiro?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Morais Leitão): — Sr. Presidente ontem o Sr. Deputado Vítor Constâncio, de certo por razões involuntárias, apareceu já fora do período destinado à formulação de pedidos de esclarecimento à minha intervenção e atirou-me com uma série de perguntas a que não tive tempo de responder. Estou hoje com igual problema, porque tenho 30 segundos para responder, mas há afirmações do Sr. Deputado Vítor Constâncio que considero mais eleitoralistas do que de índole económica. Creio que o Sr. Deputado se está a transformar num economista que se politiza em vez de ser um economista que se mantém como tal...

Risos do PS, da ASDI e da UEDS.

Mas eu não quero deixar de, em resposta a esta intervenção do Sr. Deputado Vítor Constâncio, dizer que comprehendo as suas necessidades eleitorais dentro do PS...

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

... mas lamento que como economista venha dizer que a taxa de inflação de 16 % levará a uma forte aceleração dos preços ao longo do ano. O Sr. Deputado sabe que isso não é verdade e, como só disponho de 30 segundos, terei todo o gosto em entregar-lhe as informações de técnicos seus colegas que demonstram que é falsa a afirmação que fez.

É igualmente falso, e creio que a leitura atenta do Programa do Governo lhe permitirá ver isso, dizer que este não tem prioridades. O Sr. Deputado ontem mesmo chamou a atenção para elas, o que prova que concordou com elas, isto é, com a prioridade do aumento da produtividade, com a prioridade do combate ao desemprego, com as diversas prioridades que estão bem expressas quer no Programa do Governo quer na minha intervenção.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — O problema é que tudo é prioritário.

O Orador: — De modo que faço esta intervenção à laia de lamento, com pena, mas não com medo, de não dialogar por mais tempo com o Sr. Deputado Vítor Constâncio, o que espero fazer aquando da apreciação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Hoje está muito contabilista...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É o governo das lamentações...

O Sr. Presidente: — Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, tem V. Ex.* a palavra para responder, Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação ao Sr. Deputado Azevedo Soares, que referiu que no meu discurso sobre o programa do primeiro governo da Aliança Democrática eu me tinha enganado sobre o valor da inflação a 20 %, peço-lhe que releia esse discurso porque verá que na altura afirmei que esse objectivo, embora muito difícil de atingir, praticamente impossível, só seria possível se o Governo viesse a revalorizar e fizesse um controle rígido, directo, dos preços. Isso está lá no meu discurso.

De resto, foi isso que aconteceu, para além da benesse de um bom ano agrícola, pois se o Sr. Deputado se der ao trabalho de fazer as contas verá que, retirando alguns poucos produtos do índice de preços — vinho, batata, frutas e legumes, cujos preços desceram em valor absoluto e cujo peso no orçamento familiar é apenas cerca de 10% —, a inflação dos restantes preços, e que são a esmagadora maioria, não é de 17 % mas de 20 % ou mais, o que prova que o bom ano agrícola foi o factor decisivo da desaceleração do índice de preços para 17 %, e esse ninguém o podia prever em Janeiro do ano passado.

Quanto à previsão deste ano, até num artigo que escrevi recentemente num jornal tive ocasião de demonstrar que o objectivo dos 16 % é possível e que nem sequer é um objectivo extremamente ousado dado o ritmo de inflação que se verifica no final do ano de 1980 e que é de cerca de 12 %. Portanto há que subir um pouco para chegar à média de 16 %.

Aproveito também para responder à questão que o Sr. Ministro das Finanças e do Plano me colocou: Quando digo que os preços se acelerarão durante o ano é porque, em primeiro lugar, é evidente que eles se estão a acelerar desde Dezembro e se vão acelerar nestes próximos meses. E se o Sr. Ministro fizer as contas, como eu fiz, a uma evolução regular ou mais ou menos regular dos preços ao longo deste ano para chegar à média dos 16 %, terá de ter um aumento de cerca de 21 % em 1981.

É claro que num artigo que escrevi para um jornal mais desenvolvidamente do que a minha intervenção também disse que se o aumento dos preços se concentrar mais na primeira parte do ano — tal como está a acontecer — não será necessário que o aumento ao longo do ano seja tão elevado. Portanto, não preciso de nenhuns esclarecimentos que o Sr. Ministro tão amavelmente me quis oferecer sobre essa matéria de fazer contas no que respeita a taxas de crescimento, pois tenho disso alguma prática.

A Sr.* Ilda Figueiredo (PCP): — O senhor não sabe fazer contas...

O Orador: — Em relação aos problemas mais gerais da minha intervenção queria dizer que não me esquivei ao debate sobre a política económica, pois cá estaremos no debate do Plano e do Orçamento quando o Governo apresentar alguma coisa de concreto e,

nessa altura, então interviremos a propósito. No entanto, como a maioria se fartou de dizer que a oposição não tem projecto, também era bom que falássemos sobre o nosso próprio projecto de sociedade e portanto falássemos em termos ideológicos em consonância e em correspondência com o próprio carácter demasiado genérico do Programa do Governo.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Espero que o Sr. Deputado Azevedo Soares não me retire a mim nem ao PS o direito de se renovar, sobretudo se como disse, isso retira espaço político à maioria, pois teremos muito prazer em o fazer.

Penso que certamente também o Sr. Ministro das Finanças não se espantará que eu seja um economista que se politicize, se é que não seria mais correcto dizer que sou um político que sabe alguma coisa de economia — o que seria o mais indicado dito aqui no Parlamento.

Vozes do PS, da UEDS e do PCP: — Muito bem!

O Orador: — À Sr.^a Deputada Helena Roseta já lhe respondi sobre o desvio em relação à discussão da política do Governo e só espero que esteja a apresentar para a discutir.

Quanto às diferenças sobre os nossos projectos de sociedade, é evidente que partilhamos alguns aspectos comuns sobretudo no que tem a ver com a organização da sociedade e da democracia política, e há uma configuração genérica que nos é comum a Portugal e a outros países da Europa Ocidental. Contudo, há aspectos que são profundamente diferentes e foi a esses que me referi na minha intervenção: situam-se sobretudo no plano da organização económico-social e no plano dos direitos dos trabalhadores e respectivas organizações.

Portanto, é na preocupação pelos valores da igualdade da defesa efectiva dos mais desprotegidos que se situam as diferenças entre os nossos projectos, é aí que se situa a diferença entre o que é um projecto liberal, moderno, com algumas preocupações de justiça social — e tudo faltava se não as tivesse. Mas, para nós, esses valores vão mais fundo e obrigam a que no plano do modelo da organização económico-social defendamos um modelo claramente diferente do vosso, tal como está expresso na minha intervenção se a Sr.^a Deputada a souber ler, e, sobretudo, como está clarissimamente expresso com programas e políticas desse modelo decorrentes no programa eleitoral do governo da FRS que talvez a Sr.^a Deputada Helena Roseta também devesse ler.

Aplausos do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em matéria de rendimentos e preços o Programa do Governo é a continuidade do farisaísmo palavroso da «AD» já bem conhecido.

É que não basta continuar a propagandear aos quatro ventos que o nível de vida da população vai melhorar para que o milagre se dê. Este Governo

não fará milagres: vai, sim, cobrar a factura e promover a continuação da deterioração das condições de vida dos trabalhadores. Foi o Ministro das Finanças que o confirmou ontem mesmo. A «AD» já teve um Ministro das Finanças que se gabava de dirigir a economia de máquina de calcular em punho. Estava manipulada, os dados eram viciados e as consequências estão à vista. Mas este orgulha-se de ter deitado fora a máquina de calcular. É um sinal dos tempos neste debate de um programa que aponta para o desregramento dos preços e para o banquete dos especuladores.

Pelo contrário, quanto aos salários o Programa estabelece, na prática, um tecto salarial de 16 % afirmando-o imperativamente para os trabalhadores das empresas nacionalizadas e indicando-o, embora de forma mais velada, para o sector privado.

O Governo também sabe que é contraditório e tecnicamente incorrecto (e no entanto continua a reafirmá-lo) pretender que as condições de vida das populações melhorem e se atenuem as desigualdades na distribuição dos rendimentos apenas igualando aumento de salários aos aumentos de preços.

É que, no caso dos salários evoluírem ao mesmo ritmo dos preços, a participação de trabalho no rendimento nacional decresce dado os aumentos de produtividade.

Sintomaticamente o Governo não aponta para a obtenção dos aumentos de produtividade através da intensificação do investimento, da inovação tecnológica, do desenvolvimento económico do País. Quer mais produtividade sim, mas pela intensificação da exploração dos trabalhadores, através de maiores ritmos e cargas de trabalho, da alteração dos horários de trabalho, do aumento dos despedimentos, do abuso dos contratos a prazo.

A política do Governo conduz a que os aumentos de produtividade verificados nas empresas continuem a aumentar os lucros, diminuindo de facto os salários reais e agravando a desigualdade na distribuição do rendimento nacional.

Isto é tanto mais certo quanto durante o ano passado os salários continuaram a ter um aumento médio insuficiente para fazer face ao aumento dos preços verificado durante o período de vigência dos salários revistos, já que tal período foi, em geral, superior a dezasseis meses, apesar das lutas que os trabalhadores tiveram de desenvolver para obter aumentos nominais que não conseguiram repor o seu poder de compra. O que nos leva directamente à questão dos preços:

É sabido que os índices de preços se baseiam nas despesas familiares verificadas em 73/74 não traduzindo hoje minimamente as realidades do consumo dos Portugueses como, aliás, o Governo reconhece no seu programa.

Apesar da relativa contenção para fins eleitoristas do facilmente manipulável índice de preços no consumidor, a verdade é que os bens de primeira necessidade atingiram preços proibitivos.

Por exemplo, segundo os dados do INE, em 1980 os cereais aumentaram no consumidor 21,5 %, as carnes 20,4 %, as leguminosas 28,2 %, o vestuário 34,88 %, o calçado 32,7 %, a água e o gás mais de 21 %, a electricidade 44,6 %, o mobiliário 24,8 %, os têxteis domésticos 23,1 %, os transportes 27,5 %.

E esta tensão inflacionista já se agravou após eleições, pois que o combate às causas estruturais da inflação não foi feito, nem o será pelo actual Governo, porque isso significaria combater os interesses dos capitalistas, intermediários e especuladores, que este Governo representa.

Donde a tentativa de mascarar os aumentos com falsas justificações. Veja-se o aumento dos combustíveis muito superiores aos invocados 10 % de aumento das ramas petrolíferas. Mas a falsidade das justificações alargou-se enquanto os aumentos continuavam nos transportes, nos correios, adubos e pesticidas, bacalhau, alimentação infantil, medicamentos, detergentes, peixe congelado, etc., o que já atingiu duramente as classes laboriosas de menores rendimentos.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no Programa não são apontadas quaisquer medidas para a resolução dos vários problemas existentes no sector do comércio onde mais de 80 000 pequenos e médios comerciantes se defrontam com a concorrência desleal dos centros comerciais de horários especiais e trabalhadores na quase totalidade contratados a prazo, dos supermercados, onde, por exemplo, o Pão de Açúcar beneficia de créditos à taxa de 5,5 %, enquanto os pequenos e médios comerciantes, além de não obterem créditos para se reestruturarem, pagam juros de 20 %.

O que o Governo prepara é o regabofe dos intermediários. O objectivo pretendido é de desmantelarem os organismos de coordenação económica entregando a actividade comercial nas mãos dos grandes armazémistas e intermediários, com as inevitáveis consequências desastrosas, quer ao nível dos preços, quer do escoamento das produções, quer ainda ao nível da própria produção, particularmente do que ocorre nas pequenas e médias explorações agrícolas e nas pescas.

O Governo prepara a repetição dos habituais escândalos do vinho, da batata, da manteiga, etc., etc.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: Em matéria de política de rendimentos e preços no Programa do Governo apenas existem melhorias do nível de vida para o clube de amigos do grande capital como, aliás, outra coisa não era de esperar dos fiéis servidores das multinacionais. Sendo certo que os homens de mão dos Melos, Champalimauds e Quinas foram agora promovidos a ministros, é certo também que não o serão por muito tempo e seguramente não por quatro anos.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Qualidade de Vida.

O Sr. Ministro da Qualidade de Vida (Ferreira do Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que comece por cumprimentar VV. Ex.^{as} e, nas vossas pessoas, saudar o Parlamento, órgão vital das democracias, ao qual tive a honra de pertencer até há poucos dias, aproveitando para lhes manifestar a minha firme disposição de continuar a frequente relação convosco, como é meu dever de membro do Governo, obrigação da qual gostosamente me desincumbirei.

O tratamento da problemática da qualidade de vida a nível ministerial vai hoje ao encontro de uma

necessidade iniludível, como bem evidenciou aqui o Sr. Primeiro-Ministro. E constitui, simultaneamente, mais um claro sinal de modernidade do governo da Aliança Democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não foi um coelho que houvesse sido subtilmente extraído da manga de um illusionista. Não foi arranjo de última hora da classe política. Pelo contrário, é a continuação de uma progressão iniciada sob os auspícios do saudoso Francisco Sá Carneiro, que nunca escondeu nem esqueceu a crescente preocupação pelas melhorias qualitativas do bem-estar dos cidadãos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De resto, essa preocupação está patente, desde a primeira hora, num capítulo do programa da AD. Nele se lê:

Por causa da sua lógica e da sua ética puramente quantitativas, a civilização industrial deformou a face do mundo e começou a dominar os seus criadores. Hoje, porém, a consciência universal apercebeu-se de que é indispensável deter este processo e pensar não apenas na quantidade de bens e serviços produzidos, mas também na qualidade de vida, que eles devem servir e nunca determinar. É preciso construir um ambiente à medida do homem. Planear as cidades e os campos e enriquecer a ocupação dos tempos livres. Fazer um uso responsável dos recursos naturais e das fontes energéticas, que não são inesgotáveis. E também encorajar uma comunicação social que ajude os cidadãos a escolher livre e intelligentemente os caminhos do futuro.

Li propositadamente esta longa transcrição porque, com toda a felicidade ela sintetiza, neste particular, os grandes objectivos do Governo, e porque, com toda a propriedade, o Governo, ao lançar o Ministério da Qualidade de Vida, incluindo nele as Secretarias de Estado do Ordenamento e Ambiente, dos Desportos e da Comunicação Social, está dando cabal cumprimento ao compromisso da Aliança Democrática com o povo, que reforçadamente a manteve no poder, para efectivação de um espírito, para continuação de um progresso, para prossecução de um programa.

Vozes do PSD do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Uma objecção se desenha, surdamente: a um povo que, segundo os vários índices quantitativos convencionais de progresso, não atingiu ainda níveis mínimos de bem-estar, poderia parecer supérfluo e pretensioso abrir uma instância de qualidade de vida.

Isso se ponderou. Mas a problemática da qualidade de vida não é exclusivo das nações altamente industrializadas, ou das que produzem riqueza tão abundante que suscite a preocupação pela sua melhor usufruição. A escassez planetária de recursos, dia

a dia mais evidenciada, a revolta dos humanismos e dos naturalismos perante a frieza da submissão às técnicas mecanicistas, a necessidade de evitar, a tempo, trilhar veredas erradas de que outros se arrependeram, deve conduzir a que os problemas da qualidade de vida sejam abordados com urgência e vigor, como componente fundamental da matriz das grandes decisões dos poderes públicos.

Sobre a necessidade de iniciar o ordenamento do território já aqui falei, como deputado, no ano passado. Insisto e assumo, com o Governo a que pertenço, a responsabilidade de arrancar para ele, ainda que experimentalmente e em áreas circunscritas. A cobertura total do território do continente com essa malha, que traduzirá a feição geográfica das tarefas de planificação, levará, decerto, anos a ganhar forma. Mas importa começá-la com rapidez. Nisso vamos empenhar-nos, insensíveis ao peso de mentalidades anciadas e de interesses corporativos ou indisciplinadores, os quais são avessos aos imperativos dos finais deste século.

Quem diz ordenamento diz implicitamente consideração pelo ambiente e boa gestão dos principais recursos — ar, água, solo, fauna e flora. Preocupação substancial do Governo, que seguirá pistas e prosseguirá iniciativas anteriormente lançadas com feliz inspiração.

Da qualidade de vida é fatia fundamental o aproveitamento dos tempos livres, os lazeres. E, aí, o desporto emerge, pujante, qual segredo antigo da alma helénica presente em nossos corpos e em nossas inteligências.

Apontaremos:

Para a maior extensão possível da acessibilidade e prática do desporto, quer aos cidadãos quer às regiões;

Para a diversificação de modalidades e regimes, sem prejuízo da adopção de escalas de preferência;

Para a melhoria do nível atingido nas várias modalidades;

Para a salvaguarda da ética desportiva;

Para a ajuda com vista à harmonização dos interesses dos praticantes, dos clubes, das associações, dos técnicos, dos dirigentes e dos árbitros, dentro dos princípios da mínima intervenção estatal possível.

Vozes do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Numa palavra, julgamos que poderá lançar-se um planeamento participado neste sector, o qual melhor permitirá aproveitar os recursos e discernir sobre as orientações que serão de perfilar.

Finalmente, a comunicação social, tema tão saudado pelas oratórias políticas! O Programa do Governo é, penso, elucidativo. Nem preconceitos a favor do sector público, nem contra ele. Preferência pela saúde económica e financeira daquele, como é fundamental para a sua sobrevivência, sem necessidade de esmolar apoios ao contribuinte. Liberdade plena e independência perante o poder político. Humildade deste, em ordem à simples auto-redução da Secretaria de Estado. Eis outras tantas tópicas

das intenções que nos movem quando vos submetemos o nosso programa sobre comunicação social.

Vozes do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Que a qualidade de vida possa ser, aí, nos resultados, mais informação, mais disseminada e mais séria, mais consciente e mais compensadora, mais culta e mais viva, eis o voto que na vossa presença, preocupados e conscientes das dificuldades, mas animosos e esperançados, nos atrevemos a formular.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Gomes Fernandes.

O Sr. Gomes Fernandes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Qualidade de Vida: Muito rapidamente para não perder tempo dentro do meu partido gostaria de lhe colocar três questões.

Uma delas, que não vi referir no Programa do Governo, é a seguinte: por um lado, aparece ordenamento do território — que foi agora novamente referido — como um vector fundamental da melhoria da qualidade de vida. Ficaram-nos dúvidas sobre a ligação no plano institucional do actual aparelho do Governo em relação ao departamento que até aqui tem sido responsável pelas intervenções em matéria de urbanismo e ordenamento do território na sua ligação orgânica. Portanto, gostaria de saber se este departamento efectivamente é transferido ou se faz ou não parte do Ministério de Qualidade de Vida ou de algumas das suas Secretarias de Estado.

Por outro lado, o que é que se entende por avanço em matéria de ordenamento do território a nível experimental e em áreas restritas? Gostaria de perguntar se efectivamente não é possível e sobretudo necessário e imprescindível um desenvolvimento e ordenamento do território a nível global, como aliás já se começou a ensaiar especialmente no tempo do II Governo Socialista.

Uma outra questão: o anterior governo comprometeu-se, através da Secretaria de Estado do Ambiente, a publicar um código do ambiente. Foi mesmo uma das linhas de força que levou o PPM, juntamente com a AD, a recusarem a lei-quadro do ambiente que nós, Partido Socialista, apresentámos na Assembleia da República. O VI Governo prometeu mas não cumpriu e, portanto, se fosse possível queria um esclarecimento no sentido de definir objectivos nesta matéria e sobretudo calendários, o que é muito importante.

Outro aspecto é em relação ao que há dias aqui referi de um protocolo luso-espanhol quanto ao controle da acção das centrais nucleares fronteiriças sobre o território português. Esse ponto existe firmado, não está em funcionamento e portanto eu perguntava que passos é que vão ser dados para acelerar o funcionamento deste protocolo.

Outra pergunta é a de saber que medidas vão ser tomadas na área da comunicação social no sentido de conciliar uma deseável melhoria da qualidade de vida e de ambiente com a publicidade ao tabaco e sobretudo ao álcool nos órgãos de comunicação social, nomeadamente na televisão, e isto ainda face à legislação elaborada pelo anterior governo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro da Qualidade de Vida pretende responder já ou deseja primeiro ouvir os pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Lopes Cardoso?

O Sr. Ministro da Qualidade de Vida: — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Ministro da Qualidade de Vida: Ouvi a intervenção de V. Ex.^a e confesso que não vi saciada a minha curiosidade desde que o Sr. Primeiro-Ministro — ainda antes da apresentação do Governo — anunciou a criação desse novo departamento ministerial, o Ministério da Qualidade de Vida.

Pensei que o Sr. Ministro nos iria dar uma explicação justificando o aparecimento desse novo Ministério, que, de facto, para mim não é clara. E isto não porque eu tenha do Ministério da Qualidade de Vida o conceito, que já vi expresso por alguém que não é das bancadas da oposição, de que seria o Ministério «dos restos e das sobras».

Contudo, pergunto-lhe, Sr. Ministro: a qualidade de vida será alguma coisa que possa resultar da acção sectorial do Governo? A qualidade de vida não deverá ser resultante da acção governativa no seu conjunto? Não será ela reflexo das políticas conduzidas em cada um dos departamentos ministeriais e nessa medida porquê privilegiar em termos de qualidade de vida este ou aquele sector e, sendo assim, a haver um Ministro da Qualidade de Vida, não deveria ser esse Ministro da Qualidade de Vida o Sr. Dr. Francisco Pinto Balsemão, ou seja, o Primeiro-Ministro, dado que a qualidade de vida deveria resultar da melhoria da acção global do Governo e não é algo que possa resultar de acções sectoriais nem se pode definir em termos sectoriais que possam servir de substrato a um departamento individualizado da orgânica governamental?

Era a resposta a esta questão que eu esperava ter visto na sua intervenção e não vi.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Qualidade de Vida.

O Sr. Ministro da Qualidade de Vida: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação à questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado Gomes Fernandes sobre a institucionalização dos meios necessários para levar a efecto o ordenamento do território, julgo que ela se prende com determinados serviços que implicam com o ordenamento e que até há pouco estavam dependentes do Ministério da Habitação e Obras Públicas. Portanto, a minha resposta é que naturalmente o Ministério da Qualidade de Vida, nomeadamente a Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente, se irá dotar — também por transferência — de meios administrativos de pessoal e de serviços em ordem a poder superintender no arranque para o ordenamento, e que muito possivelmente contará com os serviços a que o Sr. Deputado se referiu e estão integrados actualmente no Ministério da Habitação e Obras Públicas.

No que diz respeito à metodologia do ordenamento e de começar por um tratamento global de todo o território de preferência àquela metodologia que lhe pareceu resultar da minha intervenção, por mim — como desconfio muito das soluções perfeitas à nascença e do espírito nacional de tentar resolver pela ideia uma realidade prática que nos transcende e como penso que é preferível partir de uma situação e de uma posição mais modesta —, fiquei prudentemente pela metodologia do arranque experimental e circunscrito, evidentemente sem perder de vista uma perspectiva global já dominado todo o território.

Contudo, perante uma hipótese de aguardar dez anos — como sucedeu, por exemplo, na Grã-Bretanha — por um ordenamento que cubra todo o território apenas num plano e numa escala e arrancar experimentalmente para ver onde estarão as possibilidades de avançar mais e onde estarão os erros, parece-me preferível a segunda metodologia, pois é mais empírica e mais aderente à realidade. O futuro dirá se de facto poderemos nessa altura transpor-nos para uma ambição mais vasta.

No que toca ao código do ambiente, também aí a minha preocupação não é tanto uma preocupação normativista e legalista: penso que a protecção ou a conservação da natureza, a consideração dos problemas do ambiente e a gestão dos recursos naturais depende muito mais da nossa acção do que da nossa capacidade de legisladores. É uma pecha que em Portugal existe sempre e que é a de resolver os problemas com base no *Diário da República* e não pela prática. Por mim, prefiro a actuação à promulgação de um código do ambiente mas é evidente que o projecto é aliciante e que sem dúvida poderá contar com o apoio do Ministro da Qualidade de Vida e penso que também com o apoio dos Srs. Deputados que estejam interessados na promulgação dessa legislação.

No que toca ao problema das centrais nucleares, a informação de que disponho é que a Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente, na vigência do anterior governo, procedeu rapidamente às diligências necessárias para que fossem protegidas de acordo com o protocolo com a Espanha os interesses do ambiente em Portugal e, nomeadamente, nas zonas fronteiriças relativamente à implantação das centrais nucleares. Simplesmente, o problema transcende o nosso Ministério e a Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente, visto que é um problema que se insere em todo o conjunto de temas de relações diplomáticas com a Espanha, que é mais vasto e que, sem dúvida, envolve uma consideração de conjunto através do Ministério dos Negócios Estrangeiros em cuja sede, segundo estou informado, está neste momento a ser tratado e naturalmente com vista a, como é imperioso, salvaguardar os interesses portugueses.

Quanto à comunicação social, Sr. Deputado, tem-me a seu lado nessa campanha, pois vou lutar para que essa publicidade seja banida dos órgãos de comunicação estatizados porque, apesar de fumador eu próprio, não tenho interesse em que o consumo do tabaco se desenvolva.

O Sr. Deputado Lopes Cardoso considera-se insuficientemente esclarecido sobre a explicação que dei

sobre a necessidade da existência do Ministério da Qualidade de Vida, lançou a hipótese — embora na boca de um deputado da maioria — de que seria um Ministério «de restos e sobras», mas na minha perspectiva até essa possibilidade é válida porque isso para mim tem uma conotação de aproveitamento de matéria orgânica, de reciclagem e portanto se pudermos aproveitar os restos e as sobras para com eles produzir utilidade para o País penso que cumpriremos a nossa missão.

Contudo, este não é unicamente o caso no que toca à qualidade de vida. Ao contrário do que julgo que o Sr. Deputado pensa, a orgânica do Governo não deverá ser apenas uma orgânica de seccionamento vertical mas é necessária a criação de Ministérios que, numa terminologia estrangeira — não está cá o Sr. Deputado Igrejas Caeiro, que naturalmente me reprovaria esse facto mas que peço licença para utilizar —, seriam Ministérios de *staff*, ou seja aqueles que estarão em contacto com vários outros departamentos para influenciarem a sua actuação sem necessidade de terem um comportamento convencional a seu cargo.

Naturalmente que esta é um pouco a filosofia do Ministério da Qualidade de Vida que será um Ministério que terá relação com todos os outros departamentos em ordem a poder levar melhor a cruzada da qualidade de vida, a cruzada do ordenamento e ambiente ...

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Tenho a impressão que poderei talvez concluir daí, Sr. Ministro, que o Ministério da Qualidade de Vida é uma espécie de consciência do Governo ...

O PPM já era a consciência da maioria e agora será a consciência do Governo!

O Orador: — Sr. Deputado, nós no Governo somos solidários, todos somos a consciência uns dos outros.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos fazer o intervalo normal. Está interrompida a sessão até às 18 horas.

Eram 17 horas e 30 minutos.

A seguir ao intervalo, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Beiroco.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao intervir na discussão do programa do VII Governo Constitucional, não posso deixar de me congratular pela forma como o debate tem decorrido.

Estamos longe do clima que caracterizou a discussão havida nesta Câmara por ocasião da discussão do Programa do Governo presidido por Francisco Sá Carneiro e compreende-se que assim seja. Por um lado, o ano passado as eleições legislativas perfilavam-se num horizonte próximo, influenciando decisivamente o discurso político da maioria e da oposição. A Aliança Democrática e o seu governo sabiam que tinham poucos meses úteis à sua frente para pôr em prática a política de mudança que tinham prometido aos Portugueses; sabiam ainda que o resultado das eleições e a concretização do seu projecto político dependiam fundamentalmente da acção governativa e da sua capacidade para melhorar as condições de vida das populações, sobretudo das mais carenciadas, porque normalmente mais esquecidas, não apenas pelos governos mas sobretudo pelo próprio processo de desenvolvimento. A maioria estava, pois, naturalmente impaciente por iniciar a sua acção e isso teve, por vezes, reflexos ao longo dos debates.

Por seu turno, as oposições também não ignoravam o que estava em jogo, embora os seus interesses e perspectivas não fossem coincidentes. Daí que mesmo a oposição democrática sentisse a necessidade de manifestar uma divergência total em relação à política proposta pelo Executivo, sem cuidar de distinguir aquilo com que nunca poderia concordar, por razões de ordem ideológica ou doutrinária, do que afinal não se afastava substancialmente da sua prática política, quando no Governo. Daí também que, muito embora criticando o Governo por, em seu entender, seguir uma via eleitoralista, a oposição democrática tenha pautado toda a sua conduta pelo objectivo cego de denegrir toda a política.

Neste momento, e não havendo eleições à vista, é natural que a estratégia seja outra, tanto mais que, por outro lado, o alargamento da base social de apoio da Aliança Democrática que os resultados das eleições de 5 de Outubro claramente revelam, que a prova de maturidade e bom senso que a maioria deu, ao vencer com determinação e coragem os momentos muito dolorosos e difíceis por que passou, recomendam uma certa prudência, a quem legitimamente aspira a construir uma alternativa democrática à coligação no Poder.

Devemo-nos, pois, congratular que assim seja, tendo sempre presente que o acalmar das tensões que caracterizaram a política portuguesa em 1980 não significa nem que a maioria renunciou a levar a cabo o seu projecto nem que a oposição abdica dos seus direitos — que numa democracia pluralista são também deveres — nem ainda que a conflitualidade que é própria das sociedades abertas não continue a manifestar-se em muitos domínios da vida social.

Mas tendo também presente que, numa época em que o euromundo vive numa situação de crise endémica, perante uma conjuntura internacional não isenta de preocupações e ansiosas interrogações, e num país que defronta um desafio decisivo como o da integração nas comunidades europeias, é necessário que, de um lado maioria e Governo e do outro oposição democrática, que amanhã pode ser governo, encontrem pontos de consenso naquilo em que o interesse nacional pode e deve sobrepor-se às legítimas divergências partidárias.

Penso serem diversas as áreas em que tal é possível. Não irei referir a revisão constitucional, por entender

não ser este o momento mais oportuno para o fazer, uma vez que se trata de matéria da exclusiva competência desta Câmara e este debate se destine a apreciar o Programa do Governo. Mas um sector há, de importância decisiva para o futuro dos Portugueses, em que a responsabilidade natural do Governo não deve impedir que a oposição assuma também a defesa de interesses que estão para além do partido ou coligação que, em cada momento, ocupem o Poder. Refiro-me à política económica e financeira cujo êxito condiciona a possibilidade de modernização da sociedade portuguesa, bem como a satisfação das necessidades sociais e o nível e qualidade de vida dos Portugueses.

Creio que, em linhas gerais, a oposição democrática não discorda dos objectivos definidos pelo Governo, criticando no entanto e como é natural os métodos propostos para os alcançar, total ou parcialmente, consoante os casos. Só que importa não esquecer que o processo de desenvolvimento para se traduzir em resultados profundos e duradouros tem de mobilizar toda a comunidade, empenhando-se não a totalidade pelo menos a parte mais significativa dos seus recursos humanos, materiais e técnicas. De outra forma poderá porventura haver crescimento da economia mas não haverá verdadeiramente desenvolvimento. Ora, para que a comunidade se mobilize nesse projecto não é indiferente, muito pelo contrário, a forma como a oposição democrática criticar a condução da política económica e financeira. Ainda ontem o Sr. Ministro das Finanças e do Plano chamava a atenção de todos nós para a responsabilidade que a todos cabe no combate à inflação, salientando a influência que uma crítica sistemática a aumentos de preços, que todos sabemos serem inevitáveis, pode ter na criação de um clima que favoreça ou estimule mesmo as anticipações especulativas dos agentes económicos, quer no que respeita ao consumo das famílias, quer no que respeita aos preços ou à formação exagerada de stocks, contribuindo assim para a aceleração do processo inflacionista.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Os exemplos poder-se-iam multiplicar, mas o que interessa neste momento salientar é que, se é certo que é o Governo que, daqui a quatro anos, terá de responder perante o eleitorado, não é menos certo que não é indiferente, nem para o futuro de todos nós, nem para a consolidação da democracia que todos servimos, a forma como a oposição exercer os direitos que a Constituição e a lei lhe conferem e que o Governo se comprometer hoje a respeitar integralmente, pela voz autorizada do Sr. Ministro de Estado.

A maioria não deixará de exercer as suas responsabilidades, apoiando o Governo que é o seu governo, sem abdicar das sugestões e críticas que enteder necessário para que inteiramente se cumpra o projecto da Aliança Democrática.

Continuam assim a ter plena actualidade as palavras que proferi na discussão do Programa do VI Governo e que peço desculpa de recordar:

A unidade da maioria não resulta do mero facto de historicamente parecer estarmos condenados a entendermo-nos, mas antes de um empenhamento político sem reservas, bem como da exacta consciência do que está hoje em jogo em Portugal, das responsabilidades que voluntaria-

mente assumimos perante o eleitorado e que não enjeitamos do valor da Aliança Democrática como o motor da regeneração e reconstruções nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O meu partido tem tido ao longo dos seus seis anos de existência uma vida difícil. Não estamos habituados a triunfar facilmente. Das dificuldades, dos obstáculos, dos momentos dolorosos que passámos, saiu sempre reforçada a nossa determinação de continuar. Mais do que nunca será assim agora que para além de todas as razões da nossa razão, há a memória sempre presente, daqueles que foram exemplares no combate que livremente escolheram e que nunca enjeitaram até ao dia da própria morte.

Cumpriremos pois as obrigações que nos incumbem em estreita cooperação com os nossos parceiros da Aliança Democrática, esperando sinceramente que a oposição democrática possa encontrar o estilo mais adequado ao cumprimento das suas, no exercício dos direitos que sempre lhe reconhecemos.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, era para apresentar o texto de uma moção de rejeição do Programa do Governo.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, passo a apresentar o texto da moção de rejeição que entregaremos seguidamente na Mesa:

Moção de rejeição

Considerando que o governo Pinto Balsemão representa a continuação no fundamental do governo Sá Carneiro nas novas condições impostas à «AD» pela sua desastrosa derrota nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro;

Risos do PSD e do CDS.

Considerando que os objectivos políticos essenciais da «AD» e do seu Governo permanecem inalteráveis, não se propondo o Governo qualquer rectificação da política de liquidação do regime democrático e das transformações económicas e sociais alcançadas com o 25 de Abril;

Considerando que o governo Balsemão não resolverá, antes agravará todos os problemas nacionais, sendo de esperar que prossiga a política antioperária e antipopular dos anteriores Governos, a degradação da situação económica, da saúde, do ensino, da cultura, o agravamento geral das condições de vida dos trabalhadores e de todo o povo português e o enfeudamento e submissão ao imperialismo estrangeiro, aos círculos mais agressivos e belicistas da NATO e aos interesses das multinacionais do Mercado Comum.

Risos do CDS.

Considerando que o Programa do governo Bal-
semão conserva o objectivo central de restaura-
ção do poder económico e político do grande
capital e dos latifundiários e, designadamente:

Mantém e explicita ainda mais claramente
a ofensiva contra as empresas nacionaliza-
das, a abertura do sector nacionalizado,
incluindo a banca, a empresas capitalis-
tas, o pagamento de indemnizações com
participações financeiras do Estado;

Mantém a ofensiva contra a Reforma Agrá-
ria;

Mantém uma política de deterioração das
condições de vida dos Portugueses, pre-
tendendo aumentar a exploração dos tra-
balhadores, fixar o tecto salarial em 16 %,
liberalizar os despedimentos;

Mantém a intenção de limitar gravemente as
liberdades, anunciando nova lei dos par-
tidos, nova lei restringindo o direito à
greve, nova legislação laboral, nova lei
eleitoral;

Mantém a intenção de não modificar o con-
trole antidemocrático pela «AD» da co-
municação social, especialmente da televi-
são e da rádio, visando a intoxicação da
opinião pública;

Mantém o projecto de confronto institucio-
nal e de ruptura constitucional, procuran-
do rever de facto a Constituição e prepa-
rar a sua destruição.

Nos termos:

O Grupo Parlamentar do PCP, ao abrigo e
para os efeitos do disposto nos artigos 195.º
e 198.º da Constituição da República, apresenta
a seguinte moção de rejeição:

A Assembleia da República rejeita o Pro-
grama do Governo.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado
Silva Graça, para uma intervenção.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr. Presidente,
Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O que o
Programa do Governo mostra à evidência em matéria
de Poder Local é que, ao contrário do que se afirma
nas grandes opções (ou seja «a consolidação consciente
e responsável do Poder Local e o estabelecimento de
uma autêntica regionalização»), aquilo que pauta a
acção do Governo é precisamente a tendência geral
centralizadora. Senão vejamos. O Governo começa
logo por dizer que a Lei das Finanças Locais será apli-
cada com cuidado. Que quer isto dizer, Sr. Primeiro-
Ministro? Quanto a nós, isto significa que o Governo
insistirá na interpretação abusiva, capciosa e «cava-
queira» de que esta lei não é para ser aplicada inte-
gralmente. Será que este governo, à semelhança do
anterior e do governo Mota Pinto (que até falava
em Poder Local robusto), não sabe que só há uma
maneira de aplicar com cuidado esta importante lei,
ou seja, aplicá-la na íntegra? Será que este governo
que tanto fala de qualidade de vida não sabe que esta
depende, em grande medida, de uma maior descentra-

lização, o que pressupõe mais meios financeiros e téc-
nicos para as autarquias poderem, gradual e segura-
mente, ir resolvendo os problemas que afligem as
populações?

Noutro domínio fundamental, o da delimitação das
áreas de investimento entre a Administração Central,
Regional e Local, matéria decisiva para definir o âm-
bito de responsabilidades das autarquias e permitir a
sua real autonomia, o Governo, ao falar ambigua-
mente da «formação» da lei respectiva, parece descon-
hecer que esta Assembleia já aprovou uma lei na
anterior legislatura e que essa matéria está em redi-
cussão na actual II Legislatura, tendo o PCP apre-
sentado a correspondente iniciativa legislativa que
reproduz o anterior decreto, que foi aliás aprovado
por unanimidade, o que demonstra bem o cuidado
com que foi elaborado e a justeza do seu conteúdo.
Quanto à regionalização, sem a qual falar de democra-
tização do Estado é pura demagogia, passa o Governo
«como gato por brasas», limitando-se vagamente a
referir-se à questão. A primeira como o Governo
encara estas questões essenciais, somada a afirmações
preocupantes como a intenção de «reformar os ser-
viços autárquicos», é bem elucidativa, da tendênci-
a geral centralizadora e, antidemocrática deste segundo
governo da «AD».

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo certamente não desco-
nhece que a reestruturação dos serviços das autarquias
é matéria da exclusiva competência da Adminis-
tração Local, concretamente das assembleias municipais
sob proposta das Câmaras.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Ou julga o Governo que ainda hoje
se pode funcionar à maneira dos Ministérios do In-
terior do regime fascista, que até, a coberto do Código
Administrativo do Sr. Marcelo Caetano, podiam nomear
directores de serviços de algumas câmaras municipais?
É de notar ainda que este governo não mostra a mi-
nima intenção de rever este Código que data, convém
recordá-lo, de 1936-1940, substituindo-o por um ver-
dadeiro código de poder local, o que nos parece grave.
Finalmente, gostaríamos de saber se a intenção de
criar a associação nacional de municípios traduz uma
vontade de reformular o Conselho Nacional de Muni-
cipios que o PCP já chamou à ratificação ou se se
trata de uma simples mudança de nome. Em qual-
quer dos casos, convém lembrar que o associativismo
municipal deve partir da livre iniciativa dos mesmos,
e não do Poder Central.

Se na parte referente ao Poder Local, o Programa
do Governo é, a um tempo, vago, ambíguo e centrali-
zador, não o é menos nas políticas sectoriais, não
apontando também aí para uma real descentralização.
Assim, no sector dependente do Ministério da Habi-
tação e Obras Públicas, não mostra o Governo a
mínima intenção de descentralizar qualquer função. E
isto apesar de este Ministério ser, como toda a gente
sabe, uma estrutura altamente centralizada. Além
disso, procura usurpar poderes dos municípios,
entrando simultaneamente em conflito com outras
áreas do Executivo.

Por outro lado, a política habitacional proposta, é um exemplo típico de que tudo continuará mais ou menos na mesma e de que a situação vai piorar ainda mais neste sector. A intenção afirmada de serem produzidos 50 000 fogos/ano significa, face às carências habitacionais que o Governo se propõe degradar ainda mais as condições de habitação dos Portugueses.

Acresce que a quota que o Governo reserva para o sector público (Estado e autarquias locais), apontando para a produção de 10 000 novos fogos, para eliminação progressiva das barracas e habitações degradadas, é altamente insuficiente. Lembro que em 1975 o mesmo sector produziu 21 183 e no ano seguinte 14 738 novos fogos. Isto quer dizer que as camadas mais pobres da população vão ver a sua situação ainda mais agravada. A não referência ao Plano de Recuperação de Imóveis Degradados — PRID — é também preocupante, conhecida que é a situação dos prédios velhos e degradados em todo o país.

No tocante ao crédito para aquisição de habitação própria, nem uma palavra é referida no programa sobre a reformulação da Portaria n.º 969/80, de 12 de Novembro, impeditiva do acesso à habitação aos trabalhadores, a vastos sectores das camadas médias e ainda aos jovens casais, condenados todos (na melhor das hipóteses) à expulsão para os dormitórios da periferia, sem equipamentos colectivos, e obrigando-os depois a passarem parte do seu dia de trabalho nos transportes públicos superlotados. É isto que o segundo governo da «AD» considera melhorar a qualidade de vida do nosso povo? A vaga alusão à legislação que regula os arrendamentos, significa que se vai restaurar a famigerada Lei das Rendas, cedendo à pressão dos senhorios ricos, que, se fosse publicada e aplicada, iria contribuir drasticamente para piorar o nível de vida dos Portugueses?

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, quanto às cooperativas de habitação económica, associações de moradores e fomento da autoconstrução, nem uma só palavra, demonstrando assim a aversão do Governo à participação e iniciativa populares, componente essencial do processo de descentralização, sem o qual não há Estado democrático. A melhoria da qualidade de vida do nosso povo passa por uma real descentralização acompanhada por políticas sectoriais viradas para a resolução dos problemas concretos que afligem seriamente o povo português.

Também neste sector o Programa do Governo é contrário aos reais interesses do nosso povo e, por isso, o rejeitamos.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes para pedir esclarecimentos.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Não me surpreendeu a intervenção que o Sr. Deputado Silva Graça acaba de fazer, dentro de uma linha, que vem sendo seguida pelo Partido Comunista Português, de transformar a questão das finanças locais numa operação de grande vulto, numa operação demagógica de grande vulto, que tem procurado estender a todas as autarquias do País.

O Partido Comunista sabe que são profundamente injustas as considerações que faz no sentido de que não teria sido dada aplicação à Lei das Finanças Locais. Eu já ouvi em anterior debate — a um distinto deputado do Partido Comunista Português, aqui neste mesmo Plenário — reconhecer que se tratava efectivamente de uma questão de interpretações.

Há duas interpretações possíveis, no que se refere ao montante das transferências da importância a que se refere a alínea c) do artigo 5.º, sobre se deve ou não ser incluída a verba do Fundo de Equilíbrio Financeiro. São duas interpretações e o Governo adopta uma interpretação que penso ser a mais correcta objectivamente. Portanto, isto é apenas uma questão de perspectiva, suas, por outro lado, é a única interpretação possível em termos do contexto real do País, em termos de disponibilidades financeiras do País.

Eu estou certo de que o Partido Comunista Português bem como todos os partidos responsáveis não quererão inviabilizar a acção do Estado, não quererão inviabilizar o combate à inflação, não quererão inviabilizar as políticas sociais, deixando os mais desprotegidos carecidos daquele apoio que o Estado lhes poderá proporcionar se evidentemente houver dinheiros públicos.

Penso, pois que não há a mínima razão nestas críticas e que seria tempo de acabarmos com esta campanha demagógica.

Por outro lado, penso que não tem razão ao dizer que o Governo assume uma perspectiva centralizadora no seu programa de governo relativamente à administração interna. Ao contrário, as grandes coordenadas dessa política, que se encontram definidas no Programa do Governo, viram o alargamento da participação — que, aliás, já aqui foi reconhecido por um Sr. Deputado da oposição — e isso é referido, designadamente, a respeito do processo de regionalização, a respeito da reformulação da Lei Eleitoral: é o reforço da autonomia que passa pela ampliação das competências que o Governo pretende alargar às autarquias locais, é a correcção dos desequilíbrios regionais, é a ampliação dos meios técnicos a fornecer às autarquias.

Onde está, Sr. Deputado, numa perspectiva destas, com estas coordenadas, uma política centralizadora? Muito ao contrário, penso que há aqui uma inteira fidelidade aos princípios e à filosofia do Poder Local, da democracia local e regional que sempre defendemos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Uma curtiSSIMA intervenção só para manifestar, em primeiro lugar, a profunda surpresa por o Deputado Moura Guedes — que penso que também é um autarca, vereador da Câmara de Torres Vedras — defender uma interpretação lesiva das autarquias no tocante à aplicação da Lei das Finanças Locais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Eu, enquanto autarca do Município de Lisboa, defendo a aplicação integral e correcta,

aquela que mais favorece as autarquias e, ao mais favorecer-las, mais favorece a resolução dos problemas concretos do nosso povo.

Era só esta pequena explicação que queria dar ao Sr. Deputado Moura Guedes.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Eu queria, rapidamente e em estilo telegráfico, dizer o seguinte: estou efectivamente ligado ao Poder Local, sou membro de uma assembleia municipal, ninguém desejará mais do que eu que as autarquias locais disponham de meios financeiros mas que isto não seja feito à custa dos mais desfavorecidos, que isto não seja feito à custa do meu país e da viabilidade de existência do meu país como país independente.

Aliás, Sr. Deputado, penso que também deve ter em atenção que não é deixando 14 milhões de contos desaproveitados, como ainda acontece neste momento, em poder das autarquias locais fundos de que dispõe e, que, por falta de meios téicos — não por falta de capacidade de gestão, eu não ponho em dúvida a capacidade de gestão dos nossos autarcas — e de competências ampliadas, não podem aplicar integralmente. E há 14 milhões de contos imobilizados por esse motivo em contas de bancos!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Lá vão as indemnizações!...

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Tenha calma, está muito nervosa!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama para uma intervenção.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Este debate permite colocar algumas questões sobre matérias insuficientemente desenvolvidas ou sequer abordadas no Programa do Governo. Refiro-me, em especial, ao futuro das regiões autónomas, à administração e segurança internas e à defesa nacional.

Comecemos pelo primeiro ponto.

É este o programa de governo mais lacónico em matéria de autonomias regionais. Para além de um parágrafo ambíguo no capítulo referente aos transportes — no qual se pretende encarregar para os orçamentos regionais os custos do sector —, a única ideia a reter, aliás já constante do discurso de posse do Primeiro-Ministro, é a de que, segundo este governo, o esforço financeiro de desenvolvimento insular deverá transitar para as próprias regiões, aliviando a administração central de sobrecargas orçamentais tidas por inúteis ou pouco razoáveis.

Não nos admira que assim seja.

Quando a AD venceu as eleições de 5 de Outubro de 80, o presidente do CDS apressou-se a evidenciar que a nova maioria não precisava dos deputados insulares eleitos pelo PSD.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Outra vez?!

O Orador: — A subalternização das questões regionais no Programa do VII Governo vem, portanto, numa linha de continuidade iniciada pela direita nacional em 5 de Outubro e de que o primeiro exemplo foi o aumento das tarifas aéreas de carga e passageiros para os Açores e para a Madeira.

O silêncio do Programa governamental no tocante às regiões autónomas torna-se expressivo em matérias como a cobertura dos défices regionais, a melhoria do sistema de transportes para as ilhas e particularmente da qualidade dos serviços da TAP, da CTM e da ANA, a salvaguarda dos interesses regionais no processo de adesão à CEE, a articulação da agricultura, da pecuária e das pescas regionais com a restante política nacional para o sector (de modo a evitarem-se situações anómalas, como a que se verificou o ano passado em que foi importado leite em pó no valor de 600 000 contos, quando se acumulavam stocks nos Açores) e ainda a deficiente estruturação dos tribunais do trabalho nos Açores e a lentidão com que são aplicadas nas regiões as disposições dos novos contratos colectivos. Sobre todos estes pontos é omisso o Programa do Governo. Se o anterior governo AD não cumpriu o que prometeu em relação aos Açores e à Madeira, o novo governo tem o mérito da clareza — diminuir desde já o esforço financeiro do Estado no auxílio ao desenvolvimento insular, isto é, esvaziar de facto a autonomia e criar as condições para um renascimento do centralismo que sempre caracterizou as opções conservadoras em Portugal.

O Sr. Teodoro da Silva (PSD): — Não percebeu o que leu!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No que se refere à administração interna, para além do anúncio de um projecto de código eleitoral e da revisão das leis sobre partidos políticos, é particularmente confuso o tratamento dado às forças e serviços de segurança, onde, de resto, é estranhamente incluído o Serviço Nacional de Bombeiros, criado aliás, por proposta do PS nesta Assembleia. Porém, não se vislumbra no Programa do Governo, nem o Ministro respectivo nos deu a honra de usar da palavra no Parlamento, qual seja a política governamental para o sector.

A modernização das forças de segurança e a sua inserção na legalidade correspondem a objectivos essenciais do regime democrático. O Governo e esta Assembleia têm que iniciar um sério esforço nesse campo. Considerando-se este Governo um Governo de legislatura, é de estranhar que não encare em profundidade a reorganização das forças de segurança. Está por definir a hierarquização das autoridades de ordem pública e a delimitação territorial e funcional das competências das várias forças de segurança, as quais, para maior agravamento da situação, dependem de Ministérios diferentes. Nada se diz sobre a estruturação de uma autêntica política nacional nem sobre a elaboração do conveniente estatuto, há tanto tempo aguardado pelo respectivo pessoal, a quem, desse modo, se nega a expectativa de uma carreira profissional.

Envolvendo de modo tão significativo os direitos e as garantias dos cidadãos, esperamos que o Governo, neste campo, esteja disposto a dialogar com a oposição para que as necessárias reformas legislativas mereçam um consenso alargado e, por conseguinte, imprimam aos organismos encarregados da sua execução uma credibilidade indestrutível na sua actuação. Para suprir uma grave lacuna do Programa do Governo, o Grupo Parlamentar Socialista apresentará em breve à Assembleia da República um conjunto de iniciativas legislativas tendo em vista a modernização e a reforma das forças de segurança, a dignificação e formação profissional dos respetivos agentes e a coordenação adequada dos vários órgãos e serviços. Igual iniciativa assumirá o PS no tocante à protecção civil, à semelhança do que aconteceu na Assembleia Regional dos Açores, de modo a pôr-se termo à irracionalidade da situação actual, com um Serviço Nacional de Bombeiros inserido no MAI, mas assente, em grande parte, no voluntariado e no associativismo, e o SNA — Serviço Nacional de Ambulâncias — e a Comissão Instaladora da Protecção Civil no Ministério da Defesa, agora com relevância anómala de Secretaria de Estado. Esperamos que a maioria não recorra à obstrução face aos projectos dos socialistas, uma vez que o nosso contributo não tem em vista a satisfação de quaisquer clientelas, mas tão-só a introdução de um ordenamento coerente em tão importante aspecto da vida democrática. A necessidade de combater formas concertadas de violência e novas modalidades de ameaça à segurança da ordem constitucional e democrática livre vinculam a oposição e a maioria à criação dos adequados mecanismos legais, na perspectiva ampla e generosa do interesse nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A parte do Programa do Governo referente à defesa nacional, sendo extremamente condensada, e certamente por motivos de realismo, não deixa de encontrar a sua justificação em razões de ordem constitucional. Com efeito, se há matéria cuja competência governativa se encontra esvaziada, é a que se refere à defesa, sem esquecer que o mesmo se passa com esta Assembleia no tocante essencial da função legislativa.

Urge, porém, que se inicie um debate nacional sobre o problema. Tal debate será, em primeiro lugar, o debate sobre a relevância constitucional das questões de defesa. Iremos travá-lo em breve, por ocasião da revisão constitucional. Pistas como as que se encontram em vários documentos do PS ou as formuladas na sua intervenção de ontem pelo deputado Ângelo Correia constituem, por ora, pontos de partida motivadores; as restantes forças e correntes de opinião não faltarão com o seu contributo, bem como os especialistas das próprias forças armadas, cuja opinião deverá ser ouvida em momento próprio e através dos canais adequados. A subordinação das forças armadas ao poder constitucional e a sua plena inserção no Estado democrático em virtude da extinção do Conselho da Revolução obrigam a que seja pensada toda a articulação entre as estruturas militares, por um lado, e o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os tribunais, por outro.

Ao debate sobre o ordenamento jurídico-constitucional da defesa suceder-se-á o debate sobre a política de defesa e, dada a omissão do Programa do Governo, é lícito à oposição esperar que o Ministro da Defesa compareça no Parlamento, após a revisão constitucional, para explanar em pormenor as grandes linhas de orientação para o sector e as propostas legislativas que tenciona formular perante os parlamentares. O PS, por seu lado, uma vez concluída a revisão constitucional, não abdicará do direito de apresentar à Assembleia o seu projecto próprio de bases gerais da defesa nacional, bem como legislação em domínios complementares. Sem nos vangloriarmos de posições anticastrenses um tanto desfasadas, não somos, obviamente, os porta-vozes de uma casta militar e, nessa óptica, entendemos que as questões referentes à defesa são questões colocadas no cerne do Estado democrático e que, como tal, dizem respeito aos cidadãos em geral e aos seus representantes legítimos.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Uma vez definido o quadro institucional da defesa, abrir-se-á possibilidade de confrontar alternativas em concreto quanto à sua orientação global e sectorial, nomeadamente no que se refere à estruturação e direcção da componente militar da defesa. A missão das nossas forças armadas e a sua correcta inserção nos compromissos assumidos no âmbito da NATO dependem dessa definição institucional, a qual, de resto, ficaria empobrecida se fosse exclusivamente ditada por uma opção conjuntural de Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A democracia como regime não é propriedade de nenhum partido. Questões como o desenvolvimento das regiões autónomas, a segurança interna ou a defesa nacional, que acabamos de aflorar, por envolverem áreas essenciais da estruturação do Estado democrático, exigem consensos alargados, que permaneçam para além da normal alternância dos Executivos.

Naturalmente cabe ao Governo governar — e fazê-lo durante a legislatura — e à oposição fiscalizar, propor e criar as indispensáveis alternativas. Não é de estranhar, por conseguinte, que, com o sentido das responsabilidades e a plena noção do Estado, o Partido Socialista, como principal força da oposição entenda ser seu dever exigir do Governo uma autêntica clarificação da sua política nas áreas sensíveis da governação. A democratização da sociedade portuguesa e a sua integração em padrões europeus de modernidade não dispensam o concurso de um grande partido socialista forte e democrático como o PS. A nossa oposição será, portanto, firme e aguerrida, contra o Governo, naturalmente, mas não contra o regime, e com base em alternativas claras e não na devastaçāo verbal. Esteja o PS à altura de o cumprir. Assim o saibam compreender e respeitar aqueles para quem a democracia e a tolerância devem ser critério essencial da acção política.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Informo o PS e a UEDS de que esgotaram o tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Beiroco.

O Sr. Luís Beiroco (CDS): — Sr. Presidente, é para um curto protesto, não sobre o fundo da intervenção do Sr. Deputado Jaime Gama, mas sobre uma afirmação que ele incidentalmente fez no início do seu discurso e que não é correcta.

Disse o Sr. Deputado Jaime Gama que o presidente do meu partido tinha afirmado, logo após serem conhecidos os resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro, que a maioria já não precisava dos deputados das regiões autónomas. Isso não é verdade. Eu recordo-me perfeitamente dessa afirmação, feita no decurso de uma conferência de imprensa, na noite de 5 para 6 de Outubro, em que o Prof. Freitas do Amaral analisava os resultados eleitorais, e o que ele pretendia dizer nesse momento é que a Aliança Democrática tinha ganho também as eleições no continente — o que não acontecera em 1979 —, o que constituía um facto de re.evo, uma vez que significava um claro reforço da sua base de apoio.

Aliás, ele fez outras afirmações no mesmo contexto, salientando alguns aspectos relevantes que se podiam extrair dos resultados eleitorais, designadamente quanto à vitória da Aliança Democrática em zonas onde habitavam populações desfavorecidas. É evidente que tanto para o Prof. Freitas do Amaral como para a maioria os deputados da maioria valem todos a mesma coisa, qualquer que seja o partido que representem e qualquer que seja o círculo eleitoral por que foram eleitos.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jaime Gama, o PS esgotou o tempo, como sabe, mas entretanto houve um protesto e, se a Assembleia se não opuser, terá a palavra, para muito rapidamente responder.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Bastou que o Sr. Deputado tivesse dito que se recordava dessa afirmação do Prof. Freitas do Amaral.

Quanto à interpretação que depois lhe coube dar, em nome do CDS, essa interpretação destina-se à outra bancada da AD. Registo-a, mas não me compete comentá-la.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Perante a intervenção do Sr. Deputado Jaime Gama, tenho de concluir que este Sr. Deputado falou em nome de outra bancada que não a sua própria.

Risos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Martins.

O Sr. Oliveira Martins (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Tem este governo desde muito cedo insistido em que um dos objectivos da sua acção é a libertação da sociedade civil. Assim enunciado, temos de reconhecer que este desiderato tem razão de ser e que representa, de facto, uma tarefa urgente, em que todos nos temos

de empenhar. Só que, quer do Programa que o Governo apresenta a esta Câmara e ao País, quer daquilo que temos ouvido aqui nas declarações dos Srs. Ministros, fica-nos a impressão amarga e desiludida de que o objectivo se vai tornando mais uma declaração pedida do que um empenhamento susceptível de colher frutos de que todos venhamos a beneficiar. E a verdade é que não será difícil concordarmos todos em que as boas intenções não bastam e que de nada nos valerão bonitas palavras ou propósitos sem que a eles correspondam as acções indispensáveis e os empenhamentos necessários.

É que a libertação da sociedade civil em relação ao Estado tem de significar muito mais, porque representa coisa diferente do que insistir-se na ideia ilusória de que isso pode conseguir-se praticando qualquer espécie de individualismo ou regressando ao liberalismo conservador. Como sociais-democratas, entendemos que a solidariedade social é um valor essencial a ser respeitado e prosseguido e, nessa medida, entendemos que a iniciativa privada, tendo indiscutíveis virtudes, não pode ser uma panaceia, do mesmo modo que a intervenção pública também o não deve ser. O nosso futuro não se pode construir de panaceias ou de apelos a soluções providenciais. Além de que a democracia política, económica, social e cultural por que pugnamos não pode esquecer a essencialidade do controle do poder económico pelo poder político democraticamente constituído e o aperfeiçoamento permanente das formas de participação dos cidadãos a todos os níveis da vida nacional.

Nessa medida, temos de rejeitar qualquer defesa de uma falsa libertação de sociedade em relação ao Estado que, por qualquer forma, comprometa a independência do poder político, ainda que apareça sob a aparência mais subtil e se revista de uma linguagem supostamente actualizada e moderna.

Significará isto que não acreditamos na libertação ou que apostamos na conservação de muitos aspectos do nosso centralismo? De modo algum, só que temos de alertar — e esse uma das funções da oposição — contra uma interpretação demasiado fluida e perigosa de um objectivo justo e necessário, da qual temos uma perspectiva própria e autónoma. Mas dir-nos-ão que o cooperativismo é realçado ao longo de um programa que agora apreciamos. Tal é verdade, só que não basta, evidentemente, apelar para o fortalecimento dos grupos e movimentos sociais, autenticamente livres e participados. É necessário possuir-se uma coerência geral que permite compreender que a solidariedade social tem de partir da democratização do Estado, da racionalização do sector público — e não da sua destruição —, indo até ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo democrático sobre o poder económico, à descentralização nas decisões, à participação, ao incentivo da criatividade, à compreensão dos movimentos sociais.

Só assim poderemos criar condições para que a libertação da sociedade em relação do Estado se opere — mas mais: para que o Estado democrático possa ser expressão auténtica da sociedade civil e para que a sociedade política, de que falou Patrick Viveret, se torne uma realidade, e não para a afirmação de qualquer projeto liberal-conservador, de que hoje já falou aqui muito bem o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

Como disse Michel Crozier: «Para que a participação seja possível e eficaz, é preciso que os progressos já alcançados se acelerem, é necessário que as organizações passem de um modelo rígido, burocrático, confrangedor, a um modelo mais leve e tolerante, fundado na mobilidade, na concorrência e na negociação. Não se deve lutar, pois, para conter as organizações demasiado poderosas, mas combater para que elas se modernizem efectivamente.» Assim também o entendemos, aqui e agora: para que o Estado-Messias possa desaparecer e para que a sociedade, os políticos, os empresários, os trabalhadores e os cidadãos em geral abandonem, com paixão doentia e passiva, pela «segurança» dos Poderes Públicos centralizados, é necessário que saibamos correr o risco da criatividade, da inovação e do *self-government*, para utilizar a expressão tão cara a António Sérgio.

Para tanto, os poderes do Estado não podem ser alvo de qualquer leilão ou de qualquer fuga a responsabilidades. A modernização do Estado, a melhor compreensão e o aperfeiçoamento de participação democrática têm de caminhar a par, para que possamos alcançar o objectivo de conceder o poder de decisão aos indivíduos e às colectividades directamente consideradas.

O problema da democratização é, pois, afinal, o da apropriação dos meios do Poder pelos trabalhadores e pelos cidadãos — como nos diz Pierre Rosanvallon. Essa a libertação da sociedade por que sociais-democratas e socialistas democratas propugnam. Nesse sentido, somos contra o social-estatismo. E, pelo que temos ouvido, ninguém nos disse claramente como é que o Governo se propõe operar uma libertação, que antes de mais carece de clarificação, para que não se torne um saco sem fundo onde caiba tudo, inclusive a manutenção do fenómeno burocrático da predominância dos mais fortes e do bloqueamento da sociedade. Não podemos deixar de recordar aquilo que Herculano nos disse um dia: «Há muitos para quem os séculos legitimam e santificam todo o género de fábulas...». É essencial que não o esqueçamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É neste contexto que se deve colocar o problema da cultura, do mesmo modo que a questão da qualidade de vida. Tememos seriamente que tudo se mantenha exactamente na mesma nos domínios abrangidos por esses dois departamentos governamentais. E é com preocupação que o dizemos, ainda que não seja surpreendente que a subalternização dos incentivos à criatividade e à inovação sociais se continue a verificar. De facto, é a continuidade de que este governo se reclama que pesa inevitavelmente, e nisso temos aqui ouvido uma reafirmação suficientemente clara.

Não possuindo nós nem mentalidade fechada nem espírito persecutório, naturalmente que não podemos deixar de reconhecer que poderia haver uma intenção justa na criação de um Ministério da Qualidade de Vida, ainda que nos apercebamos claramente que a ânsia da criação desse departamento nos deixou perante a impressão de que não se sabe bem o que se vai fazer com ele.

Posto que não cremos que ele seja uma mera manifestação de boa ou má consciência ou uma simples manifestação folclórica, ficamos seriamente duvidosos sobre se este novo Ministério não se tornará um peso

relativamente morto, animado pela sua maior e mais difícil Secretaria de Estado, a da Comunicação Social. Comunicação social sobre a qual não nos debruçaremos neste momento, mas que representa, indubitablemente, um sector no qual o Governo tem particulares responsabilidades e que exige uma mudança radical de orientação, a fim de que o dirigismo publicitário e descarado e o clientelismo mais aberto não possam subsistir nos órgãos de comunicação social públicos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E nesse ponto esperemos que não tardem da parte do Governo as atitudes indispensáveis, que a oposição tem reclamado perante uma certa passividade preocupante dos Poderes Públicos.

Terminaremos deixando todo um conjunto de dúvidas e de críticas. Não cremos, porém, que o Governo possua no seu programa pistas claras para a tarefa que se propõe de libertar a sociedade. E mais: temos de afirmar que essa libertação nunca poderá ser obra de um só governo ou de uma maioria parlamentar. A democratização do Estado e a criação de condições para que a criatividade e a inovação sociais se manifestem e fecundem necessitam de um amplo consenso de faixas políticas e sociais.

Daí que este governo apenas possa levar à prática o seu objectivo se, em primeiro lugar, praticar o diálogo e se cortar com uma prática de desconfiança relativamente à procura de um largo consenso nacional sobre as grandes orientações a imprimir à acção do Estado. Se isso se verificar, podemos aproximar-nos dos primeiros patamares dessa tarefa complexa que se nos coloca como desafio. Mas, se o Executivo procurar, com objectivos eleitorais, confundir essa libertação com qualquer forma de propaganda, então estaremos a recuar — como temos recuado ...

A libertação da sociedade não é uma abstracção, tem de ser antes um desiderato político que nós, sociais-democratas da ASDI, continuamos a considerar essencial, não como um *slogan*, mas como prática quotidiana. Como diria Ivan Illich, «libertar o futuro é uma tarefa e não um mero álibi».

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

Entretanto, reasumi a presidência o Sr. Presidente, Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, cumpre-me anunciar que deu entrada na Mesa a seguinte moção de rejeição do Programa do Governo, subscrita pelo Grupo Parlamentar do MDP/CDE:

Moção de rejeição

Considerando que o Programa do VII Governo, presente a esta Assembleia, não se ajusta à nova realidade do Portugal de Abril;

Considerando que ele antes retoma, em muitos sectores, valores do passado;

Considerando que ele implica uma governação que não resolve, nem sequer equacionar, os principais problemas do País;

Considerando que a filosofia inerente a este programa de governo contraria princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa.

O Grupo Parlamentar do MDP/CDE apresenta a seguinte moção de rejeição:

A Assembleia da República rejeita o Programa do VII Governo.

Assembleia da República, 21 de Janeiro de 1981. — O Grupo Parlamentar do MDP/CDE: *Herberto Goulart — Helena Cidade Moura.*

Sobre esta moção recaiu um despacho que ordena a sua distribuição e publicação.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor de Sá.

O Sr. Vítor de Sá (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os problemas de educação e ciência ocupam apenas oito páginas, depois da centésima, num programa que ao todo tem cento e vinte e oito. Logo por aqui se vê que o governo AD considera este um sector menor do seu interesse.

Perante uma sociedade profundamente alterada, como é a nossa depois de 1974, não temos ainda uma escola à altura de corresponder às transformações sociais e às novas exigências económicas: formar o novo homem português, ou seja, o português da era pós-colonialista.

É certo que o Programa do Governo reconhece, logo à entrada, que com a descolonização um novo ciclo da nossa história se iniciou. Mas a esta formulação genérica não corresponde uma resposta adequada no sector próprio, o da educação e ciência, por exemplo.

Porque temos atrás de nós o peso de cinco séculos do colonialismo, qualquer programa da educação da ciência e da cultura tem de se adequar à grande volta que representa o novo posicionamento do homem português. Sem isso, a política da educação entre nós mantém-se errada, quer nos fundamentos históricos, quer nos objectivos sociais. Para reconstruirmos a nossa própria identidade nacional temos de evitar subalternizarmo-nos perante os países da Europa dos monopólios.

Ora, o programa da política educacional do Governo não toma em conta nem a situação histórica da sociedade portuguesa nem o novo código fundamental que lhe corresponde, ou seja a Constituição da República.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O demissionismo do programa educacional do Governo reflecte-se também na insistência com que é anunciado o reforço do ensino particular e cooperativo. Despreza-se desse modo o princípio de que a escola pública é um dos agentes fomentadores da unidade nacional. Não colhe o pretexto invocado de fomentar o pluralismo de modelos educacionais, quando a realidade nos mostra exactamente o contrário: o ensino particular garante menos a pluralidade, contribui antes para a criação de escolas monolíticas, que em muitas regiões do País são mesmo a única alternativa das populações.

O ensino particular e cooperativo é supletivo e não alternativo do ensino oficial. Uma política correcta de apoio seria proporcionar diplomas de habilitação aos 80 % dos seus professores que os não têm, ficando

por isso na dependência do patronato, que muitas vezes, por isso mesmo, os explora.

Se nos lembrarmos das promessas de continuidade governativa, então teremos presente o que foram no último ano, com o mesmo titular da pasta da Educação, as restrições drásticas de dinheiros no ensino oficial, a carência de instalações escolares, o congelamento de contratações de docentes, os atrasos de pagamento dos salários de professores, para vermos na prática o que significam as generalidades enunciadas.

A demagogia ressalta então da diferença entre as palavras e as realidades.

Depois há as santas inocências do Governo.

Fala, por exemplo, em minorar o analfabetismo, quando este cancro já há muito devia ter sido totalmente eliminado.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Fala em alargar os níveis do ensino básico, quando nem sequer a escolaridade de seis anos está ainda cumprida. É preciso promover, sim, o cumprimento efectivo de escolaridade já obrigatória.

Anuncia enfaticamente a elaboração de uma proposta de lei sobre o ensino especial, quando a lei já existe desde 1979, votada neste órgão legislativo que é a Assembleia da República. E o que compete ao Governo é executar o que já está legislado.

Fala num estatuto do trabalhador-estudante, mas aponta para as discriminações elitistas entre o ensino politécnico e o ensino dito superior. Nem nada esclarece sobre a natureza e as finalidades do 12.º ano. Como se insere a via profissionalizante no sistema geral do ensino em termos de progressão de estudos?

Fala no reforço das funções do planeamento e gestão, mas furga-se sistematicamente a empregar a expressão gestão democrática. Que vão fazer os conselhos eleitos? Vão fazer cursos de gestão ou submeter-se aos gestores que o Governo nomeie?

Anuncia a criação de um conselho nacional de educação, mas nada diz sobre o critério da sua formação, o que deixa claramente antever a prática autoritária de nomeações ao sabor do Governo.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Fala-se ainda na implementação de um sistema de educação pré-escolar, quando tem sido manifesta a incapacidade de elaborar uma rede única com estabelecimentos dependentes uns do Ministério da Educação e outros do Ministério da Assistência Social, funcionando em condições muito diferentes.

Reparando ainda o nada que o Programa do Governo diz no que respeita ao desporto, importa também indagar: vai o Governo corrigir a política desportiva do anterior executivo ou vai manter a mesma prática de desrespeito pelo associativismo desportivo e de grave degradação do desporto escolar?

Enfim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é por tudo isso e muito mais que fica ainda por dizer que aqui afirmamos e reafirmamos a nossa frontal oposição ao Governo «AD».

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Na sequência das nossas anteriores intervenções, aproveitarei o pouco tempo disponível do meu grupo parlamentar para uma abordagem de uns tantos temas de algumas das políticas sectoriais constantes do Programa do Governo, lamentando embora termos de deixar neste debate algumas importantes áreas sem uma apreciação mínima.

Quanto à política de investimento, não contestamos em geral a prioridade estabelecida em matéria de estratégia, mas duvidamos que o Programa perspective os meios necessários para atingir-se a realização das prioridades indicadas.

Dar prioridade, em matéria de investimentos, a indústrias vocacionadas para a exportação é seguramente ideia pacífica. Mas importa referir que o Programa não dedica uma única linha à complexa problemática das pequenas e médias empresas, com um peso significativo no sector exportador e que carecem de apoios específicos para se organizarem, reestruturarem, agruparem, a fim de conseguirem sobreviver à conjuntura de crise do comércio internacional.

Em aparte, dir-se-á que não é de estranhar este esquecimento, comprovativo de que a iniciativa privada com que o Governo se preocupa é apenas a das grandes empresas, das multinacionais e a que representa a reconstituição dos grandes grupos económicos de antigamente.

A lista de prioridades, pela nossa parte, adicionaríamos no entanto a das actividades que substituem importações, pois que está demonstrado que um esforço neste campo é suficientemente rentável em termos de crescimento da produção nacional, de contributo para atenuar o défice da balança comercial e, em consequência, para a economia de divisas.

Em matéria de investimentos e numa perspectiva de crescimento e de progresso social, a questão essencial é a da formação bruta de capital fixo a uma taxa superior à do crescimento do produto interno bruto e a um ritmo mais alto do que o das economias envolventes.

Dela derivam as questões: onde e como? De anteriores posições do MDP/CDE decorre que, em termos globais, consideramos que o sector privado não está em condições de substituir o sector empresarial do Estado. E o Sr. Ministro das Finanças e do Plano veio ontem em apoio desta tese, pois que, apesar do clima de confiança dos agentes económicos que a AD diz ter-se criado, não se coibiu de fazer uma forte censura a estes mesmos agentes pela preferência que têm pela segurança dos depósitos a prazo em vez dos estimulantes riscos de investir.

O Programa do Governo levaria à ideia de que a banca nacionalizada já não existe neste país. Não lhe é feita uma única referência e ao seu papel determinante na condução de uma política de investimentos.

Reservamo-nos nesta matéria para as Opções do Plano e o OGE. Mas que fique já um alerta de que por detrás da afirmação de que o controle monetário tenderá a efectuar-se através da liquidez primária em vez do actual processo dos limites de crédito, da insistência com que é referido o aproveitamento e estímulo das possibilidades oferecidas pelas instituições

parabancárias, da generalização da falsa ideia de que é excessiva a dimensão da área produtiva do Estado e do rígido condicionamento dos investimentos do sector empresarial do Estado ao montante da dívida pública, estará a desenvolver-se uma manobra de grande escala para tornear a reformulação da delimitação dos sectores público e privado — e consequente abertura da banca à iniciativa privada — que o anterior Governo não conseguiu concretizar.

Quanto à política fiscal, deixamos aqui o apontamento de que é insuficiente afirmar a intenção de privilegiar a mais justa distribuição da carga fiscal; ao nível de Programa, em antecipação portanto ao OGE, entendemos que o Governo devia esclarecer se adopta, como princípio, a revisão dos limites definidores das taxas dos impostos pessoais em função da taxa de inflação e se está na disposição, ainda que progressivamente, de elevar os respectivos limites de isenção como forma de compensar o que no passado não foi feito.

É legítimo assaltar-nos a dúvida, a partir da filosofia oficial quanto à evasão e fraudes fiscais, de que em vez de aliviar os que pagam demais, o Governo queira afinal aliviar os que pagam mais.

Em matéria de finanças uma outra correção seria ainda necessária no Programa do Governo: que em vez de se referir à aplicação cuidada da Lei das Finanças Locais se referisse à sua aplicação integral.

No capítulo da agricultura, o Programa reconhece a escassez real de bons solos agrícolas.

Esta afirmação, reconhecida a necessidade de aumento da produção e de racionalização do uso da terra, pressuporia que se apontassem medidas consequentes para que todos os solos com aptidão agrícola sejam mais intensamente explorados, tendo como limite a sua preservação.

Em particular, que se programe o ordenamento agrícola e florestal do País, que se afirme a vontade política de não facilitar a utilização dos solos para fins diferentes daqueles adequados à sua aptidão e que se obrigue de facto ao arrendamento compulsivo dos solos abandonados ou subaproveitados a pequenos agricultores, cooperativas de produção e outras associações de agricultores.

O programa para a agricultura, apesar de, como em quase todas as restantes políticas sectoriais, se manter num plano de generalidades, não esconde muitas das suas contradições. «Consolidar a estabilização e a recuperação económica e social da Zona de Intervenção da Reforma Agrária», como diz o Programa, é apenas uma forma menos rude de anunciar o objectivo de entregar a terra a quem sempre a teve, como aqui já foi referido por um dos responsáveis da actual equipa do MAP, o que é comprovadamente incompatível com os objectivos de relançar a produção e retomar o investimento.

Do Programa emana uma filosofia de dispensa de mão-de-obra agrícola o que é incompatível com o nível de desemprego que ocorre no País.

Os ajustamentos estruturais preconizados, conhecidas as disposições de apoio apenas a explorações de dimensão mínima em função de exigências que derivariam do processo de adesão à CEE, acabarão por se incompatibilizar com os objectivos de economia energética.

A visão tecnocrática de redimensionamento e a opção pelo apoio aos grandes agricultores, atirando para a ruína os pequenos lavradores, não se compatibiliza com as dificuldades financeiras do Estado para estabelecer esquemas de ajudas directas.

Mas afinal tudo se comprehende, se se tiver em conta que dos objectivos da política agrícola desapareceu o que o Governo anterior subscrevera quanto a promoção social e económica dos que trabalham na agricultura.

As legítimas reivindicações da lavoura não encontram resposta no Programa do Governo, do qual estão ausentes, por exemplo, intenções de generalizar a fixação de preços de garantia antes do início das produções, de alargar o seguro agrícola, de apoiar a produção da batata de semente ou de milho híbrido, de acabar com o ciclo vicioso de «área-preço» na produção da batata de consumo, de implantação de uma rede racional de recolha e abate de gado, de apoio à reconversão das vinhas, de fiscalização da qualidade das rações.

No campo das pescas, estranha-se que o Programa do Governo não especifique medidas de modernização do importante sector conserveiro que, tal como o da produção de farinhas e óleos (que é referido), carece de urgente coordenação com o das capturas.

No estabelecimento de acordos de pesca com outros países, condicionados à vontade política de defesa dos interesses nacionais e capacidade de diálogo, para evitar situações como as ocorridas com a Mauritânia ou na chamada «guerra dos mariscos» no Algarve, consideramos que as empresas nacionalizadas do sector se encontram particularmente vocacionadas para participar nesses acordos e estabelecer empresas mistas. Empresas aquelas que carecem dos necessários apoios e estímulos à sua modernização, óptica que se duvida seja coberta pela displicente e única afirmação do Programa de regularizar a sua actual situação económico-financeira.

Com agricultura e pescas prendem-se de forma estrita as questões do comércio externo.

Actualmente, a estrutura comercial de que o País dispõe apresenta profundas distorções, de que se ressentem produtores e consumidores, estando viciada pela concentração do poder económico numa pequena franja do sector intermédio grossista, que manipula mais ou menos, conforme os seus interesses e peso de influência.

Mas as questões estruturais não são referidas no Programa.

A actual estrutura comercial portuguesa não permite o funcionamento normal dos mecanismos de mercado e tem sido um centro gerador das acções especulativas que, obviamente, nos períodos de carência, se agravam, distorcendo ainda mais o deficiente funcionamento dos circuitos de distribuição, degradando a qualidade dos serviços e a satisfação do consumo.

Ignorar estes problemas estruturais num programa de governo que se reclama da livre concorrência e da transparência dos mercados é, no mínimo, um acto de má fé política.

Poderá apoiar-se com consciência ou levantar objecções à política definida para a indústria e energia, tão alto é o plano de princípios genéricos em que se coloca?

Parece-nos antes de estranhar a ausência, dada a coincidência temporal deste programa com o Plano a médio prazo, de quaisquer referências aos grandes empreendimentos industriais e da indicação dos sectores onde se deverá aplicar com prioridade uma política de poupança e de racionalização dos consumos energéticos e dos incentivos que terão de ser escolhidos.

Finalmente, um só e breve apontamento sobre a política externa do Programa do Governo. Manifestamos o nosso apoio à perspectiva do Programa de manter e aprofundar as ligações com os países de expressão oficial portuguesa e a nossa esperança de que o contencioso económico-financeiro que subsiste não seja usado pelo Governo como condicionante à expansão das relações comerciais e da cooperação técnica e científica com aqueles países.

Muitas são as políticas sectoriais sobre as quais o meu partido não dispõe de oportunidade para aqui se pronunciar. Deixamos apenas e mais uma vez a nossa opinião de que, no geral, se trata de princípios genéricos, insuficientemente definidores da política real que este governo pretende seguir. Afinal, a verdadeira leitura do Programa tem de ser encontrada complementarmente na prática política do governo antecedente.

Dai a apresentação da moção de rejeição pelo nosso partido e de que o Sr. Presidente deu já conhecimento à Câmara.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. Ministro do Trabalho (Nascimento Rodrigues): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me que, ao usar da palavra pela primeira vez nesta Câmara, na qualidade de membro do Governo, dirija a todos VV. Ex.*, Srs. Deputados, uma saudação sincera e respeitosa. Faço-o não em cumprimento de um mero dever protocolar, antes como correspondência mínima, embora singela, às manifestações de extrema correcção e gentileza com que fui tratado por deputados de todas as bancadas no período em que tive o prazer de aqui estar presente como deputado do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitir-me-ia sublinhar três ou quatro aspectos fulcrais dos parâmetros de orientação política insitos na parte do Programa do Governo que respeita ao Ministério sob minha responsabilidade.

Em primeiro lugar, acentuaria a concepção de que as melhorias económicas e sociais de que o País carece só são possíveis de atingir em liberdade política e com estabilidade de acção governativa. É certo, porém, que a liberdade política será sempre imperfeita e incompleta se não for acompanhada de um esforço constante de progresso social e económico.

Nesta medida, a melhoria das condições de vida e de trabalho da população portuguesa e a modernização e dinamização da nossa economia representam no nosso fundo um alargamento do espaço de liberdade e um enriquecimento do conteúdo desta.

De acordo com tal concepção, a parte preambular do programa sectorial do trabalho e emprego vincula

uma visão de interdependência entre o quadro institucional que reconhece e garante as liberdades fundamentais e o mundo das relações de trabalho. Não há liberdades sindicais e direitos e garantias laborais sem um quadro institucional democrático.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas essas mesmas liberdades, direitos e garantias concorrem para o fortalecimento da democracia e impulsionam o progresso sócio-económico, desde que exercidas sempre por formas legítimas, ou seja, no quadro de um ordenamento democrático e nunca contra ele.

É em coerência com este raciocínio que acentuo o propósito do Governo de que se possam desenvolver condições para o reforço da economia colectiva dos parceiros sociais.

Eis aqui o segundo eixo fundamental de orientação na parte da política de trabalho e emprego. Penso que existe hoje a convicção generalizada de que o desenvolvimento económico e a justiça social não se atingem sem uma partilha de direitos e de responsabilidades entre todos os agentes cujas iniciativas podem contribuir para o processo de reformas sociais. Isto exige, portanto, que o nosso país, à semelhança do que ocorre em outros países da Europa democrática, possa dispor de um bom sistema de relações profissionais.

Se me é consentida uma definição simples do que entendo por um bom sistema de relações profissionais, diria que é aquele em que os poderes públicos, as associações sindicais e as organizações empresariais agem de um modo livre, responsável e concertado. Numa sociedade pluralista nenhum grupo pode arrogar-se o direito de confiscar as propostas e as acções de transformação sócio-económica. É necessário que estas se interliguem na prossecução de objectivos que possam merecer uma aceitação o mais alargada possível.

Isto é tanto mais necessário quanto o atraso de Portugal em relação aos países da Europa em que nos queremos integrar exige um esforço conjugado de todos quantos estão interessados em superar a situação em que nos encontramos.

Depois de décadas de um acentuado intervencionismo estatal nas relações colectivas de trabalho e após alguns anos mais recentes de vazio e de confusão, no âmbito dessas mesmas relações, há sinais positivos de que os parceiros sociais vêm assumindo crescentemente o protagonismo que lhes deve corresponder numa sociedade pluralista.

Sinais positivos, como sejam, por exemplo, o significativo decréscimo da intervenção administrativa pela via das portarias de regulamentação de trabalho, em número de 78 em 1975, de 62 em 1978 e de apenas 18 em 1980, e o importante aumento verificado nos últimos dois anos em relação às convenções colectivas de trabalho. Com efeito, passou-se de 197 instrumentos de regulamentação convencional celebrados em 1978, para 258 em 1979 e para 316 em 1980, sendo de assinalar que não estão incluídas neste último dado estatístico as convenções ajustadas no final do ano transacto, mas ainda não publicadas ou remetidas para depósito no Ministério do Trabalho. É legí-

timo considerar estes índices como sinais de um reforço de autonomia dos parceiros sociais.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Graças à luta dos trabalhadores!

O Orador: — E este reforço é um excelente índice que também o sistema laboral enveredou no quadro da sociedade civil para uma orientação desejável de decisões livremente concertadas.

Por isso mesmo o Governo manifesta no seu Programa uma clara vontade política de alargar as condições para a consensualização das relações de trabalho.

O País carece, face aos graves problemas com que se defronta, de ver implementadas plataformas de entendimento entre os parceiros sociais. Numa sociedade democrática é perfeitamente natural e é absolutamente legítimo que as associações sindicais e as organizações empresariais discutam entre si, negoceiem e, quando absolutamente necessário, conflituem. Mas numa sociedade civilizada também é de esperar a procura empenhada de formas eficazes e correctas de negociação, de conflituação e de regulamentação dos conflitos, sobretudo na base de códigos de conduta paritariamente convencionados. É isto que traduz afinal uma manifestação palpável de progresso cívico e cultural e uma prova concreta de liberdade e de responsabilidade social.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Neste contexto o papel do Ministério do Trabalho orienta-se progressivamente no sentido de surgir menos como um terceiro interferente das partes, do que no sentido de oferecer serviços, de abrir pistas e de potenciar iniciativas susceptíveis de favorecerem o face a face entre os parceiros sociais e de restabelecer, quando for caso disso, o circuito exigido pelo diálogo social.

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Está com muito optimismo, Sr. Ministro ...

O Orador: — Esta atitude não é de absentismo clássico, que se recusa, tal como se recusa uma atitude de intervencionismo autoritário. Ela representa antes uma reorientação da função do Estado, relativamente aos parceiros sociais, visionando-os como propulsores de libertação da sociedade civil e como agentes fundamentais do equilibrado desenvolvimento do País.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Do sistema corporativo.

O Orador: — O terceiro eixo fundamental de orientação política do Ministério do Trabalho centra-se no âmbito da legislação laboral.

O Partido Comunista acusou aqui o Governo de não incluir nenhuma medida concreta quanto à revisão de certas leis do trabalho.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — É verdade!

O Orador: — Registo o farisaísmo do PCP que em anos anteriores e em relação a programas de outros governos, onde se estabeleciam propósitos específicos de revisão da legislação laboral, não se coibiu de acusar esses governos de agentes de contra-revolução legislativa no campo do trabalho.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Depende do conteúdo da lei ...

O Orador: — Mas aquilo que fundamentalmente não se compreendeu foi a atitude que se pretendeu de elementar realismo político, face aos destinatários directos das necessárias reformas da legislação laboral.

Não partilho da concepção de que reformas legislativas de incidência social tão acentuada, como são as referentes ao trabalho e ao emprego, devem ser feitas sem precedência de uma auscultação séria dos pontos de vista dos representantes dos trabalhadores e dos empresários. É preciso que as leis se ajustem às necessidades do desenvolvimento social e económico e que potenciem, tanto quanto possível, um significativo grau de receptividade por parte daqueles a quem vão aplicar-se.

Esse o propósito básico que me levou a partir do princípio de que seria necessário conhecer previamente e em profundidade as perspectivas dos parceiros sociais e as suas posições como forma de melhor situar a nossa realidade sócio-laboral e, consequentemente, como forma de se poder enquadrá-la legislativamente em termos susceptíveis de acolhimento e de melhor adequação ao mundo das relações do trabalho. Isto representa, no fundo, a tentativa de estabelecer uma dialéctica mais rica no relacionamento entre a lei e a sua preparação discutida.

O quarto e último eixo à roda do qual gira o Programa do Governo, na parte que especificamente diz respeito ao Ministério do Trabalho, centra-se na questão chave do emprego.

O desemprego, e creio que nisto todos estaremos de acordo, representa um desperdício dos recursos humanos do País, afronta a dignidade pessoal de cada homem, é uma limitação à liberdade individual e corrói a prazo a ossatura social da comunidade que somos todos nós.

O desenvolvimento e a modernização da nossa economia é um imperativo para o aumento dos postos de trabalho e para a manutenção dos validamente existentes. Mas os postos de trabalho devem concorrer, no seu perfil funcional e no exercício concreto das operações e tarefas que os integram, para o progresso social e para a dinamização económica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Isto significa, por um lado, que eles devem ser aptos à satisfação das legítimas aspirações de cada trabalhador e de cada trabalhadora, à sua realização humana e profissional e aos seus anseios justificados de ascensão e de melhoria do seu estatuto social. Mas isto significa também, por outro lado, que os postos de trabalho devem ser produtivos, devem constituir um factor de desenvolvimento e não de bloqueamento.

A segurança do emprego e a melhoria das condições laborais exige o entrelaçamento perfeito entre os princípios da mobilidade e da justiça.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Isso é demagogia!

O Orador: — É uma ilusão, que se pode virar contra os próprios trabalhadores, pretender a segurança à custa de soluções artificiais, que nada mais representam do que a agonia lenta conducente ao desemprego.

O Sr. António Mota (PCP): — O melhor é despedi-los a todos!

O Orador: — Por isso no Programa do Governo acentua-se a interdependência entre a regulamentação do trabalho, a segurança do emprego, a mobilidade profissional e a necessidade de satisfação de rendimentos salariais, ou análogos, condignos.

Por isso também nele se expressa com clareza a necessidade de o nosso país aumentar o seu nível de produtividade face aos desafios iminentes e graves da concorrência internacional. A produtividade depende de todos os factores de produção e não apenas dos trabalhadores. É indispensável o aumento do investimento, é preciso introduzir melhorias tecnológicas exigidas pela competitividade, é necessário racionalizar a gestão, programar devidamente a produção, oferecer melhor qualificação profissional a quem trabalha, dispor de condições no ambiente de trabalho compatíveis com a dignidade de cada trabalhador.

Mas é preciso, igualmente, pôr cobro ao absentismo injustificado e fraudulento e viver a empresa como local de realização humana e profissional e como agente de progresso económico e social.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Os trabalhadores é que são os culpados de tudo!

O Orador: — Importa que todos possamos contribuir com a nossa quota de liberdade e de responsabilidade para o acréscimo da riqueza nacional. Essa riqueza que urge aumentar para que possa ser distribuída mais largamente e mais equitativamente.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Protestos do PCP.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Já acabaram o vosso tempo!

O Sr. Álvaro Brasiliero (PCP): — A demagogia vai acabar dentro de meses!

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Com esta intervenção do Sr. Ministro do Trabalho, o Governo esgotou o seu tempo.

O Sr. Deputado Mário Tomé pediu a palavra para fazer um pedido de esclarecimento. Dispõe de um minuto para tal.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Como o meu tempo é muito limitado, a pergunta que vou fazer é muito pequena e simples.

O Governo gosta muito do negócio e diz que os trabalhadores devem negociar com os patrões. Queria perguntar, então, qual é a liberdade para essas negociações em face da situação dos contratos a prazo, dos despedimentos e da repressão generalizada sobre os trabalhadores, e em especial sobre os delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores, da existência de limitações ao direito à greve, da requisição civil e, finalmente, como pano de fundo, do enorme exército de desempregados, que dá aos patrões todas as possibilidades de fazerem o que bem entendem. E quando a negociação não leva a nenhuma conclusão e se entra na fase conflitual, como diz o Sr. Ministro, queria perguntar-lhe qual é para os trabalhadores o equivalente das milícias patronais, da PSP e da GNR, que têm mostrado a sua subordinação, a sua protecção e o seu serviço em relação ao patronato?

O Sr. Presidente: — O Governo tem um minuto e 15 segundos para responder, que foi o tempo gasto pelo Sr. Deputado Mário Tomé a fazer a sua pergunta.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho, se desejar responder.

O Sr. Ministro do Trabalho: — Ao contrário da intervenção do Sr. Deputado da UDP, não utilizarei palavras para lhe responder, mas utilizarei factos.

Em relação ao desemprego, registou-se um ligeiro abaixamento, em todo o caso já significativo, no ano de 1980.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pensa-se que a taxa de desemprego terá baixado de 8,3 % em 1979 para 7,6 % — é uma estimativa — em 1980.

Quanto aos despedimentos colectivos, apontou-lhe dados e desafio o Sr. Deputado a contestá-los. Em 1977 foram autorizados despedimentos colectivos que envolveram 2320 trabalhadores; em 1978 foram autorizados despedimentos colectivos que envolveram 2593 trabalhadores; em 1979 foram autorizados despedimentos colectivos que envolveram 2106 trabalhadores; em 1980 — e no que se refere ao três primeiros trimestres — foram autorizados despedimentos colectivos que envolveram apenas 791 trabalhadores. Esta é já uma baixa extremamente significativa.

É esta a nossa política.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Não estou a defender os governos de 1977 e 1978!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, suponho ter percebido que declarou que o Governo já tinha esgotado o seu tempo com a intervenção do Sr. Ministro do Trabalho. Ora, depois, usando de poderes que tem, porque preside à Assembleia, deu, a título de mera gratificação, ao Governo um minuto e quinze segundos, que teria sido o tempo gasto pelo Sr. Deputado da UDP a fazer uma pergunta.

Bom, o que está feito, feito está, embora eu discordo do procedimento. O que peço é que o Sr. Presidente não torne a dar mais tempo ao Governo a título nenhum, mesmo que algum Sr. Deputado que tenha tempo faça perguntas. Isto porque, se o Governo continua a usar de tempo que não tem para responder a perguntas que lhe façam, naturalmente que pediria que fosse tida para mim e para o meu grupo parlamentar a mesma posição, pois certamente que eu teria também alguma coisa a dizer acerca do que o Sr. Ministro disse ou acerca do que o Sr. Deputado perguntou.

O Sr. Presidente: — Compreendo perfeitamente a observação de V. Ex.^a, só que não dei uma gratificação ao Governo, mas quis, sim, prestar ao Sr. Deputado da UDP — que a merece incondicionalmente — a homenagem de obter resposta no mesmo tempo em que a tinha formulado.

Parece-me que se, na mecânica das coisas, um Sr. Deputado que ainda tenha tempo para fazer uma pergunta e o deseje, só se comprehende que a faça, no uso desse escasso tempo, na expectativa de que tenha resposta. E neste caso limitei de imediato o tempo da resposta ao que foi consumido na formulação da pergunta.

Agora o que com certeza não farei é dar a quem não tem tempo para perguntar tempo para que o faça, porque nem ele tem tempo para perguntar nem o Governo para responder.

Foi esta a decisão da Mesa, Sr. Deputado, no uso de poderes que V. Ex.^a mesmo reconheceu que ela tinha.

Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, suponho que não irá dar mais tempo ao Governo, mesmo que lhe façam perguntas, porque o critério aplicado levaria a uma situação incomportável.

Eu poderia pedir a qualquer Sr. Deputado de um outro grupo parlamentar para me fazer duas ou três perguntas e com isso iria alargar o meu tempo correspondente a essas perguntas e poderíamos fazer isto em troca e nessa troca sucessiva de perguntas e respostas não cumpriríamos um acordo que foi estabelecido — e que todos queremos respeitar, incluindo naturalmente, e em primeiro lugar, o Sr. Presidente que uma vez esgotado o tempo, esgotado está, e quem aqui estiver com o tempo esgotado está «de cera», excepto para fazer alegações regimentais como estou a fazer neste momento.

O Sr. Presidente: — É evidente e está implícito na explicação que já dei, e que o Sr. Deputado naturalmente entendeu, que foi a circunstância de o Sr. Deputado da UDP ter gasto apenas um minuto

e quinze segundos que me levou a prestar-lhe a ele, que não ao Governo, a clementar homenagem de reconhecer o direito a uma resposta. Claro que, com certeza, não vou, se continuarem os Srs. Deputados dos grupos parlamentares que ainda têm tempo a formular questões ao Governo, romper com um consenso que se estabeleceu no sentido de haver um certo *timing* para a condução do debate. Mas como o problema era de um minuto e quinze segundos, sem prejuízo do princípio que cumpre defender e que defenderei, parece-me, Sr. Deputado, que, depois de ontem termos estado trinta e cinco minutos à espera de quórum, ninguém pode levar a mal que o Presidente conceda ao Governo um minuto para responder a uma pergunta que foi feita no mesmo tempo.

Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Rui Amaral.

O Sr. Rui Amaral (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Aproxima-se o termo de mais um debate de programa de governo que, a meu ver, mais do que idênticas circunstâncias internas, poderá traduzir-se por um crescente distanciamento relativamente àquilo que devia ser um contributo público decisivo para um confronto político susceptível de mobilizar todos os cidadãos, apoiantes da maioria e igualmente da oposição, para as grandes questões e os grandes problemas que todos teremos de enfrentar nos próximos anos.

Aqui dentro importa acentuar as características essenciais do debate. Em primeiro lugar, o interesse das bancadas da maioria não só nos discursos das oposições, no que foram profundamente defraudadas, como também, e até e principalmente, nos discursos do Governo. É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se gerou em todos nós uma legítima expectativa sobre a forma como este governo irá enfrentar a tremenda responsabilidade de prosseguir uma política que, logo que anunciada aos incrédulos Portugueses em 1979, se revelou como a única alternativa possível no plano imediato e no médio prazo e se confirmou ao longo de 1980 como a única hipótese de solução dos problemas dos Portugueses, como a única via de realização, finalmente, do 25 de Abril, nos seus mais puros e originários ideais de democratização e desenvolvimento.

Quer se queira, quer não, é à Aliança Democrática que vem a caber, na continuidade e aprofundamento do seu programa eleitoral de governo e da prática económica e social de 1980, a realização dos ideais libertadores, política, económica, social e culturalmente, do 25 de Abril. E não se nos acuse de pretendermos ser nós a realizar essa tremenda mas apaixonante tarefa. É que nós só somos Governo e Poder, apesar de todas as oposições legítimas e ilegítimas, depois de, sucessivamente, terem sido Governo e Poder os dois maiores partidos da oposição aqui representados.

Não nos cabe à culpa de termos de ser nós a levantar a bandeira do 25 de Abril e de realizarmos as aspirações mais fundas de igualdade, liberdade e solidariedade que na esmagadora maioria dos portugueses explodiram na madrugada desse dia. É que tanto

o PC como o PS tiveram a oportunidade, antes de nós, de o fazerem. Só que lhes faltou a vontade, num caso; e, no outro, a clarividência e a capacidade.

A nossa responsabilidade é, pois, muito mais vasta e profunda do que a de sermos garantes dos compromissos que assumimos para com os Portugueses e até com os demais povos do Mundo em 1979; compromissos que, numa linha de coerência inalterável, mantivemos rigorosamente em 1980. É que nos cabe a nós impedir que as esperanças legitimamente nascidas em 25 de Abril em Portugal e no Mundo se percam irreparavelmente. E não diremos simplesmente que se irão concretizar em termos de um futuro mais ou menos incerto. Nós temos, Srs. Deputados da oposição, a plena legitimidade para afirmarmos que o que prometemos se vai fazer e cumprir, porque até agora, apesar de todas as tentativas e todas as dúvidas veiculadas, nós cumprimos.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Não esqueça os resultados de 7 de Dezembro!

O Orador: — O Sr. Ministro das Finanças afirmou ontem, com plena propriedade, que a oposição, pelo menos a oposição democrática, tem a sua quota de responsabilidade na criação de um clima de crença no desenvolvimento económico, na redução dos níveis de inflação, no respirar de um clima de confiança no futuro para trabalhadores, investidores e empregadores. Sabemos e damos, pois, deste modo, à oposição a importância política e social que ela tem como agente mobilizador de uma parte, embora decrescente, dos portugueses.

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Olhe que não é, Sr. Deputado!

O Orador: — Não cuidamos naturalmente de saber se de cada vez que se fala nos problemas mais prementes dos Portugueses, do seu nível de vida, do desemprego, da estabilidade do emprego, do progresso social e cultural, a oposição democrática se desacredita mais ou menos. Por nós estamos mais preocupados em continuar a conquistar espaço eleitoral e político à oposição democrática, o que preferimos fazer por actos, e não por palavras, do que em defendermos de pretensas invasões de sentido inverso, sem a menor credibilidade.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Desejamos que a oposição democrática se afirme, de uma vez por todas, até porque é esse um elemento estimulante essencial do nosso próprio aperfeiçoamento, mas confrange assistirmos, como ontem e hoje, a discursos políversos, a tentativas de transportar para aqui questões que não existem, ressalvados que sejam os processos eleitorais no seio dos partidos, ou que pretendam ser meros aproveitamentos eleitorais de tempo de antena.

Quem está no ataque, Srs. Deputados da oposição democrática, somos nós; nós é que somos os conquistadores do vosso eleitorado, como é claramente

patente. Está à vista que as tentativas de nos atacarem com as armas que continuam a teimar em utilizar não produzirão quaisquer efeitos nas nossas fileiras. Pretender-se agora afirmar que o nosso projecto já só é liberal-conservador é na verdade algo em que, como é notório, já ninguém de bom senso acredita.

E qual é o nosso ataque, a nossa luta perseverante, que, ao fim de um ano, apresenta sinais tão visíveis de vitória que nos permitem encarar com toda a tranquilidade, de uma maioria sólida, coesa e confortável os próximos quatro anos? É simples. Resolvermos os problemas dos Portugueses, designadamente dos mais desfavorecidos, melhorando as suas condições de vida e de trabalho, a sua segurança, estimulando a sua participação nas empresas, nos locais de trabalho, nas autarquias, em suma, introduzindo progressivamente na economia, na sociedade e na cultura a democracia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os Portugueses têm efectivamente um elevado sentido de liberdade e de responsabilidade, e, porque assim é, porque nos recusamos a manipulá-los e a prometer-lhes o que quer que seja para além do que formos capazes de fazer, por isso, Srs. Deputados, é que nós somos maioria e governo e por isso é que, seguramente, em 1984, seremos maioria maior, ainda.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. António Mota (PCP): — Já se esqueceu dos resultados de 7 de Dezembro!

O Orador: — Compete-nos, portanto, a nós, deputados da maioria, já que, infelizmente, a oposição nem nisso connosco é capaz de cooperar construtivamente, aferir agora e no futuro, com elevado sentido crítico, da capacidade que este governo venha a demonstrar de realizar um programa que não é só do Governo, mas, fundamentalmente, também um programa da maioria dos deputados, o programa portanto, da maioria dos portugueses. E, no exercício desse mandato irrenunciável, não deixaremos de dar o nosso apoio total ao Governo na realização prática das tarefas que, como Executivo, lhe competem. Seremos apoiantes decididos e intransigentes do Governo; não permitiremos que em caso algum o Governo se afaste dessa linha.

O Programa que aqui foi presente é garante suficiente da continuidade, que, ao que parece, tanto penaliza as oposições. Mas, Srs. Deputados, nós não cometemos o suicídio político das oposições que foram governo, que prometeram uma coisa e realizaram a oposta. Não só porque não somos irresponsáveis nem desejamos tomar os lugares que agora são vossos, mas sobretudo porque temos um profundíssimo sentido democrático, o sentido de que o nosso mandato só existe para realizarmos o que nos comprometemos realizar. Qualquer hipótese diferente corresponde a defraudar o eleitorado, os Portugueses, seria uma prática antidemocrática de vanguardismo iluminado, que liminarmente rejeitamos.

Não se espere, pois, que, por mais interessantes que possam ser as palavras da oposição, nos afastemos do nosso projecto de governo para agradarmos às oposi-

ções. É que acreditamos que, pelo menos por agora, nenhum Sr. Deputado da oposição tenha votado na Aliança Democrática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Programa do Governo, as intervenções do Governo e as das bancadas da maioria são assim, naturalmente, na linha essencial de provarmos ao eleitorado por antecipação que se irá fazer aquilo que a maioria dos portugueses tem o direito de exigir que se faça. Não perderemos tempo a contestar aquilo que as oposições desejavam que fizéssemos.

Esse debate não é daqui nem de agora. É o debate público da campanha eleitoral de 1984. Lá estaremos para o fazer, sem medos nem complexos.

O Sr. António Mota (PCP): — Vamos a ver se lá chegam...

O Orador: — Por isso não nos espantam as moções de rejeição, apresentadas mesmo antes do início dos debates. Correspondem à confissão pública da discordância da oposição com a maioria dos portugueses, o que já sabíamos pelo voto, mas que aqui registamos de novo. Correspondem a um processo de tentativa de trazer para aqui um processo eleitoral que está adiantado quatro anos. Nem os portugueses que em nós confiaram e confiam o consentiram, nem nós o consentiremos. Deste modo, o presente debate é inevitavelmente defraudado nos seus objectivos, é prevertido nas suas finalidades, e nós seríamos co-responsáveis com essa fraude e essa preversão se nos deixássemos enredar nesse caminho.

Aqui e agora importam dois objectivos essenciais: o primeiro é provar aos Portugueses, não à oposição, que as linhas de orientação coincidem com o nosso programa eleitoral, com o nosso projecto, e que ele pode e vai ser realizado; o segundo, na sequência da perda irreparável de dois dos mais esclarecidos líderes e autores desse projecto, o de transmitirmos aos Portugueses que, mesmo sem eles, o projecto e o programa também são viáveis e neles, por isso mesmo, nos empenharemos ainda mais denodadamente na manifestação, quiçá a mais deseável, da homenagem que todos lhes devemos.

Quanto ao primeiro objectivo, ele foi conseguido, quer através das nossas afirmações, quer através das afirmações da oposição, que brindou o Governo com o elogio da continuidade, que, pela nossa parte, aqui estaremos para realizar e exigir.

Relativamente ao segundo, para além da leitura do Programa, que muitos não farão, os discursos do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro das Finanças e do Plano, sobretudo, são a afirmação inequívoca e convincente de que existe vontade, empenhamento e firmeza na prossecução do programa da Aliança Democrática, ou seja, de que, garantida que seja no dia-a-dia da governação a execução pontual, correcta e rigorosa das medidas adequadas, os objectivos se realizarão e que a sociedade portuguesa em 1984 estará mais democratizada, mais libertada, mais desenvolvida económica, social e culturalmente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não é possível a nenhum governo mais do que prometer quando está a começar. Por

nós, maioria sem a qual o não seria, aqui estamos para afirmar peremptoriamente que seremos os fiéis garantes de que as promessas continuarão a ser cumpridas.

Uma reflexão final é legítima a respeito da política de rendimentos e preços e enunciada e preconizada. É aqui e por aqui que se afere da natureza mais ou menos reformista do nosso projecto. Essa política assenta em dois vectores essenciais: desenvolvimento económico como instrumento essencial das melhorias do nível dos rendimentos disponíveis dos cidadãos, do nível de satisfação pelo Estado das necessidades sociais e da redução sensível do desemprego e do subemprego; em segundo lugar, ataque à inflação, que ainda continuamos a considerar elevada e que é o agente mais eficiente da promoção da desigualdade social em desfavor dos de menores recursos e, por outro lado, o maior adversário às legítimas aspirações dos trabalhadores de melhoria do seu poder de compra.

É sabido que a compatibilização destes dois objectivos é extremamente difícil e exige que a política económica, além de servida por agentes competentes, atentos e rigorosos, esteja essencialmente apoiada em orientações políticas perfeitamente claras e numa definição muito precisa dos seus objectivos e prioridades. Talvez que por aqui se tenham frustrado algumas eventuais e boas intenções e até capacidades técnicas de outros governantes em casos recentes. Mas é indispensável que os agentes económicos não só se movam dentro de expectativas compatíveis com esses objectivos, acreditando portanto na sua consecução, como cooperem activamente. Sem estas duas componentes não seria possível a ninguém atingir os objectivos pretendidos.

O Governo acaba de dar as garantias suficientes a empregadores e trabalhadores, àqueles, de uns e outros, a sua esmagadora maioria, empenhados num progresso de desenvolvimento económico e social, de que o desemprego continuará a reduzir-se, a inflação irá baixar ainda mais, o investimento público e privado pode e deve continuar a ser uma realidade em crescendo. Numa palavra, o Governo acaba de apresentar a tão falada e tão esperada factura de 1981 a 1984 aos Portugueses.

A maioria perdeu dois dos seus maiores homens, mas a maioria é a mesma e está decidida a provar a curíssimo prazo que as perdas, quando são irreparáveis, não detêm os homens, antes lhes imprimem mais coragem e vigor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo cumprirá a sua missão, estamos nisso firmemente crentes.

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — O Governo vem desmentir o que dizia o Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não chega utilizar uma linguagem técnica, aparentemente correcta, mas profundamente deformadora no comentário de dados essenciais caracterizadores da situação e das dificuldades económicas que temos de enfrentar e que não podemos minimizar. Os Portugueses e, antes deles, as estatísticas oficiais, numa

interpretação correcta, despida do elementar erro de análise comparativa de taxas de crescimento em períodos muito curtos e da inconsideração dos desequilíbrios sazonais, erro tão elementar que nos recusamos a aceitar que tenha sido cometido de boa fé, os Portugueses, dizíamos, sabem que em 1980 se reduziu o desemprego, que se cumpriu a taxa de crescimento do produto, que a inflação se situou muito aquém daquilo que até nós poderíamos acreditar, que os impostos baixaram, os salários reais subiram e a parte do trabalho no rendimento nacional cessou a sua queda vertiginosa inaugurada solenemente nos governos do Partido Socialista.

Os Portugueses vão continuar a sentir tudo isso, porque, mesmo depois dos naturais aumentos, concentrados sobretudo nesta época do ano, resultantes do novo e severo agravamento das matérias-primas, não compensado por idêntica elevação dos preços nas exportações dos Portugueses, o Governo tem a coragem de frontalmente se comprometer a um aumento anual de preços inferior a 1980 e a garantir que o comportamento positivo das demais variáveis económicas se vai manter e se vai acentuar.

A nossa aposta é, pois, total, Srs. Deputados, e é total porque sabemos o que queremos, para onde vamos, e sabemos sobretudo que essa tremenda força que é a nossa capacidade de realização tem o seu único fundamento no mandato dos Portugueses e também na confiança dos Portugueses, de que, Sr. Primeiro-Ministro, neste momento de arranque, somos os legítimos, os necessários e os suficientes garantes.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. João Cravinho (PS): — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Vou pôr uma questão que me parece grave, mas infelizmente o Governo não tem tempo a responder hoje.

O Sr. Primeiro-Ministro poderá, se assim o entender, como principal responsável pelo Governo, dar amanhã os esclarecimentos que entender necessários. Se o não fizer, teremos a resposta como dada, na medida em que se pretenderá então omitir o esclarecimento ao povo português.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Como é do conhecimento público, a Banque Franco-Portugaise, BFP, tinha como accionista o Sr. Manuel Bulhosa, com dois terços das acções, e o BNU, com o terço restante. Por um acordo datado de 1965, ambos tinham o direito de opção em qualquer venda futura. Mais ainda, no caso de não ser exercido o direito de opção, a qualquer dos accionistas assistia legalmente o direito de obrigar o vendedor a comprar a sua parte nas mesmas condições em que se estabelecia a venda. Este último direito não tem sido referido. É para ele que importa chamar a atenção.

Isto é, no caso em apreço, em primeiro lugar o BNU tinha a opção de comprar as acções de Manuel Bulhosa nas mesmas condições em que a entidade representada por Miguel Quina aceitava fazê-lo: pagamento a pronto, em dólares americanos, de cerca de 600 000 contos. Em segundo lugar, e é isto

que importa destacar, não querendo, ou não podendo, exercer o direito de opção, o BNU tinha a possibilidade legal de obrigar Manuel Bulhosa a comprar-lhe a sua posição por 300 000 contos, pagos a pronto em dólares americanos.

E das duas uma: ou o preço era razoável e convinha ao BNU comprar as acções de Bulhosa, ou o preço era muito alto e convinha ao BNU vender a sua parte. Renunciar simultaneamente, sem qualquer contrapartida, aos dois direitos, é que não faz sentido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A não ser que o Governo se sinta obrigado a descurar os interesses do País, prendendo o BNU para libertar a sociedade civil, neste caso representada pelos interesses encabeçados ou por Miguel Quina ou por Manuel Bulhosa, ou talvez por ambos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em Dezembro, Miguel Quina, em nome de uma sociedade estabelecida num paraíso fiscal, a Courtney Investment Company, Ltd. (Jersey), aparece a querer comprar a posição de Manuel Bulhosa nas condições já conhecidas. Notificado da possível venda, o conselho de gestão do BNU, acompanhado pela comissão de fiscalização, entendeu por unanimidade — sublinho bem, por unanimidade — exercer o direito de opção.

Aparentemente, o Governo achou o preço alto e o Sr. Ministro das Finanças recusou ao BNU o direito de optar pela compra das acções.

Desde o fim de 1979 que o conselho de gestão do BNU tinha por razoável o preço agora proposto, de 325 FFs. por acção. O preço «razoável» depende não tanto da análise do património do BFP como sobretudo do potencial de benefícios que se deveria esperar do seu controle futuro.

O Sr. Ministro Morais Leitão sabe isso muito bem. E pelos vistos também o sabe muito bem o Sr. Dr. Mário Adegas, ilustre deputado, actual Secretário de Estado do Tesouro, que aprovou inteiramente esse preço e o propôs, em devido tempo, ao Governo, na sua qualidade de gestor do BNU. Que nos dirá agora o Sr. Secretário de Estado? Tanto quanto sabemos, e honra lhe seja, continua a considerar o preço razoável e esse será o seu drama pessoal — disso não cuidarei.

Mas seja como for, aceitemos, por mera hipótese de trabalho, que o Governo tem razão em considerar o preço de 325 FFs. por acção como excepcionalmente alto. Então, é evidente que o BNU deveria vender as suas acções, o que lhe seria possível por força do acordo estabelecido com Manuel Bulhosa em 1965.

De resto, é também evidente que o BNU não tem qualquer interesse em ficar com uma posição minoritária de um terço numa sociedade gerida por Miguel Quina em nome da Courtney Investment Company, Ltd. Que pretende fazer a Courtney Investment Company, Ltd? O Governo não deve ter a menor garantia a esse respeito. Tanto quanto sei, nem cuidou de o saber. Ora, a posição minoritária dará ao BNU o

direito de blocagem no caso de mudança de estatutos, de sede social ou de aumento de capital, mas não lhe dará nenhuma capacidade para interferir na gestão, que será feita segundo a vontade da Courtney Investment Company, Ltd.

Por isso, o conselho de gestão e a comissão de fiscalização do BNU entenderam, também por unanimidade, que, no caso de não poderem comprar as acções de Manuel Bulhosa, então deveriam vender a sua parte. Ora o Governo também quer impedir esse negócio.

Esse é que é o cerne da questão, que o Sr. Ministro tem constantemente escamoteado, apesar de se desdobrar em explicações que mais escondem do que explicam.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro das Finanças impede o BNU de comprar porque o preço é excessivo, mas se o preço é tão alto, porque razão o impede também de vender? Pode o Sr. Ministro explicar esta total falta de lógica? Por que razão omitiu sempre este aspecto fundamental da questão?

Por que razão quer o Sr. Ministro forçar o BNU a ser comparsa impotente dos negócios do grupo encabeçado por Miguel Quina?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não está em causa, neste momento, saber se o preço pedido por Manuel Bulhosa é ou não razoável. O que está em causa é avaliar a correcção e a lógica de tão estranha actuação do Governo e do Ministro das Finanças.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A lição que se extrai deste episódio já é conhecida: O Governo não só se prepara para retirar ao sector público empresarial toda a possibilidade de uma gestão dinâmica e de expansão como se prepara também para exercer a sua tutela política no sentido de forçar as empresas públicas a criar condições excepcionais de lucro em benefício de um pequeno número de potentados.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — O caso Bulhosa-Miguel Quina-BNU é disso exemplo mais do que flagrante.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — O Sr. Ministro deve ao País uma explicação. O Sr. Primeiro-Ministro deve ao País uma confissão.

Aplausos do PS, do PCP, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente:

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Para fazer algumas considerações sobre a intervenção que acaba de ser produzida pelo Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, julgo que o seu partido já esgotou o tempo de que dispunha.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Tenho a informação de que ainda dispomos de dois minutos e meio, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a razão. O Sr. Deputado João Cravinho é que esgotou o tempo. O critério é consentir que o Sr. Deputado fale dois minutos e meio, e só.

Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O exemplo da justeza das palavras do Sr. Deputado João Cravinho deriva da análise das suas últimas afirmações: o Governo deve uma explicação ao País, etc., como se ainda a não tivesse dado!

Sr. Deputado João Cravinho, o Governo apresentou, através do Ministro das Finanças, oito das razões que estiveram na base da decisão que proferiu a respeito do problema que acabou de focar.

Vozes do PS: — Não é isso que está em causa!

O Orador: — Essas razões foram produzidas na Assembleia da República, no quadro do debate do Programa do Governo, e não tenho culpa que o Sr. Deputado João Cravinho as não tivesse tomado em consideração.

Vozes do PS: — Não é isso que está em causa!

O Orador: — No que respeita ao programa do acto de gestão que o Governo praticou, penso que o Governo é um órgão mais qualificado do que a Assembleia da República para saber qual é a decisão mais conveniente para o País.

Nós temos competência para analisar aspectos políticos dos problemas, mas não temos competência para apreciar os aspectos de gestão dos problemas do Governo.

Protestos do PS e do PCP.

Não se exalte, Srs. Deputados. Eu tenho o microfone, falo mais alto do que os meus amigos ...

Protestos do PS.

Quando se pratica um acto de gestão o Governo é a entidade própria e competente para representar os interesses do País.

Protestos do PS.

Quais são os aspectos políticos que aqui estão em causa?

Os Srs. Deputados do PS estão muito preocupados com o problema de em vez de ser accionista o Sr. Bulhosa ser accionista o Sr. Miguel Qina ... Gostaria que me desse uma explicação acerca da perplexidade que causa na bancada socialista o facto de as

acções mudarem de mão no seio dos próprios particulares!

Protestos do PS.

Sr. Presidente: chamo a atenção para o facto de não ter condições para produzir a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Dispõe ainda de quarenta segundos.

Tenha a bondade de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Está portanto demonstrado que não há aqui modificação estrutural, no aspecto político, da situação anterior: as acções passam de um particular para outro particular.

No plano da gestão, foi dito, entre outras coisas de que me recordo, pelo Sr. Ministro das Finanças, que os interesses do Banco, avaliados por quem tem competência para os avaliar, não levavam à conclusão de que fosse de exercer acção de preferência. Além disso, chegou-se à conclusão unânime de que o preço que foi oferecido pelas acções era claramente exagerado e o investimento era inadequado para os interesses do povo português.

Posso dizer, Sr. Deputado, pelos contactos que tive com o próprio, que aquilo que afirmou a respeito do Sr. Deputado Mário Adegas não corresponde minimamente à verdade. Ele próprio disse-me pessoalmente que a operação não tinha significado e que se fosse necessário seriam mostrados muitos relatórios, da responsabilidade de elementos do PS, a justificar que a decisão tomada era a que mais convinha para os interesses do nosso país.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Estão esgotados os tempos do debate previsto para hoje. Seguir-se-ão amanhã as intervenções finais, começando os nossos trabalhos às 10 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 20 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.
Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
Amândio Anes de Azevedo.
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
Américo Abreu Dias.
António Alberto Correia Cabecinha.
António Augusto Lacerda de Queirós.
António Duarte e Duarte Chagas.
António Maria de O. Ourique Mendes.
Cecília Pita Catarino.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Fernando José da Costa.
Fernando José F. Fleming de Oliveira.
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
Fernando dos Reis Condeesso.
Jaime Adalberto Simões Ramos.

Jaime Carlos Marta Soares.
 João Afonso Gonçalves.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 José Augusto de Oliveira Baptista.
 José Theodoro da Silva.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Luís António Martins.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Adelaide S. de Almeida Paiva.
 Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.
 Mário Marques Ferreira Maduro.
 Natália de Oliveira Correia.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Pedro Miguel de Santana Lopes.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo Barroso.
 António de Almeida Santos.
 António José Sanches Esteves.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Janeiro.
 António José Vieira de Freitas.
 António Marques Ribeiro Reis.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Fernando Torres Marinho.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 Joaquim José Catanho Menezes.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Gomes Fernandes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís Nunes de Almeida.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel dos Santos.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Alberto Lopes Soares.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 António José Tomás Gomes de Pinho.
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.

Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira.
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Isilda da Silva Barata.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João Lopes Porto.
 José Augusto Gama.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Carlos C. Veloso Sampaio.
 Manuel António de A. de A. Vasconcelos.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rogério Ferreira Monção Leão.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

António Dias Lourenço da Silva.
 Carlos Alfredo Brito.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Lino Carvalho Lima.
 Manuel Lopes.
 Manuel Rogério Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Henrique Barrilaro Ruas.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Guilherme Oliveira Martins.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Poppe Lopes Cardoso.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Herberto de Castro Goulart da Silva.
 Helena Tâmega Cidade Moura.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

José Ângelo Ferreira Correia.

Partido Socialista (PS)

António Cândido Miranda Macedo.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Teixeira Lopes.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 Fausto Sacramento Marques.
 José Luís Amaral Nunes.
 Manuel José Bragança Tender.

Centro Democrático Social (CDS)

Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 Mário Gaioso Henriques.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
 Armando Teixeira da Silva.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.

Acção Social Democrata Independente (ASDI)

António Luciano P. Sousa Franco.

União da Esquerda para a Democracia Socialista
(UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, José Pinto.